

LUIZ CARLOS PRESTES
E A ALIANÇA NACIONAL LIBERTADORA

Anita Leocadia Prestes

LUIZ CARLOS PRESTES
E A ALIANÇA NACIONAL LIBERTADORA
Os caminhos da luta antifascista no Brasil
(1934/35)

editora brasiliense

Copyright © by Anita Leocadia Prestes, 2008
Nenhuma parte desta publicação pode ser gravada, armazenada em sistemas eletrônicos, fotocopiada, reproduzida por meios mecânicos ou outros quaisquer sem autorização prévia da editora

ISBN 978-85-11-00123-5
1ª edição pela Ed. Brasiliense, 2008

Coordenação editorial e de produção: *Dolores (Dosh) Manzano*
Capa: *MiLustrações*
Revisão: *Rinaldo Milesi*

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Prestes, Anita Leocadia

Luiz Carlos Prestes : e a Aliança Nacional Libertadora : os caminhos da luta antifascista no Brasil (1934/35) / Anita Leocadia Prestes. -- São Paulo : Brasiliense, 2008.

Bibliografia

ISBN 978-85-11-00123-5

1. Aliança Nacional Libertadora 2. Brasil - História - Getúlio Vargas, 1930-1945 3. Movimentos antifascistas - Brasil 4. Prestes, Luiz Carlos, 1898-1990 I. Título.

08-00969

CDD-322.40981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Aliança Nacional Libertadora : Movimentos antifascistas : Ciência política 322.40981

2. Brasil : Movimentos antifascistas e Aliança Nacional Libertadora : Ciência política 322.40981

editora e livraria brasiliense s.a.

Rua Airi, 22 - Tatuapé
CEP 03310-010 - São Paulo - SP
Fone/Fax: (55xx11) 6198-1488
www.editorabrasiliense.com.br

In memoriam

Accácio Salvador Caldeira,
grande amigo, fiel companheiro
e dedicado colaborador de
Luiz Carlos Prestes.

SUMÁRIO

Introdução	9
Parte I - A formação da Aliança Nacional Libertadora: uma nova abordagem	25
1. O desencanto com o governo Vargas	27
2. Luiz Carlos Prestes – o Cavaleiro de uma Esperança que renasce	38
3. A política de frente única do PCB (1929-1935) e a adesão de L.C. Prestes	48
4. A campanha pela libertação de J. Dimitrov e sua repercussão no Brasil	55
5. 1934: o avanço do movimento antifascista no Brasil	62
6. A formação da ANL, o PCB e L.C. Prestes	73
Parte II - Da Aliança Nacional Libertadora aos levantes de novembro de 1935: os caminhos da luta antifascista no Brasil	90
7. A ANL e os militares	92
8. A ANL na legalidade	99
A) O GOVERNO POPULAR NACIONAL REVOLUCIONÁRIO E “O POVO EM ARMAS”	99
B) “TODO O PODER À ANL”	113
9. A ANL na ilegalidade	123
A) A RADICALIZAÇÃO CRESCENTE	123
B) A CONCEPÇÃO GOLPISTA DO PROCESSO REVOLUCIONÁRIO E O “SALVACIONISMO” DOS MILITARES	131
<i>Algumas conclusões</i>	147
<i>Referências bibliográficas</i>	153

*“Qual será o partido mais nobre?
Suportar as pedradas e as frechadas
da fortuna cruel ou pegar em armas
contra um mundo de dores e acabar
com elas, resistindo?”
(W. Shakespeare. Hamlet)*

Introdução

Este livro foi publicado pela primeira vez há dez anos, em homenagem a Luiz Carlos Prestes, quando se comemorava o centenário de seu nascimento, em 3 de janeiro de 1998. Penso que não há motivos para introduzir alterações em seu conteúdo, uma vez que os resultados obtidos na pesquisa então realizada permanecem válidos. Como procurei ressaltar naquela ocasião, para quem se interessa pela História, todo jubileu importante e significativo representa uma oportunidade privilegiada para repen-
sar a própria História, ou melhor, a História que nos é oferecida nos livros e, hoje mais do que nunca pelos poderosos e sofisticados meios de comunicação.

Para repensar com sucesso a longa e agitada trajetória política de Prestes, considero importante não só o empenho do historiador, como principalmente a sua competência. A trajetória de Prestes deve estar inserida em seu contexto histórico concreto, ou seja, no intrincado emaranhado dos fatores condicionantes tanto de caráter nacional quanto internacional, uma vez que a vida do Cavaleiro da Esperança transcorreu estreitamente ligada a ambos os cenários.

Luiz Carlos Prestes tornou-se um personagem altamente controverso da História do Brasil contemporâneo. Sua vida é pouco conhecida e muito deturpada. Ele próprio, um homem de ação, um revolucionário, que passou a maior parte de sua exis-

tência em condições extremamente adversas, não teve a preocupação de escrever suas memórias, nem contou com circunstâncias favoráveis para elaborar reflexões aprofundadas sobre os diferentes momentos de sua diversificada atuação política. Sua vida, entretanto, está indissolivelmente ligada a cerca de 70 anos da história recente de nosso país. Desde 1921, quando Prestes participa dos primórdios da conspiração tenentista que resultaria no levante de 5/7/22, até o seu falecimento a 7/3/90, sua trajetória política se confunde com os acontecimentos mais importantes e palpitantes da história brasileira e, em muitos momentos, da história mundial.

Luiz Carlos Prestes, desde muito jovem, revelou indignação com as injustiças sociais e a miséria de nosso povo, mostrando-se preocupado com a busca de soluções efetivas para a situação deplorável em que se encontrava a população brasileira, principalmente os trabalhadores do campo, com os quais tivera contato durante a Marcha da Coluna, que ficaria conhecida como a Coluna Prestes. Muito antes de tornar-se comunista, Prestes já era um revolucionário. Sua adesão aos ideais comunistas e ao movimento comunista apenas veio comprovar e confirmar sua vocação revolucionária, seu compromisso definitivo com a luta pela emancipação econômica, social e política do povo brasileiro. Enquanto revolucionário, Prestes foi um patriota, um homem que, dedicou toda sua vida à luta por um Brasil melhor, por um Brasil onde não mais se fizessem presentes a fome, a miséria, o analfabetismo, as doenças, a terrível mortalidade infantil e as demais chagas que sabidamente continuam ainda hoje a infelicitar nosso país. Como se dizia antigamente, e no bom sentido da palavra, Prestes foi um idealista.

Para Prestes, a descoberta da teoria marxista e a consequente adesão ao comunismo, representaram o encontro com uma perspectiva, que lhe pareceu real, de realização dos anseios revolucionários por ele até então alimentados, principalmente durante a longa Marcha da Coluna. A luta à qual resolvera dedicar sua vida encontrava, dessa forma, um embasamento teórico e um instrumento - o Partido Comunista - para ser implementada. O Cavaleiro da Esperança, uma vez convencido da justeza dos novos ideais que abraçara, tornava-se também um comunista convicto e disposto a enfrentar toda sorte de sacrifícios na luta

pelos objetivos traçados. E os sacrifícios e provações efetivamente não seriam poucos nem passageiros. Sua firmeza diante das terríveis adversidades que teve que suportar o transformou em herói do povo brasileiro. Como diria Romain Roland, o grande escritor francês, “Luiz Carlos Prestes entrou vivo no Panteon da História.”

Primeiro, foi a marcha de 25 mil quilômetros, durante dois anos e três meses, através de todo o Brasil, liderando um punhado de homens e mulheres que, agüentando toda sorte de privações, praticamente sem armas e munições, sem nenhum apoio logístico, conseguiram driblar a permanente perseguição militar das tropas governistas, em muitas vezes numericamente superiores, infligindo-lhes sucessivos reveses, sem jamais sofrer nenhuma derrota. A Coluna Prestes lutava por um ideal de liberdade, embora hoje tal ideal possa ser considerado utópico. A firmeza e a tenacidade dos seus comandantes, entre os quais reconhecidamente destacava-se Luiz Carlos Prestes, e a dedicação sem limites à causa abraçada por parte dos seus combatentes tornaram a Coluna invencível. Ao partir para o exílio na Bolívia, a Coluna Prestes também se tornara conhecida como a Coluna Invicta e o seu líder maior - o Cavaleiro da Esperança - mostrara sua inquebrantável vontade de, na luta pela libertação do seu povo, vencer quaisquer obstáculos, por maiores que pudessem ser. Com menos de trinta anos, ao encerrar a Marcha, Luiz Carlos Prestes se tornou o indiscutível herói do povo brasileiro¹.

Em maio de 1930, convencido de que, sob a liderança dos grupos oligárquicos dissidentes, a libertação do povo brasileiro estaria irremediavelmente comprometida, o que, mais tarde, seria confirmado pelos resultados da chamada “Revolução de 30”, Prestes, após intensa e prolongada discussão com seus antigos companheiros, os “tenentes”, não vacilaria em de público com eles romper politicamente, lançando seu célebre Manifesto de Maio. Sua aberta adesão ao programa do Partido Comunista provocaria o opróbrio do nome do Cavaleiro da Esperança. Convencido da justeza da posição adotada, Prestes recusara o poder que lhe fora oferecido na bandeja para manter-se fiel aos seus ideais, fruto de reflexões profundas e de uma radical revi-

1. Cf. Prestes, Anita Leocadia. *A Coluna Prestes*. 4ª ed. São Paulo, Paz e Terra, 1997.

são de suas concepções anteriores, agora à luz do marxismo. A partir de então, Prestes pautaria a conduta de toda sua vida pelos princípios teóricos que abraçara e da justeza dos quais estava convicto. Prestes tornara-se um revolucionário comunista, disposto a todos os sacrifícios na luta pela revolução socialista no Brasil, a única solução, a seu ver, para os graves problemas sociais de nosso povo.

Repudiado em 30 pelos antigos “tenentes” e por grande parte da opinião pública nacional, Prestes, embora politicamente isolado, não vacilaria na coerência com os seus princípios, revelando que possuía a firmeza da “convicção científica” adquirida com o estudo do marxismo, conforme ele mesmo costumava dizer. Renegado em 30, voltaria a ser herói em 35, quando muitos daqueles que o haviam condenado, estavam, agora, desiludidos com o movimento de 30 e, em particular, com o governo de Getúlio Vargas.

A derrota dos levantes de novembro de 1935 traria novas e trágicas provações para Luiz Carlos Prestes. Foram nove anos de prisão, durante a maior parte do tempo em regime de total incomunicabilidade. Prestes resistiu estoicamente a todos os sofrimentos, inclusive à deportação ilegal de Olga Benario Prestes, sua dedicada companheira, e ao seu assassinato numa câmara de gás num campo de concentração da Alemanha nazista. Novamente, a convicção inabalável na justeza da causa do socialismo e na capacidade da União Soviética vencer o fascismo, quando grande parte dos seus contemporâneos dava como certa a derrota da URSS na guerra contra os países do Eixo, permitiu a Prestes não capitular diante dos seus inimigos².

Após um curto período de legalidade dos comunistas (1945-47), Prestes seria forçado a passar por novas e variadas provações: dez anos de total clandestinidade, encerrado nos “aparelhos” do Partido Comunista. A partir de 1958, desenvolveria intensa atividade política, que se prolongaria até o golpe militar de 1º/4/64, quando o então secretário-geral do PCB teria que voltar às agruras

2. Para conhecer a resistência de Prestes durante os anos de prisão (1936/45), assim como a riqueza do seu mundo interior, é fundamental a leitura de sua correspondência da época. Cf. Prestes, A. L. e Prestes, L. (org.). Anos Tormentosos. Luiz Carlos Prestes: correspondência da prisão (1936-1945). v. 1. Rio de Janeiro, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), 2000; e Anos Tormentosos. Luiz Carlos Prestes: correspondência da prisão (1936-1945). v. 2 e 3. Rio de Janeiro, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ); São Paulo, Paz e Terra, 2002.



Luiz Carlos Prestes no exílio, antes de partir para a URSS.
Montevideu, 1931. (*Acervo pessoal de Lygia Prestes.*
Reprodução fotográfica de Gilson Ribeiro.)

da vida ilegal. Em 1971, partia para um novo exílio, que se estenderia até a conquista da anistia aos presos e perseguidos políticos no Brasil, em 1979.

Sua firmeza inquebrantável de princípios, sua capacidade de não se dobrar diante das pressões, aparentemente insuportáveis, do inimigo de classe, quando outros, por muito menos, capitularam, não justificam, entretanto, a imagem caricata de Luiz Carlos Prestes, difundida com tanta frequência: o fanático empedernido incapaz de mudar, inflexível diante das transformações do mundo que o cerca; ou o estrategista militar incapaz de atuar como político, dada a suposta rigidez do seu pensamento³. Imagem, aliás, que exagera o papel do indivíduo na história, pois, certamente, nos diferentes momentos de sua vida política, Prestes não agiu sozinho, principalmente após sua adesão ao movimento comunista.

Na realidade, raros personagens da história foram capazes de mudar tão radicalmente e com tanta determinação quanto ele. Em dois momentos decisivos de sua vida, Prestes, após profunda e atormentada reflexão, teve a coragem de romper com seus antigos companheiros para iniciar um novo caminho, que lhe pareceu mais justo: em 1930, quando rompeu com os “tenentes”, e em 1980, quando rompeu com a direção do Partido Comunista Brasileiro, que, nas suas palavras, havia “traído os interesses da classe operária”, abandonando os objetivos revolucionários do Partido. Em ambos os casos, ele pensou apenas nos interesses dos trabalhadores e da causa revolucionária que abraçara, desprezando inteiramente as conseqüências pessoais que adviriam do seu gesto. Em ambos os casos, Prestes ficaria praticamente só, sem ser compreendido de imediato pela maioria dos seus antigos correligionários, e privado de quaisquer meios de sobrevivência. Vale lembrar que, no segundo episódio, com mais de 80 anos de idade, ele não vacilou ao assumir uma postura radical, de acordo com suas convicções mais profundas. Nos últimos dez anos de vida, Prestes teria que contar com a ajuda de amigos para sobreviver, o que, entretanto, não o fez vacilar, em nenhum momento, quanto à postura assumida diante do PCB⁴. É difícil, portanto, concordar com a falácia de sua incapacidade de mudar. Na realidade, seus

3. Cf., por exemplo, Cony, Carlos Heitor, "Prestes teve o ímpeto dos puros e ingênuos", *Folha de S.Paulo*, "Folha Ilustrada", S.P., 11/04/97, p.19.

4. Cf. Prestes, Luiz Carlos. *Carta aos Comunistas*. São Paulo, Ed. Alfa Ômega, 1980.

inimigos procuraram sempre desvirtuar a firmeza de princípios de Prestes, confundindo-a deliberadamente com uma suposta teimosia, explicável apenas pelo “fanatismo” quase religioso da “doutrina comunista”, segundo esses senhores.

Justamente porque foi sempre coerente consigo mesmo e com os ideais revolucionários a que dedicou sua vida, sem jamais se dobrar diante de interesses menores ou de caráter pessoal, Prestes despertou o ódio dos donos do poder, que se esforçariam por criar uma História Oficial deturpada tanto de sua trajetória política quanto da história brasileira contemporânea. Assim foram forjados e intensamente difundidos alguns estereótipos mais conhecidos a respeito de Prestes.

Sua participação nos levantes antifascistas de novembro de 1935 é apresentada como causa de uma suposta “Intentona Comunista”, designação pejorativa, que sempre visou desvirtuar o caráter patriótico desse movimento, atribuindo-lhe o propósito de estabelecer o comunismo no Brasil, sob a égide de Moscou⁵.

Seu apoio a Vargas, no momento em que o ditador, sob a pressão dos acontecimentos internacionais e do movimento de opinião pública no Brasil, adotava uma política de ruptura com as potências do Eixo e se aliava às forças antinazistas no cenário da guerra mundial, enviando nossos “pracinhas” para lutarem na Itália, é maldosamente interpretado como uma suposta aliança, que jamais existiu, com o principal responsável pelo assassinato de sua companheira.

Em 1945, sua luta à frente do PCB pela eleição de uma Assembleia Constituinte livre e democrática é intencionalmente distorcida, para ser confundida com a campanha, levada adiante pelos getulistas, de “Constituinte com Getúlio”. Na realidade, os comunistas jamais levantaram tal bandeira. Consideravam que, naquele momento político, a tarefa mais importante de todas as forças efetivamente democráticas deveria ser garantir a eleição da Constituinte, evitando o golpe militar que estava sendo preparado pela direita, com o apoio da embaixada norte-americana. Golpe que afinal teve lugar a 29/10/45⁶.

Quando senador da República, também seria deturpada declaração feita por Prestes em resposta a pergunta formulada

5. Neste livro, tal problemática é abordada.

6. Cf. Prestes, Luiz Carlos. *Problemas Atuais da Democracia*. Rio de Janeiro, Ed. Vitória, s.d.

durante sabatina pública, de que, no caso de uma guerra contra a União Soviética, os comunistas se levantariam contra o governo que adotasse tal medida, pois essa guerra só poderia ter um caráter imperialista e agressor, uma vez que a União Soviética não ameaçava nenhum país do mundo, e o povo brasileiro não deveria prestar-se ao papel de bucha de canhão para os objetivos imperialistas. Prestes passava a ser acusado de pretender empunhar armas contra a própria pátria a serviço dos interesses de Moscou. Tal provocação anticomunista foi, na época, desmascarada pelo próprio Prestes, mas a versão fabricada por seus inimigos permaneceria com foros de verdade até hoje⁷.

Outros exemplos poderiam ser citados, todos reveladores da preocupação das classes dominantes do país de desvirtuar a personalidade de Luiz Carlos Prestes para combatê-la com maior eficácia. Mesmo após seu falecimento, Prestes continua a incomodar os donos do poder, o que se verifica pelo fato de sua vida e suas atitudes não deixarem de serem atacadas e/ou deturpadas, com insistência aparentemente surpreendente, uma vez que se trata de uma liderança do passado, que não mais está disputando qualquer espaço político. Num país, em que praticamente inexistente uma memória histórica, em que os donos do poder sempre tiveram força suficiente para impedir que essa memória histórica fosse cultivada, presenciamos um esforço sutil, mas constante, desenvolvido através de modernos e possantes meios de comunicação, de dificultar às novas gerações o conhecimento da vida e da luta de homens como Luiz Carlos Prestes, cujo passado pode servir de exemplo para os jovens de hoje.

Tirando partido de uma situação internacional adversa para as forças progressistas e democráticas, caracterizada pela derrota do socialismo real nos países do Leste europeu e pelo avanço da chamada “globalização”, ou melhor dito, pela expansão dos interesses imperialistas, livres agora da resistência que lhes era oposta pelo sistema socialista mundial, e de um contexto nacional de derrota e esfacelamento das “esquerdas”, processo iniciado com o golpe de 1964, os atuais donos do poder, comprometidos com os interesses do grande capital internacionalizado, e, em particular, os seus “intelectuais orgânicos”, para usar o conceito de A. Gramsci, ado-

7. *Id. ibid.*

tam estratégicas cada vez mais sofisticadas, no intuito de produzir justificativas ideológicas que garantam sua hegemonia, visando, entre outros objetivos, apagar a memória de Luiz Carlos Prestes como revolucionário e patriota.

Uma vez que, nas condições atuais, de existência de uma relativa liberdade de imprensa, embora aliada a uma crescente manipulação da opinião pública, não seja mais possível manter absoluto silêncio a respeito de Prestes, o que foi feito não só durante os anos da ditadura militar, como também em ocasiões anteriores, procura-se hoje desenvolver formas sutis de descaracterizar a sua figura, sem recorrer ao ataque direto. O anticomunismo atual já não é o mesmo dos tempos da “guerra fria”, quando se afirmava que os comunistas comiam criancinhas. Na virada do século XXI, é necessário apelar para a criatividade dos “intelectuais orgânicos” a serviço da burguesia para encontrar meios mais eficazes de convencimento das pessoas e de construção de um consenso social, capaz de assegurar sua hegemonia política.

Sem abandonar a repetição de conhecidas e surradas calúnias contra os comunistas e, em particular, contra Prestes, procura-se difundir uma nova imagem do Cavaleiro da Esperança, a de um homem “puro e ingênuo”, indiscutivelmente honesto (jamais alguém conseguiu duvidar de sua honestidade), um bom pai de família, até mesmo um amante das flores e cultivador de roseiras, mas um militar rígido (evita-se lembrar seu reconhecido talento como estrategista, revelado durante a Marcha da Coluna), incapaz de compreender as nuances da política. Sua vida política não teria passado, portanto, de uma lamentável sucessão de erros e fracassos, um exemplo desastroso, que não mereceria ser seguido pelos jovens de hoje, uma vez que se trata de lhes inculcar a visão de que só devem ser adotados os “modelos” vitoriosos. Desta forma, é “fabricada” uma imagem “domesticada” ou “pasteurizada” de Luiz Carlos Prestes, a de uma personalidade que merece muito mais compaixão pelos sofrimentos por que passou do que admiração pelo heroísmo, pela dedicação sem limites à causa da libertação do seu povo de todo tipo de dominação e exploração, pela firmeza na defesa das convicções revolucionárias adotadas. O herói, o revolucionário, o patriota, o comunista convicto são silenciados, para criar-se a imagem de um Prestes inofensivo

para os dominadores e exploradores de hoje⁸.

Ao construir semelhante caricatura, seus idealizadores encontram a justificativa necessária para “explicar” a acusação aparentemente mais grave, repetida contra Prestes e os comunistas brasileiros há mais de 60 anos: a de que não passariam de agentes a serviço de Moscou, empenhados em promover uma suposta revolução comunista no Brasil. Conforme a imagem construída, se Prestes revelou-se um “puro e ingênuo” militante desavisado do comunismo internacional, incompetente do ponto de vista político e desastrado enquanto dirigente, torna-se facilmente compreensível que tenha caído nas malhas de Moscou e fosse habilmente utilizado como agente a serviço de seus desígnios. Desta forma, deturpa-se o efetivo caráter das relações entre os partidos comunistas, no seio da Internacional Comunista⁹, sendo mantidas as calúnias de antes. Agora, disfarçadas por um clima de comisseração em relação a um personagem supostamente fracassado e superado pelos acontecimentos da época “pós-moderna”. Continua-se a combater o revolucionário comunista, apenas de uma forma distinta, mais sutil, o que frequentemente não é percebido pelo público desavisado.

Acusa-se Prestes de ter lutado em vão, uma vez que não conseguiu tornar vitoriosas as metas do seu partido. Cabe, primeiramente, questionar a validade de semelhante afirmação. Sem negar os erros cometidos pelo PCB e as derrotas por ele sofridas, numa luta extremamente dura e desigual com as classes dominantes do país, é impossível ignorar a contribuição dos comunistas, em diversos momentos da história nacional e mundial, para a conquista tanto de direitos sociais, civis e políticos dos trabalhadores e de outros setores populares e democráticos quanto de medidas de defesa da soberania nacional. Bastaria recordar alguns exemplos significativos, como a participação dos comunistas no esforço pela entrada do Brasil na 2ª Guerra Mundial ao lado das nações Aliadas, na luta pela criação da Petrobras e na defesa das riquezas naturais da cobiça imperialista e, mais recentemente, no combate pela democracia e contra a ditadura militar, implantada em 1964.

8. Esse tipo de tratamento da imagem de Prestes fica evidente no filme documentário “O Velho - A História de Luiz Carlos Prestes”, de autoria de Toni Venturi, 1996.

9. Questões abordadas neste livro.

Em segundo lugar, toda luta por transformações revolucionárias da sociedade está sujeita a sofrer derrotas de menor ou maior gravidade; nenhum revolucionário pôde contar jamais com a certeza da vitória ao empreender o caminho da revolução. Prestes costumava dizer que, para ele, o importante era a consciência do dever cumprido; dentro das limitações em que teve que desenvolver sua atividade política, agiu de acordo com os ditames de sua consciência, sem contar com recompensas de qualquer espécie nem esperar vitórias rápidas e fáceis.

Na luta por transformações revolucionárias, as derrotas são encaradas como parte de um aprendizado que poderá levar, mais adiante, à vitória. Se os “intelectuais orgânicos” comprometidos com o poder procuram incutir nos jovens a idéia de que a única memória a ser cultivada e adotada como modelo é a dos vencedores, tal empenho contém um claro posicionamento ideológico: trata-se de desqualificar a luta de todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para mudar as estruturas sociais, embora tenham sido vencidos. Luiz Carlos Prestes pode figurar ao lado de Tiradentes, de Frei Caneca, de Pedro Ivo e de Siqueira Campos, revolucionários que se bateram por causas nobres que, no seu tempo, foram derrotadas, mas, certamente, deixaram frutos para as gerações futuras.

Acusa-se Prestes de não ter sido um teórico. Ele jamais afirmou tal pretensão e, ao entregar-se, de corpo e alma, à luta revolucionária, a teoria que abraçou, o socialismo científico de K. Marx e F. Engels, passou a ser um instrumento valioso, do seu ponto de vista, para a realização das transformações revolucionárias almejadas. Sua existência extremamente atribulada não lhe permitiu tornar-se um teórico do marxismo, embora tenha aproveitado todas as oportunidades, inclusive na prisão, para estudar tanto as obras de grandes filósofos como Diderot, Descartes, Hegel, Kant etc. quanto de economistas e sociólogos e, em particular, tentar aprofundar-se no conhecimento da realidade brasileira¹⁰.

Se Prestes cometeu erros, juntamente com os comunistas, muitos deles intelectuais de prestígio, na avaliação da situação do país e na elaboração da estratégia e tática do Partido Comu-

10. Sua correspondência da prisão é reveladora nesse sentido. Cf. nota nº 2.



Cavalaria reprime greve dos bondes no Largo do Machado, Rio de Janeiro. Maio de 1932
(Segatto, J.A. et alii. *PCB: memória fotográfica (1922-1928)*. SP, Brasiliense, 1982 . Reprodução
fotográfica de Gilson Ribeiro.)

nista, pode-se levantar a seguinte questão: quem não os come-teu? Quem, no Brasil, conseguiu formular um programa efetivamente viável de transformações revolucionárias capazes de abrirem caminho para a implantação de justiça social, de democracia para milhões de brasileiros e de soberania nacional? Um grande intelectual como Manoel Bonfim, crítico radical da situação brasileira, que, para ele, “só se pode resolver revolucionariamente”, cuja obra, sintomaticamente, foi silenciada por mais de meio século, tendo realizado uma análise profunda e inovadora dos males do Brasil, propunha, para o país, uma revolução nos moldes da Revolução Mexicana, ao escrever, pouco antes de sua morte, no início dos anos 30¹¹. Hoje, podemos perceber a inexistência à época de condições reais para tal solução. Certamente, não estavam presentes ainda, na sociedade brasileira, os elementos indispensáveis para que se pudesse propor uma solução revolucionária para os males do país.

O empenho na descaracterização da imagem de Prestes apresenta uma outra faceta: um Prestes esvaziado de sua essência contestadora e revolucionária, um Prestes inofensivo pode ser útil aos objetivos dos políticos que, visando fins eleitorais, sentem necessidade de livrar-se da pecha de elementos comprometidos com a direita, tentando posar de simpáticos à “esquerda”. Se Prestes jamais admitiu, enquanto viveu, a utilização do seu nome, após sua morte, alguns governantes do país passaram a render “homenagens” suspeitas ao líder antes perigoso. Contra sua vontade, uma vez que sempre repudiou qualquer possibilidade de reintegração no Exército, do qual, quando jovem, pedira demissão duas vezes e fora mais tarde expulso, foi readmitido na corporação e reformado como coronel do Exército nacional. Forma sutil de descaracterizar o revolucionário, o general da Coluna Invicta transformado em coronel da reserva, aparentemente integrado no sistema e homenageado pelos donos do poder, comprometidos com os interesses do grande capital, que Prestes combateu com energia até o final da vida.

Outros exemplos poderiam ser citados: todos corroborando a utilização de uma imagem “fabricada” de Prestes, útil aos intentos dos políticos ávidos por conquistar alguma simpatia popular.

11. Cf. Bonfim, Manoel. *O Brasil Nação: realidade da soberania nacional*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Topbooks, 1996, p. 567, 572 e outras.

* * *

Com este livro, fruto de extensa pesquisa histórica em amplo espectro de fontes primárias, muitas das quais inéditas (e algumas provenientes dos arquivos de Moscou abertos nos últimos anos), procura-se trazer à luz uma nova abordagem dos controvertidos acontecimentos de 1934/35 no Brasil: a formação da Aliança Nacional Libertadora e os caminhos percorridos pela luta antifascista no país, que desembocaram nos levantes de novembro de 35.

Trata-se de episódios dos mais polêmicos de nossa história contemporânea e, em particular, da atuação dos comunistas e de Prestes. Provavelmente, entre todos os estereótipos criados pela direita, no Brasil, com o objetivo de denegrir a imagem dos comunistas, nenhum teve difusão tão insistente e abrangente quanto o da chamada “Intentona Comunista”. Durante mais de meio século, repetiam-se todos os anos cerimônias oficiais de comemoração da derrota do levante de 27/11/35, ocasião em que o anticomunismo visceral seria sempre a tônica principal seja dos discursos das autoridades civis e militares seja das ordens do dia das Forças Armadas.

A História Oficial, durante décadas, entronizou a chamada “Intentona Comunista” - uma suposta tentativa fracassada de implantar o comunismo no Brasil, sob as ordens de Moscou. Mais recentemente, quando semelhante tipo de “interpretação” tornou-se excessivamente grotesca para continuar sendo repetida, foi inventada uma nova fórmula: passou-se a denominar as revoltas de novembro de 35 de “levantes comunistas”¹². Mudou-se a forma, mas foi mantido o conteúdo mistificador da análise daqueles acontecimentos, pois permanece o silêncio sobre o caráter antifascista, antiimperialista e antilatifundista do movimento, reafirmando-se a falácia anterior as supostas “ordens de Moscou”.

A abertura dos arquivos existentes na Rússia veio realimentar as tentativas de, a partir de uma leitura tendenciosa dos documentos descobertos, chegar a uma versão “modernizada”

¹² Cf., por exemplo, Camargo, Aspásia et alii. *O Golpe Silencioso*. Rio de Janeiro, Rio Fundo. Ed., 1989.

da tese da “Intentona” ou, na realidade, a uma falsificação mais elaborada do efetivo caráter das relações existentes entre os partidos comunistas, no seio da Internacional Comunista. O livro do jornalista W. Waack¹³, ao mesclar, de maneira arbitrária e tendenciosa, informações verdadeiras sobre o movimento comunista com calúnias conhecidas e meras ilações sem comprovação, veio cumprir esse papel falsificador da História. Num período como o atual, de crise do socialismo, explica-se o empenho dos setores dominantes, comprometidos com os interesses do capital a nível mundial, de incentivar a produção de obras desse tipo e divulgá-las intensamente, tendo em vista a liquidação dos chamados “mitos” supostamente criados pelo “comunismo internacional”. Estão entre esses “mitos” personalidades como Luiz Carlos Prestes e Olga Benario Prestes, cujos exemplos interessa à burguesia que sejam esquecidos ou deturpados, evitando que venham a servir de inspiração às novas gerações.

Neste livro, os documentos não falam por si mesmos. A partir de uma visão de conjunto, globalizante conforme a proposta de Pierre Vilar¹⁴, tanto da sociedade brasileira quanto da conjuntura mundial da época e, em particular, do movimento comunista internacional, procura-se explicar os caminhos percorridos pela luta antifascista no Brasil, durante o biênio 1934/35 período do auge dessa luta. Como resultado da pesquisa, verifica-se que a influência da concepção golpista do processo revolucionário e do “salvacionismo” dos militares junto aos comunistas e aos seus aliados da Aliança Nacional Libertadora pode explicar, em grande parte, o revés sofrido pelo movimento antifascista no Brasil, em novembro de 35, o que constitui a formulação de uma nova abordagem desses acontecimentos, trazida pelo livro.

13. Cf. Waack, W. *Camaradas*. São Paulo, Comp. das Letras, 1993.

14. Cf. Vilar, Pierre, “*La mémoire vive de l'historien*”, in Boutier, J. et Dominique, J. (org.) *Passés Reconstitués*. Paris, Ed. Autrement, 1995.



Estandarte apreendido no Rio de Janeiro de 1934. (*Idem.*
Reprodução fotográfica de Gilson Ribeiro.)

PARTE I

*A FORMAÇÃO DA ALIANÇA NACIONAL LIBERTADORA: UMA NOVA ABORDAGEM**

No início dos anos 30, a economia mundial havia mergulhado na “maior e mais dramática crise que conhecera desde a Revolução Industrial”, nas palavras de E. Hobsbawm (1995: 43). Uma crise, cuja “extraordinária universalidade e profundidade” (*idem*: 96) ninguém esperava e que

“equivaleu a algo muito próximo do colapso da economia mundial, que agora aparecia apanhada num círculo vicioso, onde cada queda dos indicadores econômicos (fora o desemprego, que subia a alturas sempre mais astronômicas) reforçava o declínio em todos os outros” (idem: 96).

A chamada Grande Depressão, “o mais trágico episódio na história do capitalismo”, teria como conseqüência inelutável a “destruição do liberalismo econômico por meio século” (*idem*: 99). Estava em curso uma catástrofe que viria atingir o mundo

*Esta parte foi publicada anteriormente em Cultura Vozes, Petrópolis, Vozes, v. 90. n. 5 e 6, 1996 e v. 91, nº 1, 1997.

como um todo, afetando os mais diferentes aspectos da vida humana. Ainda na avaliação de E. Hobsbawm:

"O período de 1929-33 foi um abismo a partir do qual o retorno a 1913 tornou-se não apenas impossível, como impensável. O velho liberalismo estava morto, ou parecia condenado" (idem: 111).

Estava-se diante do avanço não só das ideologias fascistas, como também dos movimentos fascistas, cuja ascensão ao poder principalmente na Alemanha lhes daria uma força e influência, que não teriam podido alcançar apenas como consequência da Grande Depressão (*idem*: 133). A subida de Hitler ao poder, em janeiro de 1933, deixaria aquela década marcada pelo estigma do fascismo (*idem*: cap. 4).

O Brasil, país economicamente dependente dos grandes centros capitalistas, especializado na produção e exportação de alguns poucos produtos primários, dentre os quais se destacava o café, seria duramente atingido pela quebra da Bolsa de Nova Iorque, em 29/10/29. Os acontecimentos de 1930, que em outubro desse ano acabaram conduzindo Getúlio Vargas ao poder, certamente não deixaram de ser fortemente influenciados pela Grande Depressão (Fausto, 1970 e 1977; Fritsch, 1992; Mendonça, 1986).

Se a crise do capitalismo mundial contribuiu decisivamente para a queda brusca dos preços dos nossos produtos de exportação, fazendo com que os estoques de café crescessem vertiginosamente e toda a economia nacional fosse violentamente afetada (com a baixa dos índices de crescimento industrial, o aumento acelerado do desemprego, da miséria e da fome e a consequente insatisfação generalizada), a vitória da chamada Revolução de 30 e o estabelecimento do Governo Provisório, chefiado por Vargas, parecia, aos contemporâneos, abrir uma nova era de prosperidade, em que seria possível resolver os graves problemas que abalavam o país, mergulhado, durante a década de vinte, na crise estrutural que vinha solapando os alicerces da República Velha (Fausto, 1977; Prestes, 1991, cap. 1).

Como foi sintetizado por Edgard Carone:

"A queda de Washington Luiz é motivo de delirantes manifestações do povo: multidões saem às ruas, em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador e em centenas de outras cidades. Edifícios públicos são tomados; O País, O Correio Paulistano e outros jornais são saqueados. As manifestações se repetem, tomando caráter não só de desabafo espontâneo, mas político" (Carone, 1977: 438).

A vitória incruenta do golpe de outubro de 1930 alimentava as esperanças em dias melhores das massas populares, que saíram às ruas para festejá-la. Mas também nutria os mais variados anseios de diversificados setores sociais, tanto pertencentes às classes dominantes quanto às camadas médias da população, cujos representantes haviam apoiado o movimento da Aliança Liberal ou participado de maneira mais ou menos direta da sua campanha¹.

A defesa dos postulados do liberalismo, presente na plataforma da Aliança Liberal, articulada com algumas promessas de reformismo social, permitiu a Vargas tornar-se o aglutinador de todas as insatisfações existentes com o domínio oligárquico em crise, agravadas pelo início da Grande Depressão². Naqueles dias agitados de outubro/novembro de 1930, poucos – muito poucos – foram aqueles que, no Brasil, não acreditaram em que sob a liderança de Getúlio Vargas o país passaria por grandes e auspiciosas transformações, embora as idéias a respeito de como esses objetivos seriam atingidos variassem de acordo com as posições de cada setor³.

1. O DESENCANTO COM O GOVERNO VARGAS

As esperanças seriam, contudo, pouco duradouras. Se um jornal, como o *Correio da Manhã*, de perfil reconhecidamente liberal, expressando os interesses de setores significativos das

1. Cf., por exemplo, Carone (1975), Fausto (1970), Franco (1980), Mendonça (1986), Prestes (1991, cap. 10), Silva (1966), Sobrinho (1983). Também os jornais dos dias que se seguiriam à vitória do movimento de 30.

2. Cf. o discurso de posse de Getúlio Vargas, de 03/11/30. In: Silva (1966: 413-416).

3. Cf. os jornais da época.

elites do país e da opinião pública nacional⁴, num primeiro momento, emprestou seu apoio à Revolução de 30 e ao novo governo, esse quadro tenderia rapidamente a mudar. Durante os primeiros meses do Governo Provisório, o referido diário tentaria justificar a *ditadura*, argumentando que a Constituinte viria a seu tempo⁵. Entretanto, já em janeiro de 31, um dos articulistas do jornal, em matéria intitulada “A esterilidade do liberalismo”, viria a criticar veementemente o governo, embora defendesse a necessidade de um regime autoritário (“um regime de organização nacional”):

“Vitorioso, porém, o movimento de outubro, o governo revolucionário dele resultante parece não ter tido até agora outra preocupação, a não ser algumas reformazinhas burocráticas e nomeações e demissões de funcionários públicos. (...)”

“Uma grande desilusão, um profundo descontentamento vai invadindo o espírito daqueles que superestimavam o alcance do movimento de outubro” (Berquó, Urbano. Correio da Manhã, RJ, 21/01/31: 4).

Em maio daquele mesmo ano, editorial do *Correio da Manhã* propunha a convocação urgente da Constituinte, uma vez que:

“Até agora, a Ditadura se tem mantido nas experiências. Da maioria delas, se queixa o país. Nenhum problema de ordem econômica foi vantajosamente resolvido. Os de natureza financeira estão classificados na categoria dos impossíveis. Questões sociais, que não existiam, vêm sendo perigosamente preparadas. O propalado equilíbrio orçamentário redundou nas demissões, em massa, dos adversários, logo substituídos por amigos ou por outros adversários adesistas por conveniência. E alguns impostos majorados completaram a série de medidas fatais que a todos vão desenganando e desalentando.

O Brasil deve o que não pode pagar. (...)”

A confiança desertou dos mercados. (...)”

A experiência revolucionária não salvou o regime. Compromete os ideais da revolução” (Correio da Manhã, 08/05/31: 4).

O desencanto com o Governo Provisório se acentuava tendo como pano de fundo as conseqüências da crise econômi-

4. Considero que, no Brasil, onde as classes dominantes sempre puderam manter os setores populares desorganizados e desalojados da vida política nacional, a opinião pública, refletida principalmente na imprensa, que, ao mesmo tempo, contribuía para sua formação, teve uma importância por vezes decisiva nos acontecimentos políticos.

5. Cf. os editoriais do *Correio da Manhã*, RJ, 05/02, 24/02 e 18/03 de 1931:4.

ca. O noticiário dos jornais dava conta da gravidade do desemprego no país e das preocupações do ministro do Trabalho, Lindolfo Collor, com o problema e com a necessidade premente de construir casas populares (*A Pátria*, RJ, 13 e 14/12/30: 1 e 03/01/31: 3); informava a respeito de greves operárias, como a dos operários da Light de São Paulo, ainda em dezembro de 1930 (*idem*, 26/12/30: 1), ou de uma possível passeata contra a fome, a ser realizada na capital da República, na segunda metade de janeiro de 1931 (*idem*, 20/01/31: 1). Comentava-se o aumento dos preços do leite e do pão (*idem*, 02/04/31:1); noticiava-se a reunião ministerial, em que se discutiram novos cortes orçamentários visando à redução das despesas governamentais (*idem*, 21/03/31: 1). Em outubro daquele ano, após o governo brasileiro ter suspenso bruscamente seus pagamentos para o exterior, era anunciada a negociação para o *Terceiro Funding Loan*, que seria assinado em março do ano seguinte (*idem*, 18/10/31: 1; Carone, 1976, 66 a 71).

A principal questão política que se impõe, principalmente a partir de meados de 1931, é a da reconstitucionalização do país. O movimento pró-Constituinte mobiliza as oligarquias descontentes com o regime ditatorial estabelecido pelo Governo Provisório, sensibilizando setores variados das camadas médias urbanas e da opinião pública nacional. Cresce o clamor pela convocação imediata da Assembléia Constituinte, que é apresentada como panacéia para os males que afetam a nação e que não estão sendo enfrentados pelo Governo⁶.

Enquanto setores ponderáveis dos antigos “tenentes”, que haviam aderido à Aliança Liberal e participado do movimento de 30, emprestando seu apoio a Getúlio Vargas (Prestes, 1991, cap. 10), se mantinham fiéis ao Governo Provisório, defendendo suas tendências autoritárias e centralizadoras e participando da montagem do novo sistema de dominação, caracterizado pela estruturação de uma burocracia civil e militar altamente centralizada⁷, uma outra parte dos “tenentes” co-

6. Cf. os jornais da época.

7. Estas questões são abordadas em Prestes, *Tenentismo pós-30: continuidade ou ruptura*, Paz e Terra, 1999

ANITA LEOCADIA PRESTES



L.C.P. antes de regressar ao Brasil, Moscou, 1934.
(Acervo pessoal de Lygia Prestes. Reprodução
fotográfica de Gilson Ribeiro.)

meçava a desencantar-se com os resultados da “Revolução” que ajudara a realizar. Certamente, as fissuras entre os antigos “tenentes” se mostrariam instáveis, sendo freqüentes as mudanças de posição, as vacilações, os vaivéns de muitos dos jovens militares que, na década anterior, haviam contribuído para a derrocada da República Velha.

Homens fiéis a Vargas e depositários de sua confiança, como o capitão João Alberto Lins de Barros e o general Miguel Costa, em diferentes momentos e com ênfases distintas, revelariam seu desencanto com os resultados do movimento de outubro de 30. Se, em novembro de 31, João Alberto pronunciava-se favoravelmente à ditadura, externando sua desilusão com a democracia, dois meses depois dizia-se decepcionado com os “quinze meses de ensaio e decepções do período revolucionário” (*A Pátria*, 17/11/31: 4 e 21/01/32: 4). Quanto ao general Miguel Costa, declarava que a Revolução ainda nada tinha feito do que prometera (*Correio da Manhã*, 19/02/32: 1).

A insatisfação generalizada tomava conta do país. O jornal carioca *A Pátria*, que havia saudado com entusiasmo a Revolução de 30 e defendera com denodo a ditadura, escrevia, em janeiro de 32, que o Governo Provisório nada fizera até aquele momento, responsabilizando Getúlio Vargas pela gravidade da situação e intimando-o a definir-se favoravelmente à Constituinte, que deveria ser convocada, segundo o jornal, de imediato (editoriais, 10/01 e 12/01/32: 4).

O ditador manobrava, mantendo-se em silêncio quanto à convocação da Constituinte. Dessa forma deixava que, perante a opinião pública, a defesa da ditadura e a oposição à convocação das eleições parecesse ser responsabilidade exclusiva dos “tenentes”, e não dele próprio, o maior interessado em perpetuar-se no poder. A reconhecida habilidade de Vargas lhe permitiu aparecer diante da nação como um mero *mediador* de um suposto conflito entre as oligarquias, desejosas de uma volta ao passado via reconstitucionalização, e os “tenentes”, os apologistas de um governo ditatorial. Na realidade, estes últimos jamais dispuseram da autonomia que muitos lhes atribuem,

mantendo-se, no fundamental, atrelados ao projeto de Vargas e Góis Monteiro, de construção de um Estado burocrático, autoritário e centralizador⁸.

Diante da crescente pressão de diferentes setores políticos, enfrentando uma situação econômica e social muito grave, em que a agitação nos meios operários cada vez mais preocupava o Governo⁹, Getúlio Vargas marcava, em maio de 1932, as eleições para a Assembléia Constituinte, a serem realizadas um ano depois, a 03/05/33¹⁰. Contudo, esta medida não seria suficiente para aplacar a onda de repúdio ao Governo Provisório, capitaneada pelos grupos oligárquicos insatisfeitos com os rumos tomados pelos acontecimentos. No final de junho, os jornais noticiavam o fracasso do “Governo de Concentração Nacional”, ou seja, de um projetado acordo entre as “Frentes Únicas” de São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais e o Governo Provisório¹¹ com vistas à montagem de um gabinete ministerial que contemplasse o conjunto desses interesses (*A Pátria*, 30/06/32: 10).

Estava aberto o caminho para a Revolução Constitucionalista de São Paulo. A oligarquia paulista, abandonada pelas suas congêneres de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, iria tentar conquistar pelas armas o que não havia alcançado pela via dos entendimentos políticos. No esforço que desenvolve pela reconquista dos espaços perdidos no poder central, ela se defrontaria com Vargas e seu grupo – incluindo grande parte dos antigos “tenentes” –, nada inclinados a abrir mão das prerrogativas discricionárias alcançadas com o golpe de 30.

Até o desencadeamento da Guerra Paulista, em julho de 32, Vargas tentou um compromisso com os grupos oligárquicos desse estado, procurando usar o prestígio do tenentismo como força de pressão. Uma vez desencadeada a guerra, o tenentismo deixaria de cumprir esse papel, tendendo a desaparecer

8. Idem.

9. Cf. *A Pátria*, 22/04/32: 4; 12/05/32: 10; 18/05/32: 5. Também outros jornais do período.

10. Cf. *Correio da Manhã*, 08/05/32. Também outros jornais do período.

11. “Frentes Únicas”: alianças de partidos e grupos oligárquicos estaduais, formadas com o intuito de combater a política do Governo Provisório.

do cenário político. É o momento da desagregação do “Clube 3 de Outubro”, um “partido semi-oficial”, criado no início de 1931, congregando grande parte dos “tenentes” e que “logo se identificou com Getúlio Vargas”, nas palavras de John D. Wirth (1979: 53). Até o noticiário sobre os “tenentes” desaparece das páginas dos jornais¹².

Com a derrota de São Paulo, Vargas sairia suficientemente fortalecido para conduzir o processo eleitoral de escolha dos deputados constituintes e, uma vez instalada essa Assembléia, assegurar a sua própria eleição para presidente constitucional do Brasil, embora fosse obrigado a fazer importantes concessões aos inimigos da véspera, derrotados pelas armas nos campos de batalha da Guerra Paulista, mas detentores de considerável força econômica e política (Gomes, 1981).

O processo eleitoral e, posteriormente, os embates na Assembléia Constituinte absorveriam de tal forma a vida política nacional – direcionando-a basicamente para a questão de quem seria o sucessor de Getúlio Vargas –, que não restaria espaço para a implementação de medidas governamentais que pudessem de alguma forma contribuir para a superação dos graves problemas que continuavam pesando sobre o país. A questão sucessória tornar-se-ia o centro dos embates políticos, até a eleição de Vargas para sucessor de si mesmo, em 17/07/34.

Embora tivessem sido empreendidas várias tentativas de organização de partidos políticos, capazes de dar sustentação política ao Governo Provisório, todos os esforços nesse sentido fracassaram (Gomes, 1980)¹³. A tradicional inexistência de partidos nacionais, no Brasil, num contexto político em que os interventores varguistas nos estados, para poderem sobreviver, acabaram se envolvendo nas disputas oligárquicas locais, contribuía para que se formasse uma multiplicidade de partidos regionais, extremamente instáveis, em função dos processos eleitorais que se apresentavam. O regionalismo oligárquico mostrava sua força. E Vargas via-se impelido a contemporalizar, enquanto o Exército,

¹². Cf. os jornais da época. Sobre o tenentismo pós-30, cf. Prestes, 1999.

¹³. Cf. também a imprensa dos anos 1932, 33 e 34.

sob a orientação de Góis Monteiro, preparava o caminho para o golpe de estado e o estabelecimento de um regime autoritário, inspirado em experiências de viés fascista que nos chegavam da Europa (Carvalho, 1983; Camargo, 1989)¹⁴.

A forma autoritária como estava sendo encaminhada a escolha de Vargas para presidente constitucional do Brasil – chegou a ser aventada a possibilidade de sua eleição na Assembléia Constituinte ser feita antes da promulgação da Carta (*A Pátria*, 24/11/33: 4; *Correio da Manhã*, 17/02 e 01/03/34) – tornou ainda mais evidente o crescente desprestígio do Governo. João Alberto Lins de Barros, deputado constituinte e amigo do Presidente, pronunciou discurso, declarando que a antecipação da eleição de Vargas seria “uma desmoralização” (*Correio da Manhã*, 22/02/34: 1). O *Correio da Manhã*, em matéria de primeira página, alusiva aos três anos da deposição de Washington Luiz, confessava que muito havia esperado da Revolução de 30, mas, na realidade, “poucos resultados práticos” haviam sido alcançados (24/10/33: 1).

Alguns meses depois, durante os trabalhos da Constituinte, o mesmo jornal voltava a escrever, em editorial intitulado “O Candidato”:

“Após três anos e quatro meses de exercício dos poderes que se atribuiu (...Getúlio Vargas...), e em que tanto os homens se declararam inclinados a revogar hábitos condenados, a Revolução volta ao que era em outubro de 1930: o Sr. Getúlio Vargas é ainda seu chefe e deve tomar-se o presidente constitucional da República, por força de aparelhos de influência política por ele mesmo criados, mantidos e aproveitados. (...)

A Revolução não improvisou nenhum homem novo para ganhar a confiança do país no desenvolvimento do seu domínio sobre ele” (*Correio da Manhã*, 03/03/34: 4).

Em abril de 34, o *Correio da Manhã* retornava à carga, comparando a política financeira do Governo Provisório com a dos governos constitucionais que o antecederam:

“A nação brasileira é vítima desse inexplicável e estranho fenômeno: fez uma revolução para libertar-se dos governos constitucionais que a estavam arruinando;

¹⁴. Cf. nota 7.

pediu à força o que o direito lhe negou. E, agora, numa situação, que é a recíproca da primeira, espera que o regime constitucional venha tirá-la das mãos da revolução, que também a está arruinando. Conclusões do mais amargo pessimismo se podem tirar desses fatos. Com credenciais de um mandato eleitoral ou sem elas, transparece a analogia que existe entre os últimos governos constitucionais e o governo provisório, em matéria financeira" (idem, 06/04/34: 4).

No decorrer do ano de 1934, quando uma vaga crescente de greves se espalhava pelo país, a nova Constituição era promulgada, sendo Vargas eleito e empossado, ocasião em que declarava haver seu Governo cumprido quase todo o programa da Aliança Liberal (*idem*, 21/07/34: 2). Não parece, contudo, ter sido esta a opinião de expressivos segmentos da nação.

O movimento grevista, com a participação agora inédita do funcionalismo público, assumia novas proporções, que assustavam tanto o Governo quanto as próprias oposições – o que pode ser comprovado, por exemplo, pelos violentos editoriais do *Correio da Manhã*, exigindo medidas drásticas das autoridades contra o movimento operário e os supostos “extremistas” que o estariam incitando¹⁵.

Se, “em 1933, há quase total paralisação dos protestos operários”, provavelmente resultante da recuperação industrial então em curso, provocando uma diminuição do desemprego, “em 1934 volta a crescer a onda de protesto, agora reforçada pela presença de partidos” (Carone, 1976: 114). Nas palavras de E. Carone:

“A eleição para a Assembléia Constituinte Nacional permite o nascimento de partidos que defendem e representam o operariado. Neste momento diminui consideravelmente o impacto resultante da crise industrial, mas os problemas do encarecimento de vida, salários etc. voltam a ser prementes. Assim, as greves de 1934 e 1935 são não só representativas pelo caráter reivindicatório, mas, muitas vezes, têm caráter político” (idem, 114).

Ao lado da insatisfação popular, acentua-se o repúdio a Vargas de parte da opinião pública, o que ficou registrado nas páginas da imprensa da época. Sucedem-se os artigos denun-

15. Cf. *Correio da Manhã*, julho/agosto de 1934.



Manifestação da Federação do Trabalho do Distrito Federal pela defesa de direitos sociais na Assembleia Constituinte. Março de 1934 (Segatto, J.A., *op.cit.*. Reprodução fotográfica de Gilson Ribeiro.)

ciando o caráter espúrio de sua eleição. As críticas dirigem-se agora tanto a Getúlio Vargas quanto aos deputados constituintes que o elegeram¹⁶. Em setembro, o *Correio da Manhã* publica editorial, sob o título “Atos e não palavras”, cobrando de Vargas o cumprimento das promessas feitas antes da Revolução de 30 e que não foram postas em prática (08/09/34: 4). Três meses depois, em novo editorial, fala-se em “perspectivas sombrias”, dada a gravidade da situação econômica do país, quando se anunciavam novos aumentos de impostos (*idem*, 08/12/34: 4). Em outro editorial, registra-se que a maior parte da população brasileira está desiludida com os resultados da Revolução, embora, segundo o jornal, deseje a manutenção da ordem, mostrando-se contrária a qualquer movimento revolucionário (*idem*, 22/12/34: 4).

Particularmente interessante é o diagnóstico traçado pelo *Correio da Manhã*, no início de 1935:

“Encontramo-nos numa situação na qual predominam essa mesma desordem financeira e idêntico descontentamento dos que, em outubro de 1930, alimentaram a ilusão de vir a ter satisfeitas as suas justas ambições” (03/01/35: 1).

Apontando ainda para o vultoso déficit orçamentário do Governo, nesse e em outros editoriais, o referido diário retrata com indiscutível fidelidade o desencanto que tomou conta do país, diante dos resultados obtidos pela Revolução de 30 (*idem*, 15/01/35: 4).

Essa desilusão com os rumos tomados pelo Governo provisório, com a Assembléia Constituinte e a própria Constituição por ela aprovada, com o processo de escolha do Presidente constitucional do país e a formação do novo Governo, é bem sintetizada por um antigo “tenente”, o comandante da marinha Herculino Cascardo, participante ativo não só do movimento de 30 como do “Clube 3 de Outubro”, do qual se desligara ainda em fevereiro de 1932, afirmando que “a revolução está esterilizada”¹⁷. Em carta de congratulações dirigida a Getúlio Vargas, pela sua

16. Cf., por exemplo, o *Correio da Manhã* e *A Pátria* de julho de 1934.

17. Carta de Herculino Cascardo aos Srs. Membros do Conselho Nacional do Clube 3 de Outubro, 26/02/33. Arquivo Getúlio Vargas (AGV).

eleição para a Presidência da República, diz o “tenente” desiludido:

“Como revolucionário e velho companheiro das horas incertas, fica-me a tristeza de vê-lo definitivamente perdido para a causa que defendíamos. Se a Constituição foi a vala comum de todas as nossas aspirações, a organização do Ministério e a volta à política dos grandes Estados encerram, sob forma irrisória, o ciclo de nossas reivindicações.

Deixemos a Revolução. Ela está morta e qualquer tentativa de ressuscitá-la deve ser forçosamente recebida com desconfianças dentro do chamado regime legal”¹⁸.

Ao iniciar-se o ano de 1935, grande parte das insatisfações acumuladas desde 30 iria ser canalizada para a Aliança Nacional Libertadora (ANL), cujo surgimento constituirá um fato marcante no cenário político daquele momento. Significativamente, seu presidente será Herculino Cascardo, um dos “tenentes” que havia perdido as esperanças de regenerar a Revolução. Como diria outro “tenente”, o capitão João Alberto Lins de Barros:

“A desilusão gerou a indiferença popular e os partidos locais ressurgiram com mais virulência ainda” (Correio da Manhã, 25/05/35: 3; grifo meu).

Em outras palavras, Vargas, para manter-se no poder, tivera que fazer grandes concessões aos grupos oligárquicos estaduais, o que se refletia no caráter ambíguo e contraditório da Constituição aprovada e no perfil do novo Governo (Gomes, 1980 e 1981). Os resultados da reconstitucionalização pareciam haver feito o país andar para trás. Pelo menos, era assim que se apresentavam para muitos dos contemporâneos, que tinham sonhado com grandes mudanças, embora, na maioria das vezes, não soubessem definir com clareza os seus vagos anseios.

2. LUIZ CARLOS PRESTES – O CAVALEIRO DE UMA ESPERANÇA QUE RENASCE

Até maio de 1930, Luiz Carlos Prestes fora a maior liderança popular do Brasil. Após encerrar a marcha da Coluna Prestes, em fevereiro de 1927, seu imenso prestígio o tornara o “Cavaleiro da Esperança”, proclamado pela imprensa do Rio de

¹⁸. Carta de Herculino Cascardo a Getúlio Vargas. Londres, 24/08/34. AGV.

Janeiro, e admirado e endeusado pelas forças de oposição ao regime oligárquico então em vigor no país.

Sua liderança, conquistada durante os duros embates da marcha da Coluna Invicta, o tornara o alvo privilegiado da ambição política dos grupos oligárquicos dissidentes, que viriam a congregar-se na Aliança Liberal. O grande prestígio de Prestes constituía um capital valioso, que poderia ser utilizado pelas oligarquias oposicionistas, reunidas em torno da candidatura de Getúlio Vargas às eleições presidenciais de 1º de março de 1930. Efetivamente, a campanha da Aliança Liberal foi promovida sob as bandeiras da Coluna Prestes e da liderança maior do próprio Prestes, embora este, no exílio, cada vez mais se afastasse tanto dos políticos aliancistas quanto de seus antigos companheiros, os “tenentes”, que o haviam designado chefe militar da Revolução (Prestes, 1991, cap.10).

Os anos passados no estrangeiro, após a internação da Coluna na Bolívia, levaram o Cavaleiro da Esperança a repensar criticamente o programa liberal dos “tenentes”, sob cuja inspiração havia sido feita a marcha dos rebeldes (*idem*: 90 a 98). A dramática experiência vivida durante a marcha o instigava a buscar novos caminhos que, efetivamente, pudessem conduzir à solução dos graves problemas sociais por ele detectados no contato com as populações do interior do Brasil – a fome, a miséria, a impossibilidade de acesso à terra, etc.

O estudo dos clássicos do marxismo, aliado a uma radical e profunda revisão de suas concepções ideológicas anteriores, permitiu a Prestes fazer uma opção definitiva: o Cavaleiro da Esperança adotava a teoria marxista como filosofia e guia para a ação, ao mesmo tempo em que aderiu ao movimento comunista. Estando os comunistas na época organizados em partidos nacionais que, por sua vez, integravam uma organização mundial – a Terceira Internacional Comunista, fundada por V.I. Lenin em 1919 –, Prestes procuraria aproximar-se tanto dos comunistas brasileiros quanto dos de outros países latino-americanos, onde vivia exilado. Por outro lado, seria ele contactado pelo Secretariado Sul-Americano da Internacional Comu-

nista (IC), que funcionava, primeiro, em Buenos Aires e, depois, em Montevideu¹⁹.

Sendo um novato no conhecimento do marxismo, o ex-líder tenentista, que agora se aproximava do comunismo, dificilmente poderia desenvolver uma postura crítica da proposta dos comunistas para a revolução socialista no Brasil e no continente latino-americano²⁰. Prestes aderiu de corpo e alma às principais teses inscritas nos documentos do Partido Comunista do Brasil (PCB) e da IC. Seu Manifesto de Maio de 1930, rompendo com seus antigos camaradas, os “tenentes”, denunciando o “programa anódino” da Aliança Liberal e propondo a realização de uma “revolução agrária e antiimperialista”, através de uma “insurreição nacional de todos os trabalhadores”, que permitisse a constituição de um governo “baseado nos conselhos de trabalhadores da cidade e do campo, soldados e marinheiros” (Bastos, 1986: 197 a 200), não deixa dúvidas quanto à origem de sua inspiração: a orientação política do PCB. Embora este partido repudiasse a tentativa de Prestes de se aproximar do PCB, criticando com veemência o fato de, no Manifesto de Maio, Prestes não reconhecer a necessidade da hegemonia do proletariado (e do Partido Comunista) na revolução agrária e antiimperialista, e se mostrasse temeroso do fascínio que o prestígio do Cavaleiro da Esperança exercia sobre os seus militantes e simpatizantes, o caminho estava aberto para o futuro ingresso de Luiz Carlos Prestes no PCB²¹.

Se os comunistas viam com receio e desconfiança a aproximação do “caudilho pequeno-burguês”, os grupos oligárquicos dissidentes, que haviam apostado no nome de Prestes como o de uma possível liderança a serviço de seus desígnios

19. LCP (Entrevistas concedidas por Luiz Carlos Prestes a Anita Leocadia Prestes e Marly de Almeida Gomes Vianna, gravadas em fita magnética e transcritas para o papel. RJ. 1981-83). LCP, fita 8, p. 16-17, 41-42; fita 9 (lado 17), p. 4-11, 14, 19-22.

20. LCP, fita 8, p. 14, 16, 32, 34, 46. Deve-se considerar que, dado o desconhecimento do Brasil àquela época, não surgiu nenhum outro programa alternativo, viável, para a revolução socialista neste país.

21. Cf os seguintes documentos: “O Partido Comunista do Brasil perante o Manifesto de Luiz Carlos Prestes” (junho/1930) *In: A Classe Operária*, n. 92. 08/07/1930; “Projeto de teses sobre o movimento revolucionário da América Latina” (1930). *In: Carone* (1978: 332-346); “O movimento revolucionário do Brasil e a Liga Revolucionária de Prestes” (setembro de 1930). *In: Carone* (1982: 87-96); “Resolução da Internacional Comunista sobre a questão brasileira”(fevereiro de 1930). *In: A Classe Operária*, n. 89, 17/04/30.

de ascensão ao poder, assistiam à queda de um mito, que eles mesmos haviam ajudado a criar, pensando tirar partido da indiscutível influência do Cavaleiro da Esperança junto aos mais variados segmentos da nação. Para a opinião pública do país, fortemente direcionada pela grande imprensa, a adesão de Prestes ao comunismo era algo inexplicável e assustador, pois os exemplos da Revolução de Outubro de 1917 e da Rússia Soviética, convenientemente distorcidos, continuavam a ser apresentados como espantalhos – experimentos de ideologias “exóticas”, merecedoras do repúdio de todo e qualquer cidadão brasileiro honesto e bem intencionado.

Tanto as camadas médias urbanas quanto significativos setores do proletariado eram tomados pelo sentimento de desalento e abandono ao perceberem que o líder, do qual esperavam a “salvação” do Brasil, havia abdicado do poder, que lhe fora oferecido na bandeja, rompendo com seus antigos companheiros e enveredando pelo caminho da “revolução agrária e antiimperialista”, vista pela maioria como uma revolução comunista (Prestes, 1991, cap. 10).

Quanto aos “tenentes”, em sua quase totalidade, passaram a repudiar com indignação a “conversão” do seu líder e chefe²². Prestes ficou só, no exílio; politicamente isolado. A publicação do seu Manifesto de Maio repercutira no Brasil como uma verdadeira bomba. Poucos, muito poucos, foram aqueles que entenderam e apoiaram sua posição naquele momento. O repúdio foi generalizado, contribuindo para a sua decisão de aceitar o convite, transmitido pelo Secretariado Sul-Americano da IC, para visitar a URSS, onde teria trabalho garantido como engenheiro civil e, ao mesmo tempo, poderia continuar seus estudos de marxismo, estreitar as relações com o movimento comunista internacional e conhecer a experiência da construção do socialismo na União Soviética²³.

22. Cf. “Réplica de Juarez Távora ao Manifesto de Luiz Carlos Prestes”, 31/05/30 - *In*: Távora (1973: 349-354), “Carta de Juarez Távora; a L.C. Prestes, encerrando a polémica por eles mantida, em meados de 1930”. *In*: idem (355-366). Cf. também a imprensa da época.

23. LCP fita 9 (lado 17), p. 29-32; (lado 18), p. 7-29.

Prestes pagava com o isolamento político a audácia de ter compreendido a necessidade da revolução social no Brasil. Conforme seria assinalado nas páginas do jornal conservador argentino *La Nación*:

*"Uma coisa Prestes, sem dúvida, compreendeu bem: o tempo das revoluções políticas no Brasil já passou. Atualmente, no Brasil, só é possível uma revolução social"*²⁴.

Com a subida de Vargas ao poder e o início do processo de desencanto generalizado com o seu Governo, o ditador percebe que a liderança de Prestes poderia voltar a empolgar a nação, embora tivesse sido ele abandonado por correligionários e admiradores, inconformados com sua opção comunista. Num primeiro momento, recorrendo a uma manobra – a tentativa de envolvimento político –, o Governo Provisório decreta a reincorporação de Prestes ao Exército²⁵, medida que foi por ele violentamente repudiada em manifesto tornado público²⁶. Mais tarde, diante do risco de um possível regresso do Cavaleiro da Esperança ao país, Vargas trataria de dar andamento ao processo de deserção do Exército, movido contra Prestes na Justiça Militar. É de 4/6/31 o chamado Termo de Deserção, a partir do qual Prestes poderia ser preso se ingressasse no território nacional²⁷.

As preocupações do Governo Provisório com a possibilidade do ressurgimento da liderança prestista não estavam desprovidas de razão, e seriam confirmadas pelo desenrolar dos acontecimentos políticos. Quando a 05/07/31 realiza-se, no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, na presença do presidente Vargas e demais autoridades, ato comemorativo da data histórica dos levantes tenentistas de 1922 e 24, um dos oradores, o 1º tenente Airton Lobo, inesperadamente, diz que não poderia deixar de referir-se ao “herói Luiz Carlos Prestes”, embora muitos tivessem receio de proferir esse nome. A reação seria imediata, segundo a descrição de fonte insuspeita, o jornal *Correio da Manhã*:

24. *La Nación*, Buenos Aires, 01/08/30. In: "O movimento revolucionário do Brasil e a Liga Revolucionária de Prestes" (setembro de 1930). *op. cit.*: 89.

25. L.C. Prestes havia pedido demissão do Exército duas vezes, em 1924, antes de levantar-se contra o Governo Bernardes.

26. Manifesto de L.C. Prestes "Contra a demagogia", Buenos Aires. 01/12/30. In: Trindade (1980: 77).

27. Aviso nº 385 do Ministério da Guerra, de 27/12/39, Arquivo Nacional, IJ1 - cx. 1422 - pasta I - cad. 5 (1939). *A Pátria*.RJ, 05/06/31: 2.

"Instintivamente, o teatro, repleto, se levanta e aclama o orador e o nome por ele invocado. Os aplausos se prolongam. O orador pára e espera" (07/07/31: 1).

Logo a seguir falaria a conhecida poetisa Rosalina Coelho Lisboa, que também homenageia Prestes. Segundo a mesma fonte:

"E outra vez os aplausos recrudescem, olhando todos instintivamente para os elementos oficiais presentes. O entusiasmo, porém, é contagiante" (idem).

Na imprensa, de uma maneira geral, imperava o silêncio a respeito de Luiz Carlos Prestes, que, desde novembro de 1931, morava em Moscou. De certa maneira, isso era um sintoma de que sua presença no Brasil seria incômoda, de que sua liderança subsistia, apesar de repudiada em maio de 1930. Certos fatos são sintomáticos: um jornal carioca, preocupado com a suposta infiltração comunista na América do Sul, ao noticiar entendimentos entre o governo brasileiro e outros governos da região, visando ao combate do comunismo, estampava, na primeira página, foto de Luiz Carlos Prestes (*A Pátria*, 22/04/32: 1). Por que o faria, se o Cavaleiro da Esperança tivesse deixado de provocar interesse e atrair simpatias?

Em novembro de 1932, realiza-se, no Rio de Janeiro, o chamado Congresso Revolucionário, reunindo antigos "tenentes" e elementos civis preocupados com a "regeneração da Revolução de 30", tendo em vista a criação de um partido que viesse a dar efetiva sustentação ao Governo Provisório, a braços com a preparação das eleições para a Constituinte, marcadas para o ano seguinte. No meio de grande confusão, decidiu-se pela formação de um partido "socialista", cuja definição programática provocou debates pouco esclarecedores a respeito de seus reais objetivos. Buscavam-se novos caminhos, diante do desgaste sofrido tanto pelo Governo Provisório quanto pelo "Clube 3 de Outubro" e demais organizações tenentistas²⁸.

Nesse "Grande Congresso Revolucionário", durante o qual teses extremamente contraditórias foram debatidas, na presen-

²⁸. Cf. *Correio da Manhã*, 16/11/32: 1; 18/11/32:1; 19/11/32: 2; 25/11/32:3; *O Observador Econômico e Financeiro*, jan/1939, nº 36, ano 3: 136: sobre o papel das organizações tenentistas no pós-30, conforme Prestes, 1999.

ça e com a participação de expressivo número de “tenentes históricos” como Juarez Távora, Felipe Moreira Lima, Pedro Ernesto Batista, etc., os impasses surgidos no esforço para redefinir os rumos da “Revolução Brasileira” propiciaram a explosão espontânea e entusiástica de uma manifestação de apreço por Luiz Carlos Prestes. Assim, quando a Dra. Ilka Labarthe, eleita secretária do Congresso, discursava em seu encerramento solene – que se constituiu um “verdadeiro acontecimento” –, externando sua grande admiração pelo Cavaleiro da Esperança, foi interrompida por “cinco minutos de palmas e delírio”, uma verdadeira apoteose a L.C. Prestes (*Correio da Manhã*, 25/11/32: 3; Sisson, 1939: 12).

Como explicar essa manifestação, num meio, antes declaradamente hostil a Prestes, senão pela aspiração então generalizada de reencontrar uma liderança confiável, capaz de apontar soluções para os problemas enfrentados pelo país? Como explicar o ressurgimento de tamanho entusiasmo pelo antigo Cavaleiro da Esperança, a não ser pela percepção da divisão que minava as hostes tenentistas, levando seus elementos mais radicais ou desiludidos com o Governo Vargas a se voltarem novamente para o grande ausente, antes por todos repudiado?

Por ocasião de mais um aniversário dos levantes tenentistas, em julho de 1933, viriam a ocorrer novas demonstrações de que a liderança de Luiz Carlos Prestes estava ressurgindo. O *Correio da Manhã* publicava com grande destaque matéria de primeira página, lembrando a epopéia da Coluna Prestes e a figura de seu líder (05/07/33: 1). Nesse mesmo dia, realizava-se no Teatro Municipal do Rio de Janeiro solenidade comemorativa à data, contando com a presença de representantes do Governo Federal. Diante do recinto repleto, o capitão do Exército Francisco Moesia Rolim, participante do movimento tenentista desde 1922 e, posteriormente, membro atuante da direção da Aliança Nacional Libertadora (ANL), prestava homenagem a Luiz Carlos Prestes, sendo seu discurso nesse momento interrompido por “aplausos entusiásticos” (*idem*, 06/07/33: 7).

Confirmando o renascimento da liderança do Cavaleiro da Esperança, ausente do país no exílio moscovita, o jornal carioca

A Pátria (fundado por João do Rio em 1920), que não fazia muito tempo defendera posições abertamente anticomunistas²⁹, abria manchete de primeira página anunciando a publicação de artigo de Luiz Carlos Prestes sobre o Exército Vermelho (*A Pátria*, 09/08/34: 1 e 10). Sob o título “A Rússia de hoje e os aspectos novos da sua vida focalizados num artigo do ex-Cavaleiro da Esperança”, o jornal transcrevia matéria publicada na folha *Informaciones* de Madrid. A repercussão dessa matéria, publicada também no órgão oficial clandestino do PCB (*A Classe Operária*, n. 164, 01/08/34), seria tão grande que, no dia seguinte, *A Pátria* voltava a reproduzi-la na íntegra, informando que o fazia “em virtude de se haver esgotado a nossa edição de ontem” (*A Pátria*, 10/08/34: 1 e 3).

No final de 1934, início de 35, quando já se falava abertamente na criação da ANL, os jornais passam a cogitar um possível regresso de Prestes ao Brasil, comentando-se que ele viria chefiar a nova entidade (*idem*, 24/1/35: 10; 06/02/35: 4). A legenda da ANL passaria quase sempre a ser associada ao nome de Luiz Carlos Prestes, cada vez lembrado com maior frequência como o “Cavaleiro da Esperança”. Prestes tornava-se o Cavaleiro de uma Esperança que renascia junto a amplos setores da opinião pública nacional³⁰. Em editorial “O prestígio do Cavaleiro da Esperança”, *A Pátria* escrevia:

“Ainda mais que o conhecimento das linhas mestras dessa nova agremiação político-partidária (sic)...(a ANL)..., anseia o povo brasileiro pela volta daquele que foi o Cavaleiro da Esperança. Conhecendo-lhe as virtudes cívicas e o temperamento inquebrantável de idealista, sabendo-o capaz de todos os sacrifícios para a vitória dos grandes ideais, as populações dos quatro cantos do país, que lhe conhecem as façanhas sobejamente, aguardam-lhe a chegada, neste momento angustiado da história do Brasil, sob a emoção que o prestígio do seu nome e de sua figura encerra. (...)

Ele, se fora um oportunista como os que pululam por aí atualmente, poderia ter desfrutado das melhores situações quando a Revolução de 30 venceu. Não quis, no entanto, macular a pureza de suas intenções às investidas menos dignas dos que, reconhecendo-lhe o prestígio, o convidaram a partilhar do botim que se sucedeu às horas da vitória, o que continua, até hoje, a defraudar as energias da nação para proveito do mais nefasto dos governos. (...)

Luiz Carlos Prestes (...) Não nos atemoriza qualquer prevenção contra a sua pessoa,

29. Cf., por exemplo, *A Pátria*, 24/03/32: 4; 25/03/32: 4; 27/03/32: 4; 22/04/32: 1 e 4; 28/04/32: 4; 01/05/32: 1; 12/05/32: 10; etc.

30. Cf. *Correio da Manhã*, 05/02/35: 6; 06/02/35: 3; 13/02/35: 4; 27/02/35: 3; *A Pátria*, 24/01/35: 10; 06/02/35: 4 e 10; 09/02/35: 2.

ANITA LEOCADIA PRESTES

nem contra o partido ... (a ANL)... que virá chefiar. (...) basta a idoneidade, o prestígio, a glória do nome de Luiz Carlos Prestes para a do mesmo à opinião pública do país” (06/02/35: 4).

Na mesma ocasião, o general Miguel Costa, que já vinha se mostrando decepcionado com os resultados da Revolução de 30 (*idem*, 02/02/35: 10), declarava-se solidário com a orientação política de Luiz Carlos Prestes, aceitando o convite que lhe fora feito para presidir em São Paulo a seção regional da ANL (*Correio da Manhã*, 05/02/35: 6). Dizia ele, nessa oportunidade, e “com lágrimas nos olhos”, que se Prestes estava à frente da ANL, ele também participaria, concordando com o seu programa “agrário e antiimperialista”³¹.

Em 30/03/35, quando a ANL foi lançada publicamente, em grande ato realizado no Teatro João Caetano, no Rio de Janeiro, contando com a adesão de Miguel Costa – que dirigiu carta aberta àquela assembléia³² –, era lido manifesto-relatório, no qual se dizia:

“Não tinham razão Prestes e seus companheiros quando nos advertiam do erro funesto em que iríamos incidir, participando de um movimento que só aproveitava de nós para substituir um imperialismo por outro? A verdade é que a maioria de nós, a quase totalidade mesmo, não o escutou. E nos deixamos levar por aquele velho romantismo que nos havia encaminhado a participar das rebeliões desde os albores do ciclo revolucionário.

Acreditávamos ainda na força do espírito e das convicções sobre as afirmações dialéticas. Esquecíamos-nos, ou, talvez, não queríamos ver a influência de fatores tão concretos, tais como o poder imenso do imperialismo. E lançamo-nos à aventura, embora meros títeres, com o mesmo ardor, com o mesmo entusiasmo dos primeiros tempos. Os anos que se sucederam vieram tornar realidade aquilo que nos fora dito com tanta lealdade pelo general Luiz Carlos Prestes e o partido que adotara. A dura experiência desses anos aí está patente na trágica realidade dos dias que correm: o país entregue de pés e mãos atados à voracidade do imperialismo estrangeiro; as liberdades públicas massacradas de uma maneira desconhecida pela violência das leis de arrocho, enfim, o Brasil se encontra em uma situação deplorável em todos os sentidos, sem similar em sua história” (A Pátria, 31/03/35: 12; grifos meus).

31. Citato em “Extrato de carta do camarada Altobelli (Rodolfo Ghioldi)”, 25/02/35, Centro Russo de Conservação e Pesquisa de Documentos de História Contemporânea/AMORJ/IFCS-UFRJ (texto em russo).

32. “A adesão pública do General Miguel Costa”. In: *A Pátria*, 03/04/35: 8.

Esta citação, embora longa, é esclarecedora: confirma o que vinha sendo exposto até aqui, ou seja, enquanto crescia o desencanto generalizado com o Governo Vargas, segmentos ponderáveis da opinião pública brasileira voltavam-se cada vez mais para a liderança de Luiz Carlos Prestes, para o programa que ele havia proposto em seu Manifesto de Maio de 1930 e não tinha encontrado eco junto àqueles setores, então iludidos com Vargas e a plataforma da Aliança Liberal.

A criação da ANL representava a culminância desse processo de aglutinação de grupos, setores, organizações e personalidades decepcionados com o rumo tomado pela Revolução de 30, desiludidos de Vargas e do seu Governo. Ao mesmo tempo, para que essa unidade fosse alcançada, o nome, o prestígio, a liderança de Luiz Carlos Prestes mostraram-se essenciais. Sem o Cavaleiro da Esperança e tudo o que ele representava no Brasil, naquele momento, dificilmente a ANL teria existido. Afinal, como escreveu F. Engels:

"E aqui é onde devemos falar dos chamados grandes homens. O fato de que surja um deles e em um momento e em um país determinados, é, naturalmente, uma pura casualidade. Mas se o suprimimos, se colocará a necessidade de substituí-lo, e aparecerá um substituto, melhor ou pior, mas a longo prazo aparecerá"³³.

Naquele ano de 35, a figura de Prestes viria a desempenhar um papel histórico determinado e necessário – congregar em torno da ANL grande parte dos setores da nação insatisfeitos de uma maneira geral com o Governo Vargas e o processo como haviam sido conduzidos os trabalhos da Constituinte e a eleição do presidente da República, mas também com a dominação imperialista do país e a força do latifundismo, com o avanço do integralismo e as medidas antidemocráticas adotadas pelo Governo, como a Lei de Segurança Nacional. O Cavaleiro da Esperança, embora inicialmente distante do país e posteriormente vivendo na clandestinidade, sintetizava em sua figura os anseios de todos esses setores, que, em maio de 30, de uma forma ou de outra, lhe haviam dado as costas.

³³. Carta de F. Engels a W. Borgius, 25/01/1894. In: Marx, C - Engels, F. *Obras escogidas en tres tomos*, t. III. Moscou, Ed. Progreso, 1976: 531.

Enquanto A ANL conseguiu manter-se na legalidade (de março a julho de 35), o nome de Prestes esteve sempre associado à sua legenda, e isto é comprovado pela leitura dos jornais da época³⁴. Em todos os atos e manifestações da ANL, o Cavaleiro da Esperança era invariavelmente ovacionado e seus manifestos e cartas recebidos com grande entusiasmo. Após o fechamento da Aliança, a repressão policial calou a imprensa, mas o nome de Prestes continuava sendo o principal referencial para aqueles que persistiram na luta pelos objetivos da ANL, embora agora na clandestinidade. Como diria Hélio Silva, contemporâneo daqueles acontecimentos, Prestes “era quem mais alto representava a esperança do povo em dias melhores” (Silva, 1969: 43).

3. A POLÍTICA DE FRENTE ÚNICA DO PCB (1929/1935) E A ADESÃO DE L.C. PRESTES

A partir do III Pleno do Comitê Central do PCB, realizado em outubro de 1929³⁵, a orientação política dos comunistas brasileiros se ajusta inteiramente às resoluções do VI Congresso da Internacional Comunista, que tivera lugar em Moscou, em 1928. Fundado em 1922 e aceito na IC dois anos depois, o PCB participava, como a maioria dos partidos comunistas àquela época, através de seus delegados, dos conclaves internacionais da organização mundial, acatando as decisões neles adotadas.

Já no III Congresso do PCB (dezembro de 1928/janeiro de 1929), algumas das teses fundamentais aprovadas pouco antes pela IC, em suas “Teses sobre o movimento revolucionário nas colônias e semicolônias”³⁶, haviam sido incorporadas à linha do Partido. Tendo como ponto de partida a caracterização do Brasil como um país de “tipo semicolonial, economicamente dominado pelo imperialismo” e “de economia principalmente agrária, baseada na grande propriedade e na exploração de grandes massas camponesas (*sic*)”, definia-se a revolução brasileira

34. Cf. por exemplo, *Correio da Manhã*, *A Pátria*, *A Platéia* (SP), *A Manhã* (RJ), *Jornal do Povo* (RJ), *O Homem Livre* (RJ), etc.

35. Cf. “O III Pleno do C.C.” (outubro de 1929). In: Carone (1982: 78-83).

36. Cf. *VI Congresso de la Internacional Comunista*, primera parte, tesis, manifiestos e resoluciones. 1ª ed.. México, Ed. Pasado y Presente, 1977 (Cuadernos de Pasado e Presente, n. 66): 188-242.

como “democrático-burguesa” (mais tarde passaria a ser chamada de “agrária e antiimperialista”)³⁷.

Da mesma forma, era mantida a definição anterior do PCB – que não colidia com as teses da IC – a respeito do “antagonismo anglo-americano”, ou seja, que esses dois imperialismos, aliados a diferentes setores das classes dominantes no Brasil se defrontavam pela conquista de uma posição hegemônica na economia mundial, determinando toda a luta política em curso no país (*idem*). Tratava-se de análise extremamente simplista dos conflitos que então ocorriam, amplamente abordada e criticada tanto em documentos posteriores do próprio PCB como em escritos de diversos autores (Pereira, 1962: 119; Sodré, 1980: 209-210).

Nas resoluções do III Congresso do PCB, embora se afirmasse que “a burguesia nacional” capitulara “completamente diante do imperialismo, aliando-se aos grandes proprietários de terra, que estão no poder”, apontava-se para a “pequena burguesia” como “um fator revolucionário da maior importância no momento atual, tendendo a aliar-se às forças revolucionárias do proletariado”³⁸.

Mais adiante, e como consequência lógica dessa definição, dizia-se, na mesma resolução – ainda que fazendo a ressalva de que só o proletariado “poderá levar a Revolução às suas últimas consequências”, devendo, portanto, assumir a “direção do movimento” – que o proletariado deve “apoiar energeticamente, desde já, o movimento revolucionário em preparação” (*idem*). Tinha-se em vista, portanto, a participação na conspiração tenentista então em curso. Reafirmava-se ainda a importância do Bloco Operário e Camponês (BOC), “frente única das massas laboriosas” “sob a hegemonia do PC”, ainda que reconhecendo “alguns perigos de desvio oportunista e eleitorista, que é necessário combater energeticamente” (*idem*).

37. Resolução do C.C. do PCB, de 11/02/29. In: Carone (1982: 70-77).

38. *Idem*.

Contrastando com as resoluções do III Congresso, as teses aprovadas no III Pleno do C.C. do PCB – fortemente influenciadas pelas discussões havidas na Primeira Conferência Comunista Latino-Americana e os resultados do X Pleno do Comitê Executivo da IC – deixavam de considerar a pequena burguesia um fator revolucionário, declarando que as “principais forças motrizes” da revolução no Brasil são “o proletariado e a massa de assalariados agrícolas e os camponeses pobres”³⁹. Era feita também a crítica dos chamados “perigos de direita”, o que viria a significar na prática o abandono do BOC e da política de Frente Única até então desenvolvida pelo Partido.

Os comunistas brasileiros aderiam, portanto, à orientação estreita e sectária aprovada no VI Congresso da IC, que ficou conhecida como tática de “classe contra classe”. Segundo Milos Hajek, seus elementos essenciais eram:

“a tese sobre o social-fascismo, a definição da ala de esquerda da social-democracia como mais perigosa do que a ala direita, a concepção de frente única limitada à colaboração com os operários socialistas, a rejeição de princípio de toda proposta dirigida aos partidos socialistas e somente em casos excepcionais a admissão de acordos com suas organizações de base” (Hajek, 1977: 40).

Sem entrar em maiores considerações sobre a política da IC no chamado “terceiro período”, caracterizado, segundo as análises contidas em seus documentos, pela crise do capitalismo e o advento de guerras e revoluções, após um “segundo período”, iniciado em 1921, de “estabilização” do sistema capitalista (Caballero, 1987: 38-39) – uma vez que estas questões já foram tratadas por numerosos autores (Hajek, 1977; Caballero, 1987; etc.) –, o que me interessa aqui é destacar a *virada* ocorrida na política frentista do PCB, a partir dos últimos meses de 1929.

Com a implementação da política de proletarização do PCB, também chamada de “bolchevização” (que passava a ser aplicada nos partidos comunistas, em conseqüência principalmente da orientação esquerdista adotada no VI Congresso da

39. “O III Pleno do C.C.” (outubro de 1929). *op. cit.*

IC) (Hajek, 1985), combinada com uma postura tática que recusava alianças com outras forças políticas e buscava forçar uma frente única “pela base” com os “camponeses pobres e assalariados agrícolas”, o Partido fazia autocrítica de uma suposta subestimação da “situação revolucionária do país” e das suas próprias forças⁴⁰.

Em documentos subseqüentes, tanto o PCB quanto a IC passariam a afirmar abertamente o “amadurecimento da crise revolucionária no Brasil”, o que deveria conduzir o Partido a “preparar-se para a luta, a fim de poder encabeçar a *insurreição revolucionária* das grandes massas trabalhadoras”⁴¹. Cabe destacar que “nessas grandes massas trabalhadoras” estavam incluídos somente os operários e os camponeses⁴². Segundo o Partido, a palavra de ordem devia ser: “Marchar separadamente e combater juntos o inimigo comum”, explicando a seguir:

“Cada tentativa de sustentar, nas atuais condições brasileiras, o movimento revolucionário da pequena burguesia por meio de uma ação que não se baseie na frente única dos operários e dos camponeses, a não ser que se faça por meio de pactos com os chefes pequeno-burgueses, dará a direção do movimento aos ditos chefes, enfraquecerá o P.C., tornará impossível a direção das batalhas rurais pelo proletariado, o que é a única condição inevitável para a revolução vitoriosa” (idem: 95; grifo meu).

Partindo da definição de uma situação revolucionária no Brasil e da suposição de que seria possível promover uma insurreição das massas trabalhadoras, os comunistas brasileiros e a IC apelavam abertamente à luta armada e à criação de um “governo operário e camponês baseado nos Soviets, isto é, nos Conselhos de Operários e Camponeses, Soldados e Marinheiros”⁴³, objetivo calcado diretamente na experiência da Revolução Russa.

Quando L.C. Prestes se aproxima dos comunistas, é com essa orientação política do PCB, devidamente ajustada às dire-

40. *Idem*: 81.

41. “Resolução da Internacional Comunista sobre a questão brasileira” (fevereiro de 1930), *op. cit.*; grifo meu.

42. “O movimento revolucionário no Brasil e a Liga Revolucionária de Prestes” (setembro de 1930), *op. cit.*: 92.

43. “O III Pleno do C.C.” (outubro de 1929), *op. cit.*: 86 e 87.

trizes do VI Congresso da IC, que ele se depara. E é nos marcos dessa orientação política que Prestes, após a ruptura com os “tenentes”, tentará atuar, tolhido pela insuficiência de seus conhecimentos tanto da teoria marxista quanto da realidade brasileira. Insuficiência, aliás, que caracterizava também os comunistas brasileiros e latino-americanos, da mesma forma que os dirigentes da IC, para os quais a América Latina era algo distante e difícil de compreender, dada a visão eurocentrista em que se haviam formado.

A adesão pública do Cavaleiro da Esperança ao comunismo (com o seu Manifesto de Maio de 30), embora repudiada violentamente no Brasil, contribuiu de maneira decisiva para a difusão das posições do PCB junto a múltiplos setores da opinião pública nacional e, em particular, da intelectualidade progressista. Pela primeira vez, as principais teses do PCB se tornavam amplamente conhecidas: a revolução agrária e anti-imperialista; a necessidade de combater o imperialismo e o latifundismo; a proposta de uma insurreição das massas de operários e camponeses; assim como a luta por um governo baseado nos conselhos de operários e camponeses, soldados e marinheiros.

Até aquele momento, a penetração das propostas do PCB junto à sociedade brasileira – e mesmo junto ao proletariado – era extremamente limitada, o que se explica pela debilidade ideológica, política e orgânica do Partido e pela sua condição de organização clandestina, permanentemente perseguida pelas classes dominantes. Se, por um lado, as debilidades apontadas contribuíam para a formulação de uma linha política inadequada às possibilidades reais existentes no país para o avanço do processo revolucionário, por outro lado, as insuficiências dessa orientação política acarretavam o agravamento das debilidades do Partido, condenando-o ao isolamento político.

Na ocasião em que Prestes se aproxima do PCB, aderindo de público ao seu programa, ainda que sendo rejeitado pela direção partidária⁴⁴, a *via insurrecional* para a vitória da revolução

44. Cf. o cap. anterior deste trabalho; também: “O Partido Comunista do Brasil perante o Manifesto de Luiz Carlos Prestes” (junho de 1930), *op. cit.*; “O movimento revolucionário no Brasil e a Liga Revolucionária de Prestes” (setembro de 1930), *op. cit.*

agrária e antiimperialista já fazia parte da orientação política do Partido, estando consagrada tanto em seus documentos quanto nos da IC, referentes ao Brasil (Carone, 1982: 70 a 111). O Cavaleiro da Esperança só viria a ser aceito nas fileiras do PC em agosto de 34, após um longo período de insistentes solicitações de sua parte e, finalmente, por resolução da IC⁴⁵. A direção do PCB, temerosa do “prestismo”, protelou ao máximo a aprovação dessa medida (*A Classe Operária*, 12/09/34: 4), que não era vista com simpatia pelos seus dirigentes, para os quais Prestes continuava sendo um “caudilho pequeno-burguês” (Carone, 1982: 130).

Se Luiz Carlos Prestes fora indiscutivelmente um chefe militar e, certamente, estava sob a influência da visão golpista do processo revolucionário, que caracterizara o tenentismo dos anos vinte e que se encontrava tão arraigada na sociedade brasileira – na qual inexistiam tradições sólidas de organizações populares e de lutas organizadas de massas –, a visão militarista da “insurreição das massas trabalhadoras”, imperante no PCB e na própria IC, não era menos golpista.

Não foram, portanto, Prestes e alguns militares que, sob sua influência, ingressaram no PCB, que levaram para o Partido as concepções golpistas que caracterizaram sua política. Significativamente, o PCB, desde o final de 1929, havia resolvido criar um Comitê Militar Revolucionário visando estreitar contatos com os militares que conspiravam e, ao mesmo tempo, um Comitê Antimilitar, destinado à atuação junto aos escalões inferiores das Forças Armadas (Carone, 1976: 242-243; Vianna, 1992: 61). E, durante todo o período que antecedeu o ingresso de Prestes em suas fileiras e o seu regresso ao Brasil, o trabalho partidário junto aos militares foi sempre considerado de grande importância (Vianna, 1992: 62-68). O PCB via nos militares um setor fundamental da sua atividade, partindo da consideração de que o golpe militar poderia servir de estopim para a insurreição popular; exatamente a visão que predominaria nas revoltas armadas de novembro de 35.

45. LCP, fita 10 (lado 20), p. 11-12.

A orientação política oficialmente adotada pelo PCB, sob a influência do VI Congresso da IC, seria mantida até meados de 1935⁴⁶, apesar das repetidas mudanças ocorridas na composição do seu Comitê Central (Carone, 1976: 237-240; Vianna, 1992: 55-57). No manifesto da Primeira Conferência Nacional do PCB, realizada em julho de 1934, reafirmava-se a proposta de luta pela instauração do “Governo Operário e Camponês, a Ditadura Democrática baseada nos Conselhos de operários, camponeses, soldados e marinheiros” (*A Classe Operária*, n. 164, 01/08/34).

Da mesma forma, permanecia a concepção estreita de frente única “pela base”, repetida, por exemplo, no documento do Comitê Central do PCB sobre as eleições (agosto de 34), no qual se dizia:

“É no curso da luta, por meio da frente única de ação de todos os operários, sem distinção de tendências políticas e religiosas, da estreita aliança dos operários com os camponeses e da fraternização dos operários e camponeses com os soldados e marinheiros, que devemos criar os organismos que, num futuro próximo (...) se hão de transformar em órgãos do poder operário e camponês, em conselhos de operários, camponeses, soldados e marinheiros! Devemos (...) criar em cada local de trabalho comitês de frente única e de luta (...).

A existência desses comitês, de representantes operários, camponeses, soldados e da massa popular deve ser defendida com unhas e dentes por todos nós (...).” (idem, n. 67, 23/08/34; grifos meus).

4. A CAMPANHA PELA LIBERTAÇÃO DE J. DIMITROV E SUA REPERCUSSÃO NO BRASIL

A subida de Hitler ao poder e logo depois, em fevereiro de 1933, o incêndio do Reichstag – provocação montada pelos nazistas com o objetivo de justificar a repressão contra os comunistas –, quando o dirigente comunista búlgaro Jorge Dimitrov, juntamente com outros militantes comunistas, foi preso e sub-

⁴⁶ Cf. “O Governo Nacional Popular Revolucionário e as tarefas do Partido”, resolução do C.C. do PCB, maio de 1935 (documento datilografado, 8 folhas). Arquivo DOPS, setor Comunismo, pasta 11. “Concentremos todas as nossas Forças na preparação e desencadeamento das Greves, das Lutas Camponesas e Populares!”. In: *Revista Porletária*, RJ, nº 5, agosto de 1935.

metido a rumoroso processo no Tribunal de Leipzig, constituíram acontecimentos de enorme repercussão no mundo inteiro e também no Brasil, o que pode ser comprovado pela leitura da imprensa da época⁴⁷. É necessário, portanto, verificar como esses sucessos iriam repercutir junto à Internacional Comunista e, em particular, junto ao PCB, no que se refere à sua política de alianças.

De acordo com as concepções vitoriosas no VI Congresso da IC a respeito do “terceiro período”, a guerra era considerada inevitável e inerente à natureza do capitalismo em sua fase imperialista, principalmente num período de crise. Como consequência, os comunistas deveriam lutar contra a guerra numa perspectiva de transformá-la em guerra civil, ou seja, seguindo o modelo soviético, a guerra imperialista geraria a revolução (Procacci, 1985: 254-255 e 273). Segundo a concepção então vigente na IC, não se distinguíam as peculiaridades do fascismo, visto como consequência da evolução da crise capitalista. Considerava-se que, com a sua vitória, se poderia chegar à revolução⁴⁸. Desta forma, confundia-se a luta antifascista com a luta anticapitalista, concepção da qual a tese do social-fascismo constituía uma decorrência lógica.

Dentro dessa perspectiva, o PCB postulava que

*“o fascismo é um fenômeno que surge exclusivamente na sociedade capitalista e, mais do que isso, apenas no período do capitalismo imperialista, do capitalismo financeiro, última etapa da dominação burguesa”*⁴⁹.

A conclusão era de que no Brasil não existiria fascismo como tal, uma vez que se tratava de um país semicolonial, mas somente “métodos de reação fascista” utilizados por “grupos feudais e burgueses ligados ao capital estrangeiro” (*idem*). Por isso, a luta deveria ser travada contra o conjunto das classes dominantes. Os comunistas não haviam compreendido ainda a necessidade de definir o fascismo como o inimigo principal e, no

⁴⁷ Cf. por exemplo, *Correio de Manhã*, *A Pátria*, de 1933, assim como outros jornais.

⁴⁸ Citado por Agosti, Aldo. *La Terza Internazionale (Storia documentaria)*, tomo III, vol. 1. *Apud* Roio (1990: 35).

⁴⁹ *Vanguarda Estudantil*, n. 1, novembro de 1933, *Apud* Roio (1990: 236).



Passeata dos grevistas dos Correios e Telegráfos de São Paulo. (Idem. Reprodução fotográfica de Gilson Ribeiro.)

caso brasileiro, o seu congênere – o movimento integralista, que vinha crescendo e adquirindo força desde 1932 (Trindade, 1979).

Como a orientação política da IC insistia na necessidade de intensificar a luta contra as guerras imperialistas, aliada à tática da frente única “pela base”, o PCB trataria de desenvolver esforços no sentido de criar organizações de massas, congregando apenas trabalhadores, voltadas para a luta contra a guerra, conclamando-as a participar das jornadas internacionais de luta contra a exploração e a guerra imperialista, realizadas desde os anos vinte no dia 1º de agosto (*A Classe Operária*, n. 93, 19/07/30; n. 97, 27/08/30).

Deve-se destacar que, em agosto de 32, por iniciativa de Henri Barbusse, escritor francês de grande prestígio internacional e muito próximo dos comunistas e da URSS, havia sido convocado, para ser realizado em Amsterdã, um Congresso Mundial contra a Guerra⁵⁰, durante o qual foi fundado o Comitê Mundial contra a Guerra Imperialista. Em fevereiro de 33, realizava-se em Montevidéu, promovido pelos comunistas da região, um congresso contra a guerra imperialista, atendendo ao apelo lançado pelo recém-formado Comitê Mundial de Luta contra a Guerra Imperialista (Canale, 1985: 117 e nota 80).

Até aquele momento, para os comunistas, a luta contra a guerra não estava associada ao combate ao fascismo, que continuava a não ser visto como inimigo principal a enfrentar. A grande repercussão do processo de Leipzig, movido contra J. Dimitrov e seus companheiros pelo governo hitlerista, durante o ano de 33, – quando o dirigente comunista búlgaro, de réu passou a acusador do fascismo, revelando uma enorme coragem e lucidez que emocionaram a opinião pública mundial, mobilizando-a contra o fascismo –, iria provocar a mudança paulatina da política da IC. Mudança essa que acabaria sendo consagrada em seu VII Congresso, realizado em 1935, ocasião em que foi aprovada a tática das *frentes populares* a partir da definição do *fascismo* como o inimigo principal a ser golpeado

50. Jorge Dimitrov. *Leipzig 1933. Discursos, cartas y documentos*. 1968. Sofia (Bulgária), Sofia-Press: 288.

naquele contexto histórico⁵¹.

Pode-se afirmar que a necessidade premente de salvar a vida de J. Dimitrov e de denunciar a violenta perseguição aos comunistas na Alemanha nazista – Ernest Thaelmann, secretário-geral do PC alemão, havia sido preso em março de 1933⁵² –, promovendo campanha internacional pela libertação de Dimitrov, Thaelmann e demais comunistas encarcerados, tornou-se um fator decisivo para que, sob a influência das posições políticas assumidas por Dimitrov durante a sua defesa, a IC começasse a levantar a consigna da *luta antifascista*.

A campanha em defesa das vítimas do Processo de Leipzig viria a assumir proporções extraordinárias, mobilizando amplos setores da opinião pública mundial e propiciando a formação na prática de uma *frente única em escala mundial*, conforme seria posteriormente reconhecido pelo próprio Dimitrov (Leibzon, 1975: 62). Em entrevista concedida em maio de 1935, dizia ele:

*"Tanto comunistas quanto social-democratas, anarquistas e sem partido, todos se pronunciaram contra o fascismo alemão. Milhões e milhões de operários e operárias, dia após dia, acompanharam a luta em Leipzig. Milhões e milhões de elementos da pequena burguesia, de camponeses, de intelectuais ficaram ao lado da frente única antifascista"*⁵³.

É dentro desse contexto que se realiza, em 1933, em Paris, na sala Pleyel, o Congresso Operário Antifascista Europeu, convocado por iniciativa dos comunistas. Dele participaram representantes de mais de três milhões de trabalhadores europeus – comunistas, setores operários da social-democracia e intelectuais antifascistas. Na ocasião, aprovou-se um programa de luta contra o fascismo e a guerra imperialista, em defesa dos direitos democráticos e das reivindicações econômicas dos trabalhadores. Começava a concretizar-se a idéia da Frente Única Antifascista. No Congresso foi fundado um Comitê Central Antifascista, que pouco depois, em agosto daquele mesmo ano, se fundiria

51. Cf. "La ofensiva del fascismo y las tareas de la Internacional en la lucha por la unidad de la clase obrera contra el fascismo" (informe de J. Dimitrov, 02/08/35). "Por la unidad de la clase obrera contra el fascismo" (discurso de J. Dimitrov, 13/08/35).

52. Jorge Dimitrov. *Leipzig 1933*, op. cit.: 292.

53. *A Internacional Comunista*, nº 20-21: 13 (ed. em russo). Apud Leibzon (1975: 62).

com o Comitê Mundial de Luta contra a Guerra Imperialista, criado no ano anterior, na reunião realizada em Amsterdã, dando origem ao Comitê Mundial de Luta contra a Guerra e o Fascismo, conhecido também como Movimento Amsterdã-Pleyel (*idem*: 60; Canale, 1985: 117; Roio, 1990: 237).

No Brasil principalmente durante o segundo semestre de 1933, a repercussão do processo de Leipzig e da campanha mundial movida na Europa contra a guerra e o fascismo viria a criar um clima favorável para que, por iniciativa dos comunistas, apoiados em setores da intelectualidade progressista e da opinião pública, fosse criado o *Comitê de Luta contra a Guerra Imperialista, a Reação e o Fascismo*, que se tornou conhecido como “Comitê Antiguerrero” (*Correio da Manhã*, 25/11/33: 4; Carone, 1979: 247 e 1976: 127-128; Roio, 1990: 237). Esse comitê estava relacionado ao Movimento Amsterdã-Pleyel, e a participação nele dos comunistas refletia a orientação da IC, que começara a mudar, embora lentamente, sob a pressão dos acontecimentos, no sentido de unificar as forças antifascistas no mundo inteiro (Dassú, 1985: 293-336; Leibzon, 1975: 63-64).

Refletindo sobre aquele período, várias décadas mais tarde, Luiz Carlos Prestes diria:

“Como aconteceu no mundo inteiro, também no Brasil teve enorme repercussão a conduta heróica de Dimitrov no processo da Leipzig. (...) Graças à valentia de Dimitrov, ao seu talento, (...) à maneira por que soube converter-se de acusado em acusador, expondo ao mundo inteiro o que significa a barbárie fascista, foi que a classe operária e demais forças democráticas e progressistas despertaram para a ação, compreenderam a ameaça que significava o avanço do fascismo em nosso país.

A campanha pela libertação de Dimitrov ganhou rapidamente proporções de massas e foi através dela que nosso Partido conseguiu, na prática, romper com o sectarismo, ligar-se às massas populares, desenvolvendo simultaneamente vigorosa luta contra o fascismo e contra a guerra imperialista. Graças à palavra eloqüente, audaciosa e brilhante de Dimitrov em Leipzig, amplamente difundida no país, através de volantes, folhetos e de comícios, evidenciou-se o contraste entre a barbárie fascista e o humanismo comunista (...).⁵⁴

54. Intervenção de Luiz Carlos Prestes na Conferência Internacional em homenagem a J. Dimitrov, Sofia (Bulgária), 18/06/72 (documento original, datilografado). Grifos meus.

Desde o início de 1933, os trotskistas da Liga Comunista Internacionalista (LCI) tentariam articular-se para a formação de uma frente antifascista que, segundo suas concepções, deveria lutar contra o integralismo de Plínio Salgado, considerado por eles o fascismo brasileiro. Defensores de uma concepção estreita de “frente única proletária”, os trotskistas eram contrários a que a luta contra a guerra fosse associada ao combate ao fascismo. Da mesma forma, não levantavam a bandeira do antiimperialismo, o que, certamente, dificultava a conquista da unidade com outras forças políticas, em particular com o PCB que, por sua vez, mostrava-se intolerante em relação à LCI⁵⁵.

Em junho de 33, por iniciativa da LCI, foi constituída, em São Paulo, a Frente Única Antifascista (FUA), na presença não só de trotskistas, como de socialistas, anarco-sindicalistas e imigrantes italianos antifascistas. A FUA promoveu atos e manifestações públicas, com a participação de agremiações partidárias, sindicais e populares, e chegou a articular-se momentaneamente com o PCB, promovendo em conjunto com ele e outras organizações antifascistas o comício de 15/12 na Lega Lombarda. Esse ato foi considerado à época um grande sucesso, pois nele estiveram presentes mais de duas mil pessoas e fizeram-se representar entidades como o Comitê Antiguerreiro de São Paulo, o Comitê Estudantil Antiguerreiro, a Federação das Juventudes Comunistas, o Partido Socialista Brasileiro, a União Sindical dos Profissionais do Volante, etc. (*O Homem Livre*, SP, n. 6, 7 e 20; Roio, 1990: 238-240).

Logo depois, contudo, o PCB e as entidades a ele ligadas se afastariam da FUA, pois sua participação nessa frente se chocava com a linha política do Partido, que não aceitava coligações pela cúpula, mas apenas pela base (Roio, 1990: 240). A FUA não conseguiria consolidar-se, entrando em fase de estagnação. Mas sua atuação revelara o crescimento do sentimento antifascista no país, em particular o repúdio à ação terrorista desenvolvida pelos integralistas.

55. Cf. *O Homem Livre*, SP, nº 1 a 22, anos 1933/34 (particularmente n.º 18, p. 1 e n. 22, p. 3); Roio (1990: 237-241); Carone (1978: 392-394).

5. 1934: O AVANÇO DO MOVIMENTO ANTIFASCISTA NO BRASIL

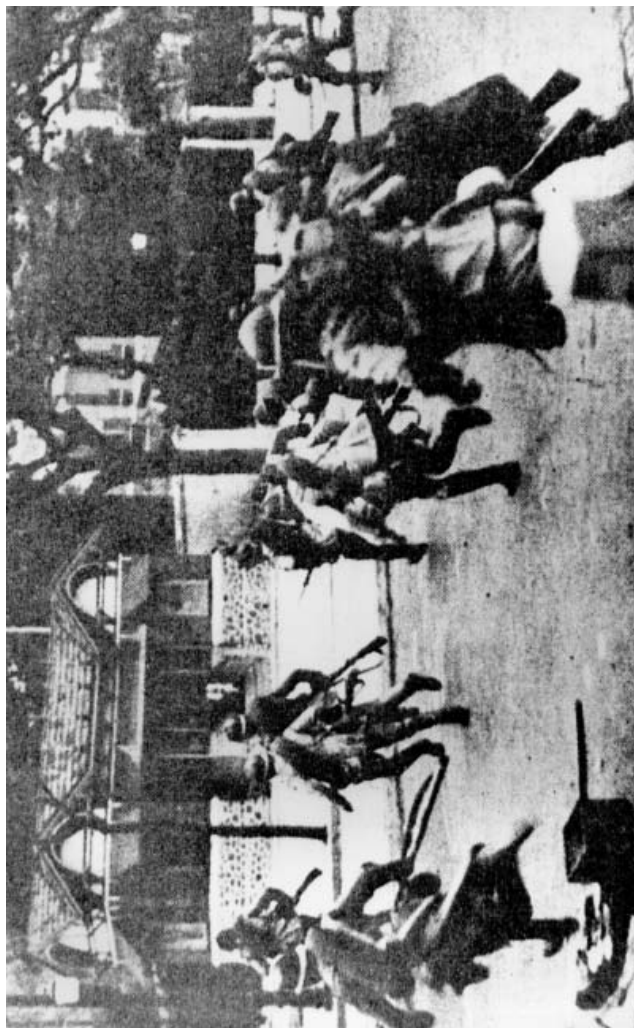
Se, no início de 1934, a FUA dirigida pelos trotskistas ficou politicamente isolada, em contrapartida, as organizações de luta contra a guerra imperialista, a reação e o fascismo, que foram sendo criadas a partir da fundação do Comitê Antiguerreiro, sob a inspiração do PCB e com a participação de seus militantes, cresceram e conquistaram terreno.

Com o agravamento da situação econômica do país e o crescimento do movimento grevista⁵⁶, diante do desencanto generalizado com o Governo Vargas – e, principalmente, com os resultados da Constituinte – e devido à agressividade cada vez maior dos integralistas contra o movimento popular e democrático, observa-se uma mobilização impressionante e inédita no Brasil em torno das consignas levantadas inicialmente pelo Comitê Antiguerreiro.

Assim, em janeiro de 34 é fundada no Maranhão a Liga Antifascista, congregando “representantes de todas as classes” (*A Pátria*, 20/01/34: 1). Em maio, o professor Edgar Sussekind de Mendonça pronuncia conferência muito concorrida, no Rio de Janeiro, durante a qual faz a crítica do fascismo e do integralismo, concluindo ser “o fascismo-reação internacional contra o socialismo” (*idem*, 23/05/34: 1). No início de junho, é o jornal *A Pátria* que assume posição crítica ao integralismo, caracterizando-o de “aventura fascista” e afirmando que Plínio Salgado conseguiu iludir a mocidade brasileira, descrente das chamadas “ideologias revolucionárias” (*idem*, 06/06/34: 1). Durante todo o mês de julho, cresce o noticiário sobre a campanha antifascista e antinazista que se expande na Europa e em outros continentes (*idem*, julho de 1934).

Em 22/7, é publicada importante conclamação da Confederação Geral do Trabalho do Brasil: “Por um 1º de agosto de luta contra a fome, o fascismo, a reação e a guerra imperialista”,

56. Cf. imprensa do ano de 1934.



Tropas do governo em ação contra os rebeldes, na Praia Vermelha. (Idem. Reprodução fotográfica de Gilson Ribeiro.)

integrado na Jornada Internacional de luta contra as guerras imperialistas, a reação e o fascismo (*idem*, 22/07/34: 3). Ainda em julho, o Comitê Estudantil de Luta contra a Guerra, a Reação e o Fascismo (criado sob a inspiração do Comitê Antiguerreiro) convida todos para grande manifestação antifascista e antiguerreira a ser realizada a 1º de agosto, no Largo da Lapa, no Rio de Janeiro. No apelo divulgado afirma-se:

"Formemos uma ampla frente única contra a guerra, a reação e o fascismo, pela liberdade de Thaelmann, Torgler e de outros presos políticos vítimas dos sanguinários hitleristas" (idem, 31/07/34: 3)⁵⁷.

No dia 1º de agosto é publicado manifesto da Confederação Geral do Trabalho do Brasil e realiza-se, no Largo da Lapa (Rio de Janeiro), comício "proletário e estudantil" contra a guerra e o fascismo, quando discursaram os representantes da Juventude Comunista do Brasil, do Partido Comunista do Brasil, do Socorro Vermelho Internacional, da seção do PC do Maranhão, do comitê Grevista de Mulheres de S. Paulo, da Federação Vermelha de Estudantes, etc. Durante o comício exigiu-se a liberdade de Thaelmann e Torgler, e encerrou-se o ato ao som de "A Internacional" (*idem*, 01/08/34: 3; 02/08/34: 10).

Uma semana depois é divulgado um novo apelo do Comitê Estudantil de Luta contra a Guerra, a Reação e o Fascismo (C.E.L.C.G.R.F.), em que é feita conclamação para que se crie uma "Frente Única de todos os Estudantes, Intelectuais, Trabalhadores, Soldados e Marinheiros" (*idem*, 08/08/34: 3). Pode-se observar que essa proposta de frente única já é mais ampla do que a incluída nos documentos do PCB, inspirada pela concepção da frente apenas "pela base"⁵⁸.

Durante o mês de agosto intensificam-se os preparativos para a realização do Congresso Antiguerreiro do Brasil, convocado para 23/08, na capital da República. Assim, a 12/8 tem lugar, em Niterói, a Conferência Regional Antiguerreira do Rio de

57. E. Thaelmann: secretário-geral do PC alemão; Torgler: deputado comunista alemão detido por ocasião do incêndio do Reichstag, incluído no mesmo processo de J. Dimitrov.

58. Cf., Resolução da Primeira Conferência Nacional do PCB (julho de 1934). In: *A Classe Operária*, n. 164, 01/08/34.

Janeiro, convocada pelo Comitê de luta contra a Guerra Imperialista, a Reação e o Fascismo de Niterói, do qual são aderentes a Federação Proletária do Estado do Rio, representando 25 sindicatos, e “as organizações proletárias, camponesas, populares e culturais, artistas (*sic*) e intelectuais de Niterói” (*A Pátria*, 08/08/34: 3; 14/08/34: 3). Perante “enorme assistência”, a Conferência adotou resoluções visando à organização “de um amplo e enérgico movimento antiguerreiro no DF, Niterói e arredores. Foi eleito, para dirigir esse movimento, um Comitê de Luta contra a Guerra Imperialista, a Reação e o Fascismo do DF e arredores” (*idem*, 14/08/34: 3).

É interessante destacar que, terminados os trabalhos da Conferência, a grande assistência presente desfilou pelas ruas de Niterói “lançando palavras de ordem contra a guerra imperialista, a reação e o fascismo”, concentrando-se na Praça das Barcas, onde ainda teve lugar um comício (*idem*).

A 22/8, é a Frente Única constituída pelos sindicatos do D.F. e do Estado do Rio de Janeiro que lança um apelo, convocando todos os seus aderentes, assim como “a todos os trabalhadores em geral, às organizações proletárias, camponeses e estudantis, culturais e populares, a toda a população laboriosa” para que compareça ao grande desfile “proletário e popular” até a sede do Congresso Antiguerreiro do Brasil (*idem*, 22/08/34: 3).

Do mesmo modo, é publicado um manifesto de intelectuais do Brasil, “sem distinção de credos políticos ou religiosos, raças ou cores”, aderindo ao Congresso Antiguerreiro. A linguagem do manifesto denota indiscutivelmente a influência dos comunistas quando, por exemplo, se diz que as “manobras imperialistas têm como um dos seus objetivos preparar a intervenção na URSS, a pátria dos trabalhadores, a maior baricada oposta às investidas do imperialismo” e se declara, ao final, que os signatários do manifesto se colocam “decididamente ao lado das grandes massas trabalhadoras e camponesas” (*idem*, 23/08/34: 3).

Finalmente, a 23/8, uma massa humana, calculada em cerca de dez mil pessoas, desfilou da Central do Brasil até o Teatro João Caetano, na Praça Tiradentes, promovendo rápidos comícios pelo caminho e cantando “A Internacional”. Os trabalhos do 1º Congresso Nacional contra a Guerra, a Reação e o Fascismo realizaram-se em perfeita ordem, no recinto repleto do teatro. As faixas que aparecem na foto estampada no jornal *A Pátria* têm inscritas palavras de ordem, como “Viva o PC do Brasil!”, “Morra o integralismo!”, etc. (*idem*, 24/08/34: 1). Falaram na sessão pública, “debaixo de palmas e aprovações ruidosas”, os representantes da Confederação Geral do Trabalho, dos organismos proletários do Estado do Rio, São Paulo e Pernambuco, dos sindicatos e oposições sindicais do Rio, do Partido Comunista, da Juventude Comunista, do Socorro Vermelho, dos grevistas de Santos e dos camponeses fluminenses (*idem*).

É extremamente elucidativo transcrever trecho da reportagem publicada no jornal *A Pátria*, simpático ao movimento:

“Foram lidas (...) e aprovadas pela assistência, de punhos cerrados sobre as cabeças, várias moções, entre as quais uma de saudação ao proletariado da Rússia Soviética, outra de apoio aos soviets chineses em luta contra a sétima intervenção armada, outras ainda pela libertação do chefe comunista alemão Ernst Thaelmann, pela libertação do jovem estudante Cheshter, ainda agora preso por idéias políticas na Casa de Correção, aos grevistas de Santos, etc. Para auxiliar os grevistas daquela importante cidade de S. Paulo, foi feita uma coleta. Vendia-se no interior do teatro o número especial da Classe Operária” (idem).

Mais uma vez, parece não restar dúvida da influência inegável dos comunistas no movimento antiguerreiro e antifascista, que vinha crescendo no Brasil e conquistando setores cada vez mais amplos. Certamente, os participantes do Congresso Antiguerreiro, em sua maioria, não eram comunistas, nem se tratou de um “comício comunista”, conforme escreveria o *Correio da Manhã* (24/08/34: 5). Mas a luta contra a guerra imperialista, a reação e o fascismo – proposta pelos comunistas –, naqueles últimos meses de 1934, conquistava novos setores com uma rapidez impressionante, numa situação em que crescia a ofensiva integralista e a reação policial.



Integralistas partem do Rio de Janeiro para São Paulo, para participarem do comício da Praça da Sé, 7 de outubro de 1934. (idem. Reprodução fotográfica de Gilson Ribeiro.)

O Congresso Antigerreiro foi dissolvido a bala pela polícia, quando a grande massa que havia comparecido ao Teatro João Caetano já se retirava. Houve um saldo de 4 mortos e 20 feridos (*idem*). A repercussão foi enorme, provocando protestos na Câmara dos Deputados, de parte de intelectuais antigerreiros e antifascistas e de diversos setores da opinião pública. 40 mil trabalhadores em São Paulo, Rio de Janeiro, Santos, Belo Horizonte e Bahia entraram imediatamente em greve⁵⁹. O jornal *A Pátria* realiza arrecadação de recursos financeiros em favor das vítimas; os sindicatos de Juiz de Fora, por exemplo, enviam telegramas de solidariedade ao Comitê Antigerreiro e às vítimas da polícia; em Barra do Piraí, realiza-se uma grande assembléia da Frente Única Sindical, que se solidariza com as vítimas da Praça Tiradentes e protesta contra a ação policial (*A Pátria*, 25/08/34: 1 e 12; 28/08/34: 3; 30/08/34: 1). Também os estudantes antifascistas da cidade fluminense de Campos fazem publicar na imprensa extenso documento de protesto contra a chacina da Praça Tiradentes, no qual, entre outras coisas, se diz:

"Nós, estudantes pobres, vítimas da ditadura feudal-burguesa brasileira, explorados nas escolas e expulsos delas quando não temos dinheiro para pagar as taxas extorsivas com que o governo cobre as despesas armamentistas, nós, estudantes revolucionários, temos razão em protestar frente à fuzilaria policial contra os trabalhadores e o povo em geral, por ocasião da instalação do 1º Congresso do Comitê de Luta contra o Fascismo, a Reação e a Guerra" (idem, 01/09/34: 10, grifo meu).

Repete-se, nesse protesto, a terminologia empregada pelos comunistas, destacando-se a sua tese da existência de um suposto feudalismo no Brasil.

Nessa ocasião é convocado, para o mês de outubro, o Congresso Nacional Estudantil Antigerreiro e Antifascista, no bojo da luta pela formação de uma "ampla Frente Única Contra a Guerra Imperialista, a Reação e o Fascismo", de acordo com o apelo do respectivo Comitê Estudantil (*idem*, 01/09/34: 3).

⁵⁹ "Soutenez la lutte des masses travailleuses du Brésil", in: *La Correspondance Internationale*, Paris (?), (36-37) maio/1935: 546. Apud Fonseca (1986: 22 e 31).

Também os “trabalhadores manuais e intelectuais” de Alagoas se associam em manifesto público à campanha contra a Guerra Imperialista, a Reação e o Fascismo movida pelo Comitê Antiguerrreiro, em que a marca da influência dos comunistas aparece claramente (*idem*, 02/09/34: 3).

Nos últimos meses de 1934, intensifica-se o movimento contra o integralismo e o fascismo, contra a reação e pelas liberdades populares. No final de setembro, o Comitê Regional do PCB do D.F. e Niterói lança um convite público para a formação de uma Frente Única Popular contra a Reação e os Massacres Populares (*idem*, 25/09/34: 2). Outras iniciativas são tomadas por organizações diversas (*A Pátria*, set. a dez. de 1934).

No início de outubro, a 7/10, um acontecimento de excepcional importância tem lugar em São Paulo: uma manifestação de integralistas na Praça da Sé é dissolvida pelas forças antifascistas, reunidas numa primeira ação conjunta (*Correio da Manhã*, 09/10/34: 1), para a qual seria decisiva a iniciativa assumida pelo PCB de São Paulo, que propôs a formação de uma “Frente Única Antifascista”. Com esse objetivo, o Partido lançou apelo ao Partido Socialista, ao Partido Trabalhista, à Liga Internacionalista, à Coligação dos Sindicatos Proletários, à Federação Operária, à Confederação Geral do Trabalho do Brasil, aos sindicatos autônomos, a todas as organizações populares antiguerreiras, antifascistas e aos estudantes, “para uma demonstração sob bandeira de frente única, de combate ao fascismo, à guerra e à reação conservadora”⁶⁰.

Nesse convite, o PCB posicionava-se:

- “1) Pela dissolução e desarmamento dos corpos *fascistas, integralistas, evolucionistas e legionários*;
- 2) *pela liberdade imediata e anistia ampla para todos os presos e deportados por questões sociais de luta por pão, terra e liberdade*;
- 3) *pela liberdade ampla de reunião e palavra, imprensa e organização do proletariado e das massas populares*;
- 4) *contra a cassação do direito de greve e contra a pluralidade sindical. (...)”*

⁶⁰. *A Platéia*, SP, 04/10/34: 1, *Apud* Montagna, Wilson. *A Aliança Nacional Libertadora (ANL) e o PCB (1934-1935)*. Dissertação de mestrado em História, defendida na PUC/SP; SP, 1988, p. 52. Cf. também *Jornal do Povo*, RJ, 10/10/34: 11.

E concluía:

“Esta demonstração será o começo de uma frente única duradoura”⁶¹.

Os choques dos antifascistas com os integralistas e as forças policiais tornavam-se cada vez mais violentos, deles resultando mortos, feridos, numerosos presos e muitos deportados⁶². É nesse contexto que se forma a Comissão Jurídica e Popular de Inquérito, visando apurar os casos de desaparecimento de militantes antifascistas e de violências praticadas pela polícia e pelos integralistas. Entre os organizadores da Comissão estavam advogados pertencentes ao PCB ou à Juventude Comunista, ou muito próximos dessas organizações, como Francisco Mangabeira e Letelba Rodrigues de Britto (*A Pátria*, 11/11/34: 3). As adesões que essa entidade recebeu seriam múltiplas e variadas (*idem*, nov./dez. 1934). Poucos dias após a sua fundação, era-lhe dado o apoio do 1º Congresso Nacional Estudantil de Luta contra a Guerra, a Reação e o Fascismo, assim como de mais de 500 aderentes individuais (*idem*, 17/11/34; 1, 20/11/34: 10). A Comissão Jurídica e Popular de Inquérito (C.J.P.I.) abriria uma subscrição popular para as famílias de “desaparecidos”, sendo que os resultados dessa subscrição foram registrados quase diariamente no jornal *A Pátria* (*idem*, 21/11/34: 1 e dias subseqüentes).

Aderiram à C.J.P.I. o Comitê Nacional contra a Guerra, a Reação e o Fascismo e muitas outras entidades, ao mesmo tempo em que eram organizados os comitês estudantil e bancário da C.J.P.I. (*idem*, 24/11/34: 1; 25/11/34: 5; 26/11/34: 1). A 1º/12 realiza-se a 1ª Assembléia Popular da C.J.P.I., quando são discutidas as medidas a serem tomadas diante dos repetidos casos de “desaparecimento” de operários, intelectuais, estudantes, etc. Em São Paulo, também se organiza a C.J.P.I., da qual participam o PCB, a Juventude Comunista, o Socorro Vermelho e outras entidades (*idem*, 01/12/34: 10; 04/12/34: 1; 05/12/34: 1 e 10), o que confirma o papel de liderança desempenhado pelos comunistas nessa Comissão. Na capital de São

⁶¹. *Idem*: 52-53; grifos meus.

⁶². Cf. *A Pátria*, números desse período; também outros jornais.

Paulo se realiza, no Salão da Lega Lombarda, grande assembléia da Frente Única Popular em apoio à C.J.P.I., em sua luta contra a reação e o fascismo (*idem*, 09/12/34: 12). O mesmo acontece em Santos, onde 18 organizações operárias e populares, reunidas em frente única, aderem à C.J.P.I. e constituem um comitê auxiliar naquela cidade, com a participação do PCB e de muitas outras entidades (*idem*, 15/12/34: 10).

A participação ativa do PCB na estruturação de uma frente única de caráter antifascista, popular e antiimperialista – que, em certa medida, contradizia a orientação aprovada em sua Conferência de julho de 1934⁶³ – é confirmada em documento interno⁶⁴ do Partido:

"A idéia da criação de uma aliança popular abrangendo as amplas camadas da população, em oposição à contra-revolução feudal-imperialista, teve seu início em outubro de 1934. O primeiro passo para a realização dessa idéia foi dado com a organização do Comitê Jurídico Popular ... (C.J.P.I.) ... para descobrir os atos de terrorismo na polícia política. Fundado sob a nossa orientação, por advogados e intelectuais de esquerda, esse comitê se transformou rapidamente num movimento de massas. A grande maioria dos sindicatos, numerosos pequenos burgueses, ateístas, positivistas, faculdades inteiras e militares de diversos graus aderiram ao movimento.

Tratou-se, a seguir, de reunir numa grande frente popular, com um programa popular, todas aquelas forças, prontas a combater o imperialismo e o latifundismo. Foi assim organizada a ANL. (...) O êxito de tal plano excedeu todas as expectativas, e a ANL conseguiu numerosas adesões, individuais e coletivas (...)"⁶⁵.

Os dados de que se dispõe parecem indicar, portanto, que a C.J.P.I., contando com a adesão e o apoio do Comitê Antiguerrreiro e de diversas outras entidades e frentes que se criaram naquele período, foi a grande aglutinadora das forças que viriam a constituir a maior frente única já formada no Brasil – a Aliança Nacional Libertadora.

63. Cf. o cap. anterior deste trabalho.

64. Tratando-se de documento *interno*, que não estava destinado à publicação, fica o mesmo isento, em certa medida, de possíveis intenções propagandísticas.

65. Relatório encontrado na casa em que foi preso Arthur Ewert; documento citado em "A Exposição Anticomunista", *O Observador Econômico e Financeiro*, janeiro/1939, n. 36, ano 3, p. 143. Grifo meu.

É importante destacar um aspecto fundamental no processo de constituição dessa frente: a conjunção da luta anti-integralista e antifascista com a luta antiimperialista e antifeudal (ou antilatifúndio), reproduzindo as posições do PCB, apenas *timidamente* afloradas em sua resolução da Conferência de julho de 34, quando, sob o impacto do movimento antiguerreiro e antifascista europeu, já se levantava a palavra de ordem de luta “contra a guerra, a reação e o fascismo”, mas ainda não se abordava o problema do integralismo e da necessidade de unir forças para combatê-lo (*A Classe Operária*, n. 164, 01/08/34).

Nesse sentido, um bom exemplo é o das posições assumidas pelo jornalista e humorista Aparício Torelly (o famoso “Barão de Itararé”). Durante o mês de outubro de 34, ele foi diretor do *Jornal do Povo*, ligado ao PCB e publicado no Rio de Janeiro, até que sua sede foi invadida pela polícia e o próprio Torelly espancado pelos seus agentes. Fato que provocou a suspensão desse periódico, defensor de posições abertamente antiintegralistas e antifascistas, conforme a orientação do PCB⁶⁶. Na mesma época e, certamente, não por mera coincidência, o “Barão” pronunciava conferência, em Niterói, durante a qual propunha a formação de um “comitê de libertação nacional”, visando à luta pela libertação política e à independência econômica da nação (*A Pátria*, 27/11/34: 2).

O impulso da luta de massas, o auge do movimento grevista dos operários e funcionários públicos – atingindo mais de 300 mil grevistas em 1934⁶⁷ – e o agravamento das insatisfações generalizadas, inclusive de setores militares, levaram os comunistas a compreender *na prática* que era necessário formar uma frente única ampla de luta contra o perigo integralista. Luta esta que não estava dissociada nem da mobilização contra o fascismo e a guerra imperialista em nível internacional, dentro dos marcos da orientação que começara a ser posta em prática pela IC desde 1933, nem do combate ao imperialismo e ao latifundismo, de acordo com a linha do PCB.

⁶⁶ *Jornal do Povo*, RJ, n. 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 8 (outubro de 1934); *A Pátria*, RJ, 20/10/34: 1 e 3.

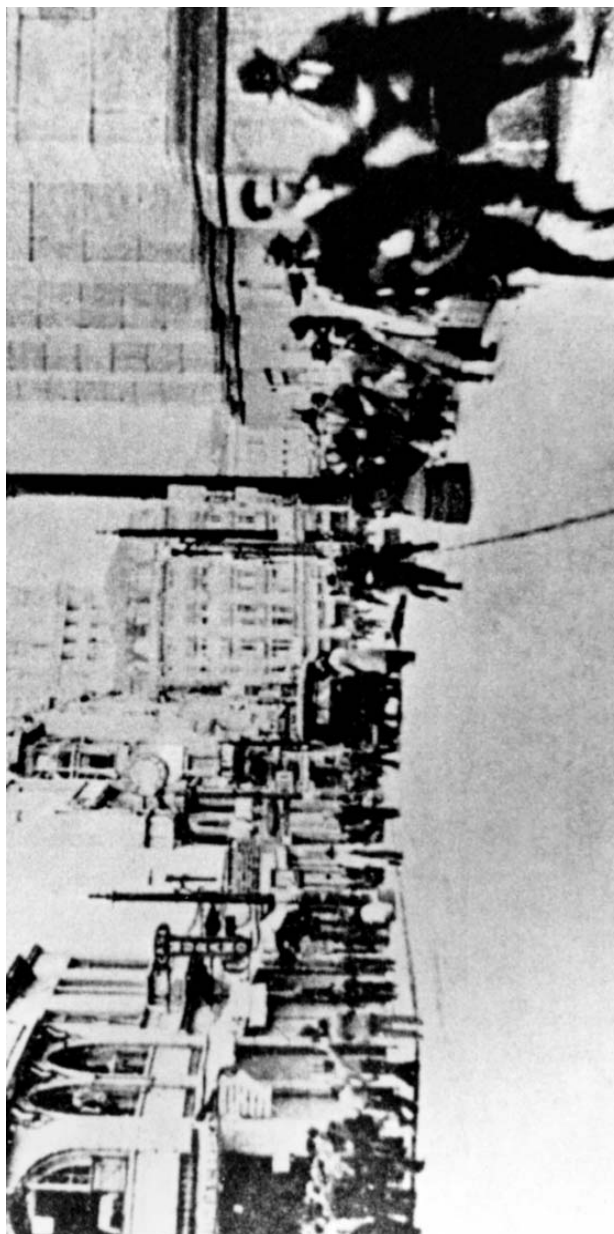
⁶⁷ 1º Manifesto da ANL, lido pelo dep. Gilberto Gabeira na Câmara dos Deputados. In: Diário do Poder Legislativo, RJ, 18/01/35: 388.

6. A FORMAÇÃO DA ANL, O PCB E L.C. PRESTES

Para o movimento comunista internacional, o ano de 1934 seria marcado pela “virada” na política de frente única da IC. Para tal, teve grande influência a impressionante vitória de J. Dimitrov no Processo de Leipzig, em dezembro de 33, quando os nazistas foram obrigados a absolvê-lo e, logo depois, libertá-lo. O dirigente comunista, de regresso a Moscou, passaria a desempenhar um papel-chave nas discussões que levaram à redefinição do fenômeno fascista pela IC e à mudança da política de frente única “pela base” para a de “frente popular”. Em junho de 34, ao defender a urgência de organizar a luta contra o fascismo, Dimitrov escrevia:

“É necessário abandonar a posição segundo a qual só é possível dar vida à frente única pela base; e é preciso deixar de considerar como oportunismo qualquer orientação que se dirija também, simultaneamente, aos organismos dirigentes do partido social-democrata” (Dassú, 1985: 301).

Nesse processo de “virada”, também teriam grande peso as experiências de formação de “frentes populares” na Espanha e em alguns outros países europeus, onde comunistas e social-democratas passavam a lutar unidos contra o fascismo. Como é sabido, o ponto culminante dessa mudança na política da IC viria a ser o seu VII Congresso, realizado em julho/agosto de 1935 (Dassú, 1985; Leibzon, 1975; Roio, 1990: 256-268). É nesse contexto, de discussão preparatória para o VII Congresso da IC, que se realiza em Moscou, durante o mês de outubro de 34, a chamada Terceira Conferência dos Partidos Comunistas da América do Sul e Central. As delegações latino-americanas haviam chegado à capital soviética para participarem do VII Congresso, que foi, entretanto, adiado. Tal fato determinou a decisão de aproveitar a presença dos delegados para a realização de um encontro regional. A delegação do PCB ao VII Congresso da IC fora escolhida na 1ª Conferência Nacional e estava composta por Antônio Maciel Bonfim (Miranda), Lauro Reginaldo da Rocha (Bangu), José Caetano Machado (Alencar), Elias Reinaldo da Silva (André) e Valdevino de Oliveira (Mar-



A fuga dos integralistas após a batalha da Praça da Sé, São Paulo, 7 de outubro de 1934.
(*Idem. Reprodução fotográfica de Gilson Ribeiro.*)

quez)⁶⁸. Luiz Carlos Prestes, recém-ingresso no PCB, também participaria dos chamados “encontros de Moscou”, embora não fizesse parte de sua direção.

Durante a conferência e nos encontros dos delegados brasileiros com Dimitri Manuïlski e outros dirigentes da IC, a questão da virada tática do sectarismo do “terceiro período” da IC para a tentativa de formar “frentes populares” foi um dos principais pontos discutidos⁶⁹, o que se evidencia no texto de artigo publicado no órgão oficial da IC, a revista *A Internacional Comunista*, a respeito das decisões tomadas nessa conferência:

“A luta da libertação nacional contra o imperialismo colocou em primeiro plano a necessidade aguda de organizar a revolução nacional conduzindo sistematicamente as mais amplas massas nacionais à luta contra o imperialismo e seus agentes locais, formando assim a mais ampla frente antiimperialista”⁷⁰.

Ao mesmo tempo, como já foi apontado anteriormente, a política estreita de frente única “pela base” já vinha sendo superada *na prática* pelo movimento comunista europeu e, em grande medida sob sua influência, pelo PCB. O Partido se inseria, cada vez mais, na luta contra a guerra imperialista, o fascismo e, em especial, o integralismo. Desta forma, a nova orientação recebida em Moscou corroborava o que estava sendo feito na prática pelos comunistas brasileiros, embora em seus documentos oficiais permanecesse a concepção de uma frente exclusivamente de trabalhadores.

Além disso, tanto para o PCB quanto para a IC, não havia contradição entre a tática da “frente popular” e a via insurrecional, prevista na linha política dos comunistas brasileiros. Ao contrário, a “frente popular” constituiria apenas uma etapa na luta pelo poder, entendida de acordo com o modelo da Revolução Russa⁷¹. Tendo em vista o informe extremamente exagerado apresentado pelo secretário-geral do PCB, o Miranda, na

68. Não é verdadeira a informação da presença de Fernando Lacerda (que só chegou a Moscou em maio de 1935, para tratamento de saúde), conforme escrevem vários autores, como Roio (1990: 273), Vianna (1992: 61), etc.

69. Cf. documentos da Terceira Conferência dos Partidos Comunistas da América do Sul e Central, 16 a 28 de outubro de 1934. Arquivo da IC (UNICAMP), rolo de microfilme n. 2.

70. *The Communist International*, 20/05/35: 459. Apud Caballero (1987: 101). Grifo meu.

71. Neste ponto, concordo com Pinheiro (1991: 291) e Roio (1990: 273-274).

Terceira Conferência de Moscou, quando se procurou convencer os dirigentes da IC da existência de uma situação revolucionária no país, pode-se compreender a expectativa otimista, então criada, quanto à possibilidade de avançar-se rapidamente para uma insurreição armada vitoriosa no Brasil. A partir da luta armada contra o imperialismo, o latifúndio e o fascismo (ou o integralismo brasileiro) imaginava-se a consecução da revolução agrária e antiimperialista que, sob a hegemonia do proletariado e do PC, permitiria uma passagem mais ou menos rápida para o “governo operário e camponês, na base de conselhos de operários, camponeses, soldados e marinheiros”, ou seja, a versão brasileira da “ditadura do proletariado”⁷².

Desta forma, percebe-se que a nova tática frentista da IC passava a ser aceita pela direção do PCB, sem que uma revisão autocrítica de sua orientação política até aquele momento fosse feita. Ao contrário, ocorria uma adaptação de novas idéias a uma linha política que, por sua vez, já vinha sendo modificada pela prática dos próprios militantes comunistas, principalmente a par-tir de meados de 1934.

Não tem, portanto, sustentação nos fatos a versão amplamente difundida de que, durante os “encontros de Moscou”, teria sido decidido desencadear uma insurreição armada no Brasil⁷³. Tanto Prestes quanto Bangu, dois dos participantes desses encontros, negam essa versão⁷⁴. Mas, o mais importante é o fato incontestável de que a perspectiva de uma insurreição das massas trabalhadoras no Brasil, já fazia parte da concepção tática e estratégica do PCB, não tendo sido ela alterada com a ida de alguns dirigentes comunistas brasileiros a Moscou. Além disso, a própria IC entendia que o processo revolucionário só poderia ser vitorioso através da luta armada, ainda mais quando se afirmava a presença de uma situação revolucionária no país. Daí a expedirem-se diretivas concretas para o seu desencadea-

72. Cf. “A luta pela revolução agrária e antiimperialista e a posição do Partido perante a Aliança Nacional Libertadora”, por Miranda, *A Classe Operária*, n. 179, 23/04/35. *Apud* Vianna (1995: 36). Cf. também artigo de Miranda em *A Classe Operária*, n. 174, 11/03/35; “O Governo Nacional Popular Revolucionário e as tarifas do Partido”, resolução do C.C. do PCB, maio de 1935, *op. cit.*

73. Essa versão foi difundida por Eudocio Ravines, um dos fundadores do PC peruano, que escreveu livro renegando o comunismo, o qual não é considerado como fonte confiável por nenhum autor sério. Cf. Pinheiro (1991: 290-291); Vianna (1992: 330-331).

74. LCP, fita 10 (lado20), p. 19-23; entrevista de Bangu. *Apud* Vianna (1992: 116).

mento imediato havia, certamente, uma grande distância⁷⁵.

A medida adotada pela IC de enviar ao Brasil, naquele momento, alguns assessores, como era habitual no movimento comunista internacional, para colaborarem no trabalho do PCB, atendeu à solicitação feita nesse sentido por Miranda. Além disso, como o Partido considerava que no Brasil se estava à véspera de uma revolução, o Secretariado Sul-Americano foi transferido de Montevideú para o Rio; seria esta a razão da vinda para a capital brasileira do argentino Rodolfo Ghioldi e de mais alguns elementos de apoio⁷⁶.

Quando a delegação do PCB à Terceira Conferência dos Partidos Comunistas da América do Sul e Central regressou ao Brasil, no final de 1934, o processo de formação de uma ampla frente antifascista tinha dado consideráveis passos adiante. E a nova orientação, recebida em Moscou, de desenvolver esforços no sentido de criar “frentes populares” mostrava-se perfeitamente adaptável ao que vinha acontecendo no país.

Diante da ofensiva reacionária do Governo, que iniciara entendimentos para o envio ao Congresso Nacional do projeto de Lei de Segurança Nacional (que significativamente ficaria conhecida como “Lei Monstro”), de autoria de Vicente Rao, adepto notório do fascismo, intensifica-se a atuação da C.J.P.I. É convocada para a segunda metade de dezembro sua segunda reunião pública, que aconteceu sob cerco policial, ocasião em que foi aprovada a realização de uma semana de ação contra a “Lei Monstro” e de um comício na Praça Floriano Peixoto, no Rio. A reunião foi aberta por Francisco Mangabeira, membro da Juventude Comunista e futuro dirigente da ANL, e realizou-se com a participação do PCB, assim como de outras organizações e representações⁷⁷.

⁷⁵ Não me deterei em outras inverdades, alimentadas pelo anticomunismo, quanto aos “encontros de Moscou”, dado o fato de já terem sido contestados por outros autores: Pinheiro (1991), Vianna (1992), Canale (1985), Roio (1990).

⁷⁶ LCP, fita 10 (lado 20), p. 24, 27; depoimento de L.C. Prestes à autora, 08/06/87.

⁷⁷ *A Pátria*, 17/12/34: 1. Cf. “Relatório da C.J.P.I.” e “Informe à 2ª Reunião Pública da C.J.P.I.”. In: *Diário do Poder Legislativo*, RJ, 20/12/34: 2438-2440.

Rapidamente crescem as adesões à C.J.P.I., tanto individuais quanto das mais variadas organizações e entidades representativas de setores operários, intelectuais, estudantis, militares, etc. (*A Pátria*, 14/12/34: 1, e dias subsequentes). Em São Paulo, o movimento de constituição de Frente Única Popular também continuava avançando, tendo sido convocado um grande comício contra a guerra, a reação e o fascismo para 23/12, o qual não chegou a acontecer, pois foi impedido pela polícia que para tal usou de violência (*idem*, 20/12/34: 2; 23/12/34: 1; 25/12/34: 1). Ao mesmo tempo, o Comitê Regional do PCB de São Paulo fazia uma proposta pública de plataforma para a Frente Única Popular, na qual apresentava três “objetivos das ações da Frente Única”:

1º) Rechaçar a ofensiva reacionária e fascizante do governo e os bandos integralistas e defender as liberdades populares.

2º) Combater a ofensiva de miséria e fome dos imperialistas e dos ricos nacionais e lutar por melhores condições de vida e de trabalho para o proletariado e massas populares em geral.

*3º) Lutar contra o desencadeamento de golpes armados das camarilhas dos senhores de terras e burgueses, contra o desencadeamento de guerra de rapina e pela defesa da União Soviética” (*idem*, 20/12/34: 2).*

Embora o PCB continuasse a reafirmar, inclusive nesta plataforma, suas teses da “revolução operária e camponesa” e de luta por um “governo baseado nos Soviets, isto é, nos Conselhos de Operários, Camponeses, Soldados e Marinheiros” (*idem*), mostrava-se empenhado na formação de uma Frente Única Popular, declarando:

*“A Frente Única de massas e de luta será uma realidade, pois este é o desejo cada vez mais forte das massas sem distinção de tendências políticas. Por isto mesmo, o P. Comunista se declara pronto a ações de Frente Única concretas, nem que seja por uma só ou algumas das reivindicações apresentadas” (*idem*, grifos meus).*

O final de 1934 e o início de 1935 são marcados pela crescente onda de greves, entre as quais se destaca o movimento dos trabalhadores dos Correios e Telégrafos. Os marítimos, incluindo os da Companhia Cantareira, também paralisam o trabalho. Diante da repressão policial ao movimento operário, a C.J.P.I. empresta solidariedade aos grevistas, dando prosseguir-



Sede da Aliança Nacional Libertadora (ANL) no Rio de Janeiro.
(*Idem. Reprodução fotográfica de Gilson Ribeiro.*)

mento à sua atividade de angariar recursos, via subscrição popular, para ajudar as vítimas da reação e do fascismo (*idem*, dez/1934 e jan/1935). Roberto Sisson, ex-oficial da Marinha, próximo ao PCB, que viria a ser o secretário-geral da ANL, fazia declarações, na qualidade de membro integrante da C.J.P.I., reafirmando o seu caráter *popular e amplo* (*idem*, 26/12/34: 4; dez/1934 e jan/1935). Álvaro Ventura, único representante do PCB na Câmara dos Deputados, afirmava, em discurso pronunciado da tribuna parlamentar, que “as greves são a resposta adiantada à Lei Monstro que se planeja para esmagar o movimento sindical no Brasil” (*idem*, 09/01/35: 1 e 10). A 17/01/35, a C.J.P.I. divulgava comunicado “em defesa dos direitos do povo”, denunciando a “Lei Monstro” e convocando à luta contra sua aprovação no Congresso Nacional (*idem*, 17/01/35: 3).

Nesse mesmo dia, o deputado Gilberto Gabeira, em discurso pronunciado da tribuna da Câmara, lê o manifesto “Pela Libertação Nacional do Povo Brasileiro”, *primeiro manifesto lançado pela Aliança Nacional Libertadora (ANL)*, no qual se afirmava:

“Cresce a indignação do povo contra a escravidão econômica e política em que se encontra o Brasil. Estalam as algemas que prendem as forças produtivas e as energias nacionais do povo brasileiro: o imperialismo e o latifúndio. (...) As massas populares irão sempre avante na luta pela democracia; as leis de opressão e arrocho vêm estimular e aguçar as lutas pelas liberdades democráticas. A Aliança Nacional Libertadora coordenará este vasto movimento, eco de todo o passado revolucionário do Brasil na conquista de direitos democráticos” (Diário do Poder Legislativo, RJ, 18/01/35: 388-389; grifos meus).

Poucos dias depois, a C.J.P.I. e a ANL divulgam *comunicado conjunto*, convocando uma grande assembléia popular contra a “Lei Monstro” (*A Pátria*, 23/01/35: 2 e 10), dirigido a um espectro muito amplo de segmentos sociais:

“Todos os aderentes dessas duas organizações... (C.J.P.I. e ANL)..., bem como todo o povo laborioso, os escritores, os professores, os advogados, os estudantes, os oficiais do Exército, da Marinha, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, os pequenos comerciantes e industriais, os bancários, os comerciários, os trabalhadores em geral, são convidados a comparecer a esta reunião, que se reveste da maior importância para todos os que defendem, com ardor, os direitos elementares do povo e as liberdades democráticas ante a ameaça da “Lei Monstro” (idem, 24/01/35: 3).

Na mesma ocasião é distribuído manifesto, assinado pela C.J.P.I., ANL e por “vários aderentes individuais, entre os quais alguns deputados”, em que se afirmava:

“O chamado projeto de ‘Lei de Segurança Nacional’ ou ‘Lei Monstro’ é, antes de tudo, uma das muitas imposições do insaciável capitalismo estrangeiro, empenhado na defesa dos seus grandes interesses no nosso país e que visa, através de uma legislação draconiana, garantir os seus privilégios de frios opressores e exploradores das massas laboriosas e populares do Brasil. É o capitalismo estrangeiro o maior interessado na repressão violenta contra todos os trabalhadores brasileiros a fim de não poderem protestar contra a mais infame escravidão, contra a fome e a venda do Brasil” (idem, 24/1/35: 4; grifos meus).

Os textos desses manifestos vêm confirmar o crescente entrelaçamento que vinha se dando, no processo de formação da Frente Única Popular, entre a luta democrática e antifascista e a luta pela libertação nacional, contra a dominação imperialista, aliada ao combate ao latifundismo, como ficaria claro em inúmeros outros documentos da ANL e pronunciamentos de suas lideranças.

A ANL nasce, portanto, no bojo desse crescente movimento de formação de uma ampla frente única popular, sob as bandeiras do antifascismo, do antiimperialismo e do antilatifundismo (ou feudalismo, segundo alguns). A mobilização em torno do combate ao projeto da “Lei Monstro” aparece como acontecimento-chave, que precipita, através da intensa atividade pública da C.J.P.I., a criação da ANL.

Embora até hoje não se saiba exatamente de quem foi a iniciativa de fundação da ANL, as informações de que se dispõe e, principalmente, os textos dos pronunciamentos feitos por esta entidade não deixam lugar a dúvidas: a influência das teses defendidas pelo PCB é inquestionável. Fato este de fácil verificação, quando se recorre aos documentos da própria Aliança. No seu manifesto-programa de lançamento, dizia-se:

“O Brasil cada vez mais se vê escravizado aos magnatas estrangeiros. Cada vez mais a independência nacional é reduzida a uma simples ficção legal. Cada vez mais o nosso país e o nosso povo são explorados, até os últimos limites, pela voracidade insaciável do imperialismo. (...)”

ANITA LEOCADIA PRESTES

O imperialismo, procurando obter mão-de-obra por preço vil, protegeu, como ainda hoje protege, os latifundistas, o feudalismo. (...)

O imperialismo, apavorado com o invencível despertar da consciência nacional, impõe leis monstruosas e bárbaras que aniquilam a liberdade. (...)" (idem, 01/03/35: 1 e 4; grifos meus)⁷⁸.

Trata-se, portanto, das principais teses do PCB, as quais fundamentam sua proposta da revolução agrária e antiimperialista, reproduzidas no manifesto da recém-criada ANL. No que se refere ao programa da entidade, dizia-se o seguinte:

"A Aliança Nacional Libertadora tem um programa claro e definido. Ela quer o cancelamento das dívidas imperialistas; a nacionalização das empresas imperialistas; a liberdade em toda a sua plenitude; o direito do povo manifestar-se livremente; a entrega dos latifúndios ao povo laborioso que os cultive; a libertação de todas as camadas camponesas da exploração dos tributos feudais pagos pelo aforamento, pelo arrendamento da terra, etc.; a anulação total das dívidas agrícolas; a defesa da pequena e média propriedade contra a agiotagem, contra qualquer execução hipotecária. (...)" (idem).

Novamente, o programa da ANL é quase uma cópia dos documentos do PCB⁷⁹, com a diferença de que a Aliança não levantava, na fase inicial de sua existência, a questão do poder nem da luta armada, tão caras aos comunistas⁸⁰.

A composição do Diretório Nacional Provisório da ANL era de 8 militares e 9 civis (Vianna, 1992: 123-124), entre os quais alguns comunistas e outros simpatizantes do PCB, sendo necessário considerar que, dado o nível precário de organização do Partido, a fronteira entre os seus membros e simpatizantes, frequentemente, ficava difícil de ser definida com nitidez⁸¹.

Embora os elementos militares que ingressavam na ANL, em sua maioria, fossem oriundos do tenentismo, ao se aproximarem dessa frente, eles estavam expressando sua decepção

⁷⁸. Cf. também: 1º Manifesto da ANL, *op. cit.*

⁷⁹. Cf., por exemplo: Resolução da Primeira Conferência Nacional do PCB (julho de 1934), *op. cit.*

⁸⁰. Cf. "O governo Popular Nacional Revolucionário e o seu programa", maio de 1935 (documento datilografado, 5 folhas). Arquivo Getúlio Vargas (AGV). A partir de maio de 1935, a ANL passou a levantar a questão do poder, com a divulgação da carta de L.C. Prestes, datada de Barcelona, 25/04/35, *apud* Carone (1978: 425-430).

⁸¹. Fenômeno que perdurou na vida posterior do PCB.

com os resultados da Revolução de 30, da qual haviam participado com tanto entusiasmo, e a adesão a propostas que não eram mais as do tenentismo. O programa da ANL, com sua plataforma antiimperialista, antilatifundiária e antifascista, nada tinha a ver com o liberalismo radical dos “tenentes” dos anos vinte (Prestes, 1991: 90-98), da mesma forma como se distinguia essencialmente do projeto autoritário, centralizador e corporativo de Getúlio Vargas e Góis Monteiro, ao qual haviam aderido os “tenentes” que se integraram no esquema dominante⁸². A ANL não era uma continuação do tenentismo (Sodré, 1986; Vianna, 1992) embora procurasse apoiar-se em suas tradições de luta; muito pelo contrário, representava uma ruptura com o mesmo, ainda que seus aderentes tivessem sofrido as influências do golpismo, do elitismo e da espontaneidade tenentistas, características, aliás, amplamente difundidas na sociedade brasileira, inclusive entre os comunistas, conforme já foi apontado.

Da mesma forma, a ANL não foi uma organização comunista, um simples braço legal do PCB ou uma entidade de fachada do mesmo, que por sua vez cumpriria ordens da IC (Levine, 1980: 101-102; Hilton, 1986: 51-56; Silva, 1969: 117-118). Mas a ANL foi criada sob a influência decisiva das teses do PCB, que, no fundamental, coincidiam com as da IC. E na medida em que, sob a pressão das mudanças que iam tendo lugar na política da IC – de abandono da linha sectária de “classe contra classe” e evolução rumo à orientação de formação de frentes populares, aprovada afinal no seu VII Congresso –, o PCB reformulava sua orientação, adotando, em maio de 35, a consigna de um “Governo Popular Nacional Revolucionário”⁸³, a ANL, sob a influência dos comunistas, passaria a levantar a questão do poder. Assim, a conquista do “Governo Popular Nacional Revolucionário” se transformava no principal objetivo da ANL, da mesma forma que a *luta armada* se tornaria o meio para atingi-lo⁸⁴.

⁸². Estas questões são abordadas em Prestes (1999).

⁸³. Cf. “O Governo Popular Nacional Revolucionário e as tarefas do Partido”, resolução do C.C. do PCB, maio de 1935, *op. cit.*; “O que é a Aliança Nacional Libertadora”, (a) Miranda, pelo Bureau Político do C.C. do PCB, s.d. (provavelmente maio/1935) (documento datilografado, 5 folhas). Arquivo DOPS, setor Comunismo, pasta 18. - Na Parte II deste trabalho será analisada a evolução das posições do PCB no decorrer do ano de 1935, sob a influência das posições da IC, assim como suas repercussões junto à ANL.

⁸⁴. “O Governo Popular Nacional Revolucionário e o seu programa”, maio de 1935, *op. cit.*

Finalmente, no Manifesto de 05/07/35, assinado por Prestes, na qualidade de presidente de honra da ANL, seria lançada a palavra de ordem de “Todo o poder à ANL” (*A Pátria*, 06/07/35: 1 e 2). Em documento do Diretório Nacional da ANL, intitulado “O Governo Popular Nacional Revolucionário e seu Programa”, afirmava-se:

*“Nas condições atuais do Brasil, frente à ameaça do mais terrível fascismo, frente à completa colonização do nosso país pelo imperialismo, ao qual vai ele sendo vendido cinicamente pelo governo de traição nacional de Getúlio e de seus mais fiéis lacaios nos Estados, o que nós, da ANL, proclamamos é a necessidade de um governo surgido realmente do povo em armas, compreendendo como um povo a totalidade da população de um país, com exclusão somente dos agentes do imperialismo e da minoria insignificante que os segue. Esse governo não será somente um governo de operários e camponeses, mas um governo no qual estejam representadas todas as camadas sociais e todas as correntes importantes, ponderáveis, da opinião nacional. Será um governo POPULAR (...)”*⁸⁵.

Adiante, explicava-se no documento que no governo Popular Nacional Revolucionário “deverão estar representadas todas as camadas sociais, inclusive a burguesia nacional pelos seus elementos realmente antiimperialistas e antifascistas”; e o Governo Nacional Popular Revolucionário “será o governo da ampla frente única de todos os brasileiros antiimperialistas” (*idem*). Novamente a linguagem do PCB dá a tônica do documento aliancista.

Nesta parte do Livro I, não se tem o objetivo de analisar a história da ANL, mas apenas o processo de sua formação. Como já foi assinalado, o seu momento culminante ocorreu com o lançamento público da Aliança em ato realizado na capital da República, em 30/03/35 (*A Pátria*, 31/03/35: 12). Mas os diversos aspectos desse processo, até agora abordados, suscitam questões que despertam a curiosidade do pesquisador.

Entre outras, uma questão se destaca com muita força: como explicar a repercussão obtida pelas teses do PCB – um partido pequeno, débil, clandestino, sistematicamente perseguido e com dificuldade de formular uma orientação política ade-

85. *Idem*.

quada à realidade sobre a qual pretendia atuar – junto a amplos segmentos da sociedade brasileira, permitindo que, em torno delas, se aglutinasse um conjunto de forças sociais e políticas extremamente amplo e heterogêneo, que veio a constituir a Aliança Nacional Libertadora?

Uma resposta se impõe, na medida em que ela consegue articular os vários momentos assinalados do processo de formação da ANL, ajudando a esclarecer a tessitura do quadro histórico analisado. Trata-se do papel desempenhado por Luiz Carlos Prestes naquele momento específico, caracterizado, de um lado, pelo desencanto generalizado com o Governo Vargas, num contexto de crise econômica, pelo agravamento dos conflitos sociais, pela crise do liberalismo, pelo avanço do fascismo em escala mundial e pelo surgimento no Brasil do integralismo de Plínio Salgado e o desencadeamento de sua ação terrorista e, de outro, pelo início da reação das forças antifascistas e antiguerreiras em nível internacional.

Tendo como pano de fundo esse quadro econômico, social, político e ideológico extremamente complexo e contraditório, o nome de L.C. Prestes ressurgiu como a única esperança de uma solução efetiva para os problemas brasileiros. Seu imenso prestígio, que saíra abalado com a adesão do Cavaleiro da Esperança às posições comunistas, em 30, renascia agora com uma força inusitada⁸⁶. E a sua proposta se resumia ao programa dos comunistas – do PCB e da Internacional Comunista –, embora, em alguns momentos, houvesse diferenças consideráveis nas teses que apresentavam. Mas, no fundamental, tratava-se da luta contra o imperialismo e o latifundismo, associada, a partir de 1934, ao combate contra o fascismo/integralismo.

Essas bandeiras, que constituíram o cerne do programa da ANL, mobilizando, como nunca antes, setores ponderáveis da sociedade brasileira, ao estarem associadas ao nome de Prestes, encontraram uma ressonância na opinião pública que jamais seria alcançada apenas pelo esforço do PCB e de seus

⁸⁶. Cf. cap. 2 deste trabalho.

correligionários. Sem o aval do Cavaleiro da Esperança, a plataforma aliancista teria ficado limitada a círculos restritos das “esquerdas” brasileiras, o que é reconhecido em documento do Comitê Central do PCB, de maio de 1935, apesar das sabidas reservas dessa direção em relação a L.C. Prestes:

“O prestígio da ANL é reforçado pelo prestígio da pessoa do nosso camarada Luiz Carlos Prestes no seio da massa em todo o Brasil. Devemos utilizar o mais possível este nome e prestígio. Neste sentido temos que tomar a iniciativa dentro da ANL, e dentro da massa trabalhadora em geral. (...) Devemos lutar para que a ANL represente a frente popular de todas as forças revolucionárias contra as forças da reação, e pela libertação do Brasil, e mobilizar nesta Frente Popular, e com o nome de Prestes, forças suficientes (...) para impor a sua legalidade e realizar o seu programa”⁸⁷.

Luiz Carlos Prestes, nas condições específicas daquele período histórico, cumpriu a missão de propiciar, com a sua adesão ao movimento comunista, não só a divulgação de algumas de suas principais teses, como de contribuir de maneira fundamental para a sua aceitação por um conjunto extremamente variado de setores tanto civis quanto militares da sociedade brasileira da época. Pode-se afirmar que foi, a partir daqueles anos, e sob a influência decisiva do nome de Prestes, que se consolidou, juntamente com o sentimento antifascista, uma consciência antiimperialista e favorável à reforma agrária – antes inexistente no Brasil –, em segmentos significativos da nossa sociedade.

Considerando-se que, desde o primeiro pós-guerra, no Brasil ganhavam força as ideologias de cunho nacionalista (Trindade, 1979: 19-26; Diniz, 1978: 93-94; Oliveira, 1982 e 1990), não é de admirar a grande aceitação obtida pelas teses do anti-imperialismo, propostas pelos comunistas e por Prestes, por parte da intelectualidade progressista e das camadas médias urbanas, incluindo considerável contingente de militares.

Um exemplo expressivo é o do jornalista Hamilton Barata, diretor-proprietário do semanário carioca *O Homem Livre*, que começou a ser publicado em 1933⁸⁸. A linha do jornal é expli-

⁸⁷. “O Governo Popular Nacional Revolucionário e as tarefas do Partido”, *op.cit.*

⁸⁸. *O Homem Livre*, RJ, anos de 1933, 34, 35 e 36.



Seis mil aliancistas no comício da ANL no Estádio Brasil, Rio de Janeiro, 13 de maio de 1935. (*Idem.*
Reprodução fotográfica de Gilson Ribeiro.)

citamente nacionalista e o seu diretor revela empenho em alcançar a “estruturação da nacionalidade” (*O Homem Livre*, RJ, n. 23, 04/11/33), para isto liderando uma campanha pelo “Brasil Grande Potência Mundial”. Em 1932, por iniciativa sua, fora criada a chamada Ação Brasileira, definida como um “movimento cívico”, nacionalista e de oposição à Constituinte, numa postura crítica à Revolução de 30 (*idem*, n. 24, 12/11/33; cf. n. 20, 14/10/33).

Ainda que as posições de Hamilton Barata e de sua folha sejam muito contraditórias e o seu nacionalismo extremamente vago e impreciso, tendendo para a apologia do autoritarismo e do Estado forte, o jornal – sendo contrário ao fascismo e ao integralismo – apóia, desde o início, a fundação da ANL. Assim, concede-lhe espaço em suas páginas e lhe dá cobertura em suas atividades (*idem*, n. 84, 09/03/35; n. 85, 16/03/35 e n. subsequentes). Barata chega a proclamar-se precursor da ANL, escrevendo que contribuiu para a sua formação (*idem*, n. 91, 04/05/35; n. 94, 01/06/35). Com o fechamento da Aliança, *O Homem Livre* emite um protesto, mas o seu diretor-proprietário passa a criticar o papel destacado atribuído a Prestes na ANL, o que teria sido a causa, segundo ele, do abandono pela entidade do caminho constitucional. Barata defende as bandeiras *nacionalistas* e *democráticas* da ANL, mas considera necessário lutar por elas dentro da lei, pela via eleitoral (*idem*, n. 100, 13/07/35).

A posição de *O Homem Livre* pode ser considerada exemplar na medida em que permite perceber a receptividade existente, naquele período, às concepções de cunho antiimperialista e antifascista, das quais a ANL foi expressão.

* * *

A formação da ANL insere-se no panorama mundial de resistência ao avanço do fascismo e de criação de frentes populares, não só em vários países europeus como também latino-americanos, bastando lembrar o exemplo do Chile (Caballero, 1987: 182-186). No caso brasileiro, a Aliança expressou as insa-

tisfações generalizadas surgidas na sociedade (em particular com os resultados do Governo Vargas), que se concretizaram no programa antiimperialista, antilatifundista e antifascista levantado pelo PCB, com o apoio da Internacional Comunista. A especificidade do movimento consistiu em que, dada a debilidade dos comunistas brasileiros, a adesão de Luiz Carlos Prestes ao PCB e à IC tornou-se um fator decisivo para a penetração e a aceitação desse programa em setores sociais que os comunistas não teriam condições de atingir, particularmente, as camadas médias urbanas, incluindo os elementos militares oriundos do tenentismo e desiludidos com a Revolução de 30 e o Governo Vargas.

A formação da ANL representou um momento importante nas lutas do povo brasileiro, tendo contribuído significativamente para o surgimento no país de uma consciência antiimperialista, antilatifundista (a favor da reforma agrária) e democrática (antifascista e antiintegralista) que embora naquele momento histórico tivesse sido abafada pelos donos do poder, viria a ressurgir mais tarde, com grande força, a partir das lutas pela entrada do Brasil na Guerra (ao lado das potências que combatiam o nazifascismo) e pela democratização do país.

PARTE II

DA ALIANÇA NACIONAL LIBERTADORA AOS LEVANTES DE NOVEMBRO DE 1935: OS CAMINHOS DA LUTA ANTIFASCISTA NO BRASIL

Sem pretender refazer, neste trabalho, o relato dos principais momentos da história da ANL nem dos seus desdobramentos, que culminariam nos levantes de novembro de 35¹, vou restringir-me à análise de alguns aspectos da sua trajetória, cuja compreensão poderá contribuir para uma explicação satisfatória – e livre de preconceitos de qualquer espécie – dos caminhos percorridos pela luta antifascista, no Brasil, durante o ano de 1935. Uma questão essencial deve ser respondida: Como explicar as causas de a luta antifascista em nosso país – que chegou a aglutinar setores heterogêneos numa frente tão ampla como a ANL, mantendo-se inicialmente dentro da legalidade, – ter alcançado o grau de radicalização revelado pela eclosão dos levantes armados de novembro de 1935?

1. Cf., por exemplo, Silva (1969), Carone (1976), Levine (1980), Canale (1985), Hernandez (1985), Fonseca (1986), Sodré (1986), Roio (1990), Pinheiro (1991), Vianna (1992), Konrad (1994), Costa (1995). Dentre os citados, o trabalho mais completo, porque baseado em amplo espectro de fontes documentais, é o de Vianna (1992), embora, a meu ver, subestime a real influência da IC junto ao PCB e à ANL.



Estudantes enforcam “galinha verde”, símbolo do integralismo para os antifascistas. (*Idem*.
Reprodução fotográfica de Gilson Ribeiro.)

7. A ANL E OS MILITARES

Se a mobilização em torno do combate ao projeto governista da Lei de Segurança Nacional (“Lei Monstro”) – afinal promulgada pelo Congresso Nacional e sancionada por G. Vargas a 04/04/35 (Carone, 1976: 333; *A Pátria*, RJ, 05/04/35: 8) – foi o *acontecimento-chave*, que precipitou a criação da ANL (cf. cap. 6), cabe assinalar que, nessa mobilização, extremamente ampla, abrangente e democrática, setores militares expressivos tiveram um papel de destaque. Para protestar contra a tramitação do aludido projeto na Câmara dos Deputados, oficiais do Exército e da Armada viriam a promover, no Clube Militar, reuniões consecutivas, que chegaram a atingir um número considerável, para a época, de participantes – de cem a duzentos militares em cada assembléia. Indignada, essa oficialidade, composta principalmente de jovens tenentes e capitães, lançaria repetidos apelos e manifestos, nos quais se dizia, por exemplo:

“As ameaças às liberdades públicas encerradas no bojo desse Projeto de Lei, com que se pretende amordaçar a consciência nacional, exigem das classes armadas uma atitude de coerência com as suas tradições de defensoras eternas do povo oprimido em todas as horas críticas da nossa história. (...)

As Classes Armadas vêm juntar o seu grito de atalaia da nacionalidade ao clamor do país. (...)

Dando apoio ao povo contra esse Projeto de Lei, as Classes Armadas demonstram que são os legítimos continuadores da obra dos precursores da Segunda República, que a Revolução de 30, cedo, esqueceu” (Correio da Manhã, RJ, 24/03/35: 1)².

Ainda em fevereiro de 1935, o jornal *A Pátria* escrevia que se avolumava no país “o clamor público contra a “Lei Monstro”, publicando declarações do general Miguel Costa (cf. cap. 2), que a definia como uma “torpeza”. Dizia-se ele envergonhado por ter contribuído para que se instalasse no país um governo capaz de semelhante medida. Afirmava o general que só lhe restava um recurso: “Disputar a honra de ser a primeira vítima” dessa lei (*A Pátria*, 02/02/35: 1 e 10).

À crescente insatisfação dos mais diversos setores civis

2. Cf. *Correio da Manhã*, *A Pátria* e outros jornais de março de 1935.

somavam-se os protestos de elementos militares, em particular da jovem oficialidade, em grande parte oriunda das fileiras do movimento tenentista. Abalada e decepcionada com os rumos tomados pelo Governo Vargas, a juventude militar mostrava-se cada vez mais empolgada com o programa da ANL e com a liderança de Luiz Carlos Prestes – o Cavaleiro de uma Esperança que renascia (cf. cap. 2). Em certa medida repetia-se o mesmo fenômeno que se observara tanto durante a campanha da Reação Republicana, em 1921/22, quanto na da Aliança Liberal, em 1929/30, quando ponderáveis setores civis e militares se congregaram num único e generalizado movimento de repúdio aos grupos dominantes, encastelados no poder central (Prestes, 1994 e 1991, cap. 10).

Diante das repetidas manifestações públicas de militares contra o projeto de Lei de Segurança, os mais variados segmentos sociais viriam a pronunciar-se, hipotecando-lhes solidariedade e contribuindo para engrossar o caudal de protestos que se levantava no país contra a “Lei Monstro”. A Federação Proletária do Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, declarava apoiar

“incondicionalmente gestos nobres elevados oficiais Exército Marinha Brasil, colocando espada honrada lado povo escravizado. Gesto outro não podia ser esperado que conheço atitudes patrióticas nossas forças sempre com povo contra prepotência. Nós operários colocamos nossas vidas liberdades vossas mãos. (a) Horácio Valadares, presidente” (Correio da Manhã, 24/03/35: 1).

E o Sindicato dos Operários Metalúrgicos de Niterói, “interpretando sentir operariado Niterói apóia atitude patriótica oficiais Exército e Marinha defesa liberdades populares luta contra lei monstro” (idem), revelando que o proletariado também se sensibilizara com as atitudes de rebeldia assumidas pela jovem oficialidade.

Como explicar, contudo, essa revolta manifesta de pelo menos uma parte da juventude militar? Expressaria apenas a continuidade das tradições tenentistas, herdadas dos anos vinte ou da Revolução de 30? Ou haveria, naquele momento histórico, outras causas ou motivações mais imediatas e significativas?

Conforme ocorrera em conjunturas de crise anteriores, os militares, dada a especificidade de sua inserção na estrutura social de um país como o Brasil, seriam motivados, de um lado, pelos problemas internos que afetavam as Forças Armadas, ou melhor dito, pelos problemas de cunho corporativo e, de outro lado, pelas questões econômicas, sociais e políticas de caráter geral que, naquele momento, emocionavam a opinião pública nacional (Prestes, 1994: 14-15). Sérgio Buarque de Holanda fornece indicações, que julgo valiosas, para entender o papel dos militares na vida política brasileira (embora se referisse explicitamente ao período imperial):

"No Brasil, onde funcionava uma caricatura do regime representativo, (...) os setores ignorados ou espoliados pelas oligarquias dominantes, e que formavam a grande maioria da nação, se inclinavam a secundar com freqüência de bom grado aqueles que, entre os muitos descontentes com a situação, eram os únicos em condições de desafiar com bom êxito as mesmas oligarquias.(...)"

Os oficiais militares podem inscrever-se realmente na vanguarda das aspirações populares e figurar como porta-bandeiras dessas aspirações. Não porque agem na qualidade de representantes ou componentes das camadas desfavorecidas, mas porque eles próprios, distanciados como se acham dos donos do poder e sujeitos como estão aos caprichos do favoritismo oficial, também se sentem desfavorecidos e podem desforrar-se, por si e pelos outros" (Holanda, 1972: 345-346).

Ao tentar explicar o comportamento dos militares brasileiros durante o ano de 1935 – quando a ANL foi fundada e desenvolveu uma atividade política que os mobilizou intensamente –, é necessário considerar as várias questões específicas que, naquele momento, agitavam tanto a oficialidade quanto as praças.

Havia, em primeiro lugar, o problema, que se arrastava desde o ano anterior, do reajustamento dos vencimentos dos militares, o qual só seria finalmente concedido pela Câmara dos Deputados em abril de 35³, sem que o funcionalismo civil fosse igualmente contemplado (Correio da Manhã, 27/06/35: 1). Os sucessivos adiamentos na solução dessa questão, extremamen-

3. Cf. *Correio da Manhã*, 26/02/35: 1; 09/03/35: 3; 17/04/35: 1; 23/04/35: 2; 28/04/35: 1; *A Pátria*, 07/04/35: 4; 12/04/35: 1; 17/04/35: 1; 15/05/35: 1; *A Manhã*, 26/04/35: 8; 27/04/35: 3; 28/04/35: 1. Cf. também Silva (1969: 135, 141, 145, 161, 167); Carone (1976: 335-336); Carvalho (1983:141).

te aguda e sentida naquele momento, constituiriam, inegavelmente, um dos motivos mais sérios para as insatisfações detectadas nos meios militares.

Outra questão que também agitava a caserna eram os insistentes boatos de golpe militar. Assim, sabia-se que o general Guedes da Fontoura, comandante da Vila Militar no Rio de Janeiro, articulava um golpe, tendo como pretexto a questão do reajustamento dos vencimentos (Carvalho, 1983: 162-163, 114; Carone, 1976: 335-336). Falava-se ainda na demissão do general Góis Monteiro do Ministério da Guerra, o que viria a ocorrer no início de maio (Carvalho, 1983: 141-142; Carone, 1976: 335-336)⁴, quando Vargas, contando com o apoio de Flores da Cunha, governador do Rio Grande do Sul, de outros interventores e de generais legalistas, conseguiu substituir os comandos de várias unidades militares importantes, sem consultar nem informar Góis Monteiro. O novo ministro da Guerra nomeado foi o general João Gomes, que, desde 1930, manifestava-se contra a intervenção do Exército na política⁵, tendo o general Eurico Gaspar Dutra substituído Guedes da Fontoura no comando da Vila Militar, posto de confiança do presidente (Carone, 1976: 335-336; *A Pátria*, 08/05/35: 1). Vargas saía fortalecido da contenda, mas a insatisfação nos meios militares permanecia e se agravava.

Uma terceira questão era particularmente sentida pelos militares: a perspectiva de redução dos seus efetivos, projetada pelo Ministro da Guerra (Silva, 1969: 281; *A Manhã*, 28/05/35; *A Pátria*, 04/06/35: 8), questão que permaneceria na ordem do dia durante vários meses, vindo a explodir com grande intensidade no final de 1935. Nessa ocasião, o deputado aliancista⁶ e capitão do Exército, Domingos Velasco, discursaria na Câmara Federal protestando contra a atitude do Governo de deixar o Exército em estado de penúria material e desprovido dos meios imprescindíveis à sua eficiência. Suas declarações teriam intensa repercussão junto à “classe militar” (*Correio da Manhã*,

4. Cf. *Correio da Manhã*, 07/05/35: 1 e dias subseqüentes; *A Pátria*, maio de 1935.

5. Diferentemente de Góis Monteiro, que já vinha formulando sua depois célebre “doutrina Góis” (cf. Pinto, 1994). Estas questões são abordadas em Prestes (1999)

6. Aliancista - membro da ANL.

22/10/35: 1; 23/10/35: 1). Também vinham a público os protestos de sargentos contra o seu desengajamento das fileiras do Exército, que, planejado havia vários meses, começara a ser posto em prática⁷.

O diário *A Manhã*, órgão oficioso da ANL, no Rio de Janeiro, abriria suas páginas para a divulgação desses protestos dando-lhes total cobertura e apoio declarado. Em editorial, intitulado “Pelo Exército”, assinado por Pedro Mota Lima, diretor do jornal aliancista, dizia-se:

*“A política dominante (...) tem como programa um Exército bastante forte para reprimir os motins populares numa ou noutra região, mas suficientemente fraco para enfrentar as forças dos sobas estaduais. Sargentos e cabos, que se especializaram nos misteres das armas, tenham mais de 20 ou menos de 10 anos de serviço serão excluídos. Os oficiais, em quadros esqueléticos, marcarão passo o resto da vida. E a nossa organização de defesa – num país que precisará de um Exército de 200 mil homens para defender seu desenvolvimento econômico (...) – ficará reduzida aos efetivos no papel, para tranqüilidade dos dominadores imperialistas e dos políticos reacionários, seus instrumentos. Os soldados, cabos, sargentos atirados ao desemprego constituirão a camada famélica, sem horizontes, onde o Sr. Plínio Salgado (...) fará o recrutamento para engrossar as fileiras que só não têm claros nas cidades nazistas de Blumenau e Joinville.
Exército reduzido – milícia integralista revigorada ...
Duplamente atendidos os desejos da reação” (A Manhã, 22/10/35: 3).*

O Governo Vargas tratava de expurgar das fileiras do Exército os elementos indesejáveis e, certamente, em primeiro lugar, os militares sob a influência crescente da ANL, do PCB e da liderança de L.C. Prestes, ao mesmo tempo em que, como hoje se sabe, tomava medidas voltadas para a constituição de Forças Armadas “confiáveis”, capazes de garantir a implantação de um poder centralizado, autoritário e corporativo – projeto afinal concretizado com o estabelecimento do Estado Novo (Carvalho, 1983)⁸.

À insatisfação com as medidas governistas, voltadas contra seus interesses corporativos específicos, somava-se a

7. Cf. *A Manhã*, 25/10/35: 2; 31/10/35: 3; *Correio da Manhã*, 30/10/35: 1; *A Manhã*, novembro de 1935.

8. Estas questões são abordadas em Prestes (1999).



Fachada do 3º RI na Praia Vermelha, Rio de Janeiro, após o levante de 27/11/35. (*Idem. Reprodução fotográfica de Gilson Ribeiro.*)

indignação de setores militares expressivos com a aprovação da Lei de Segurança Nacional – instrumento repressivo evidentemente introduzido com o objetivo de garantir a implementação de tais medidas. Ao mesmo tempo, numerosos militares mobilizados contra a Lei de Segurança adquiriam consciência de que a luta pelas suas demandas particulares não poderia estar dissociada de uma luta maior, em torno das bandeiras que eram levantadas, naquele momento, pela ANL, prestigiada pelo aval de Luiz Carlos Prestes. Um número considerável de militares – desde oficiais até praças – emprestaria seu apoio ao programa antiimperialista, antilatifundista e democrático da ANL, enquanto esta entidade assumia posições abertas de defesa das reivindicações dos militares, conforme o demonstra o editorial de *A Manhã*, acima citado⁹.

Como acontecera em ocasiões anteriores, setores militares, principalmente do Exército, mas também da Marinha, desempenhariam o papel de *caixa de ressonância* (Prestes, 1991, cap. 2; 1994: 41) do descontentamento geral existente no país, tanto com a aprovação da “Lei Monstro” quanto com as graves conseqüências da situação econômica para diversificados segmentos da população, com a política do Governo Vargas e a ofensiva integralista. Havia, em particular, uma grande insatisfação com os resultados da chamada Revolução de 30 e do processo de reconstitucionalização do país, concluído em meados de 1934, quando Vargas fora “eleito” sucessor de si próprio¹⁰.

Surgia, entretanto, um aspecto novo na movimentação política e nas atitudes de insubordinação adotadas pelos militares: a intensa participação de soldados, cabos e sargentos – as chamadas praças –, que se mobilizavam em torno de suas demandas específicas, dentre as quais tiveram grande importância a falta de estabilidade, a ausência de promoções, os salários baixos, a falta de assistência social e, em particular, as condições precárias de seu reengajamento nas fileiras do Exército. Ao mesmo tempo, dado o ambiente de agitação exis-

9. Agildo Barata destacado oficial aliancista, reconheceu que a ANL atraiu o apoio de muitos militares por seu programa nacionalista e por proclamar a necessidade de ampliar grandemente os efetivos do Exército (Carvalho, 1983: 182, nota 29).
10. Cf. a imprensa da época.

tente nos quartéis, eram eles facilmente atraídos para a ANL e o PCB¹¹. Se, nos anos vinte, as agitações militares atingiam no fundamental a baixa oficialidade do Exército – tenentes e capitães –, em 1935, as praças teriam um papel relevante no movimento, assunto que mereceria pesquisa específica.

Conforme escreveu Sérgio Buarque de Holanda, se os militares eram os “únicos em condições de desafiar com bom êxito” (Holanda, 1972: 346) os setores dominantes, uma vez que não existiam na sociedade brasileira forças sociais e políticas capazes de fazê-lo, torna-se compreensível que tanto a ANL quanto o próprio PCB, diante da crescente insubordinação de expressivos segmentos, seja dos oficiais subalternos seja das praças, passassem a apostar nos militares como os elementos destinados a começar a luta pelas transformações inscritas no programa aliancista. Era o tradicional golpismo¹² que se fazia presente, ainda que sempre se enfatizasse, nos documentos tanto da ANL quanto do PCB, a necessidade de garantir a participação, considerada decisiva, das massas populares, para o êxito das lutas projetadas – questões que serão abordadas no decorrer deste trabalho.

8. A ANL NA LEGALIDADE

A.) O GOVERNO POPULAR NACIONAL REVOLUCIONÁRIO E O “POVO EM ARMAS”

Antes mesmo do seu lançamento oficial em ato público no Rio de Janeiro, a 30/03/35 (cf. cap. 2), desde a formação, no início do ano, da Comissão Provisória de Organização da ANL e de suas congêneres nos estados e em numerosos municípios, a nova entidade começaria a promover atos públicos por todo o país, atraindo milhares de adeptos e conquistando a simpatia de setores cada vez mais amplos da opinião pública nacional. Os

11. Cf. Carvalho (1983: 110, 115-118); Bezerra (1979: 236); documentos do PCB para as Forças Armadas (Vianna, 1995: 385-414); LCP (entrevistas concedidas por Luiz Carlos Prestes a Anita Leocadia Prestes e Marly Vianna; gravadas em fita magnética e transcritas para o papel; RJ, 1981-83), fita nº 11, lado 21, p. 32-34.

12. Golpismo: concepção segundo a qual as transformações sociais e políticas podem ser realizadas, ou pelo menos iniciadas, através de um golpe militar.

jornais *A Pátria*, no Rio de Janeiro, e *A Platéia*, em São Paulo, divulgariam, desde o início, seus manifestos e documentos, assim como noticiariam suas atividades. No Rio, o diário *A Manhã*, publicado a partir do final do mês de abril, tornou-se o principal porta-voz da ANL. Outros jornais e folhas, da mesma forma que inúmeros panfletos, boletins e folhetos, seriam editados, contribuindo para a divulgação de suas posições.

O noticiário dos jornais, as publicações da época e os depoimentos dos contemporâneos¹³ revelam um quadro surpreendente: os *comitês da ANL* proliferavam, nas principais cidades do país, com a rapidez de cogumelos após a chuva, realizando reuniões em recintos fechados e comícios em praça pública extremamente concorridos, durante os quais registrava-se enorme entusiasmo popular pelo programa da ANL, ao mesmo tempo em que Luiz Carlos Prestes era aclamado presidente honorário da Aliança em várias reuniões estaduais¹⁴. Processo que viria culminar com o ato de lançamento oficial da entidade, quando, por proposta do então estudante Carlos Lacerda, Prestes seria eleito por aclamação presidente de honra da ANL, embora ainda não se soubesse que ele já estivesse a caminho do país.

Um dos atos de maior repercussão promovidos pela ANL, logo no início da sua existência legal, foi a homenagem a Tiradentes, realizada no dia 21 de abril, no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, quando parte da assistência seria obrigada a permanecer do lado de fora por estar o recinto superlotado. Como na maioria das manifestações aliancistas, esse ato público encerrou-se num clima de grande entusiasmo com a ANL e o seu programa, sendo o nome de Luiz Carlos Prestes vibrantemente ovacionado (*A Pátria*, 23/04/35: 8). Na ocasião viria a repetir-se o que acontecera muitas vezes no passado, durante os comícios da Reação Republicana de 1921/22 (Prestes, 1994), o comparecimento em massa de militares fardados.

Para muitos dos antigos “tenentes”, desiludidos com a

13. Cf. *A Pátria*, *A Manhã*, *Correio da Manhã*, outros jornais da época; Henriques, Afonso. *Ascensão e queda de Getúlio Vargas*, apud Hernandez (1958: 48-49); Carone (1976: 233-236), etc.

14. Cf. “Comunicado da Comissão Provisória de Organização da ANL”. In: *A Pátria*, 09/02/35: 2.

Revolução de 30 e, como já foi assinalado, cada vez mais empolgados com a liderança de Luiz Carlos Prestes, a ANL passava a ser a organização capaz de levar o povo brasileiro à sua verdadeira emancipação nacional e à garantia das liberdades públicas, barrando o caminho à violência dos integralistas e aos intentos autoritários do Governo, que, no início de abril, poucos dias após o lançamento da Aliança, sancionara a “Lei Monstro”. Para essa ala mais radical dos antigos “tenentes” chegara a hora de deixar de lado as ilusões tenentistas da década anterior e trilhar a via apontada por Prestes, de luta contra o imperialismo e o latifúndio, engrossando as fileiras da ANL. O então capitão José Augusto de Medeiros, membro da ANL e antigo companheiro do tenente Jansen de Melo – morto tragicamente quando tentava, em maio de 1925, levantar o 3º RI, no Rio de Janeiro – declarava, em cerimônia realizada por ocasião do décimo aniversário desse acontecimento:

“Hoje a libertação do Brasil, libertação econômica e política, tem que ser conseguida de outra maneira: o país precisa libertar-se do jugo imperialista e extinguir o latifúndio, porque a simples troca no poder de uns agentes dos imperialistas e latifundistas por outros – coisa que ingenuamente queríamos fazer em 1925 – seria um trabalho inútil...” (A Manhã, 02/05/35: 3 e 8).

Temos aí a fiel reprodução de idéias externadas e repetidas inúmeras vezes por Luiz Carlos Prestes. Idéias que, naquele ano de 1935, teriam enorme repercussão junto à ANL e, através dela, na opinião pública nacional¹⁵.

A partir da divulgação do seu manifesto-programa¹⁶, a ANL encontraria ampla aceitação, seja nos meios civis (que incluíam tanto setores das camadas médias urbanas quanto do operariado, e mesmo elementos das classes dominantes e das elites políticas) seja junto aos militares de diferentes patentes (oficiais, subalternos e praças)¹⁷. Como diria anos mais tarde Gregório Bezerra, sargento do Exército que ingressou no PCB e teve papel destacado no Partido e na ANL: “sectário ou não, foi um

15. Cf. “Manifesto de Maio de 1930” de L.C. Prestes. In: Bastos (1986: 197-200); entrevistas e declarações de L.C. Prestes.

16. “Manifesto da Comissão Provisória de Organização da ANL”. In: A Pátria, 01/03/35: 1 e 4.

17. Cf. os jornais citados; Fonseca (1986), Vianna (1992); Konrad (1994), etc.

programa... (o da ANL)... que empolgou as massas populares” (Bezerra, 1979: 234).

Em pouco menos de três meses e meio de vida legal, a ANL chegou a fundar mais de 1.600 núcleos em todo o território nacional, atingindo na capital da República 50 mil inscritos (Sisson, 1937: 234), e na cidade de Petrópolis 2.500 aderentes (Sisson, 1939: 18), segundo Roberto Sisson, secretário-geral da entidade. Afonso Henriques, secretário do Diretório Municipal do Rio de Janeiro escreveu que, “segundo cálculos por nós feitos, o quadro social da ANL estava, em maio de 1935, aumentando numa média de 3 mil membros por dia”¹⁸. De acordo com dados fornecidos por Caio Prado Júnior, presidente do Diretório Estadual de São Paulo, a ANL, no momento de seu fechamento, no início de julho de 35, contava nacionalmente com um número de militantes que variava entre 70 e 100 mil¹⁹, o que é confirmado por Robert Levine (Levine, 1980: 122).

O general Miguel Costa, que aderiu à ANL na ocasião de sua criação (cf. cap. 2), fazia uma lúcida avaliação do papel dessa entidade em seu período de legalidade:

“A ANL foi lançada no momento preciso. O seu programa antiimperialista, pela libertação nacional do Brasil, antifascista e pela divisão dos latifúndios, realmente empolgou, não apenas as massas populares, trabalhadoras, mas até a pequena burguesia, e, mais fundamental, os meios intelectuais honestos, e em grande parte ainda não suficientemente esclarecidos. (...) A ANL cresceu mais do que seria de se imaginar (...)”²⁰.

O aspecto mais importante a destacar na atuação da ANL foi também apontado por Miguel Costa, na mesma carta, de agosto de 35:

“A ANL (...) estancou desde logo o surto integralista no país, cuja ação está hoje reduzida a um grupo de mistificadores, já evidentemente desmascarado perante a opinião pública” (idem).

18. Henriques, Afonso, *op. cit.*: 345, *apud* Hernandez (1985: 48-49).

19. Dados fornecidos a Hernandez (1985: 49).

20. Carta de Miguel Costa a Prestes, 03/08/35. Arquivo Góis Monteiro, AP51 (12) documento 1, *Comunismo*. Arquivo Nacional (AN).

O esforço levado adiante pela ANL na luta antifascista e, em particular, contra os integralistas, luta que já vinha se desenvolvendo desde 1933 (cf. cap. 5) levou à “desmoralização do integralismo junto ao povo”, segundo o general Miguel Costa, que enfatizava ainda o fato de a ANL ter apresentado um programa “capaz, realmente, de empolgar as massas exploradas do Brasil”, podendo propiciar uma “nova congregação dos companheiros aproveitáveis”²¹.

Embora o programa aliancista despertasse grande entusiasmo junto a setores muito amplos da sociedade brasileira e da opinião pública nacional, não havia na ANL unanimidade nem clareza quanto aos meios a serem empregados para a conquista dos objetivos inscritos nesse programa. Seus primeiros documentos foram omissos nesse particular²².

Entre os dirigentes da ANL existia a tendência legalista de considerar possível levar adiante seu programa “dentro da ordem e da lei”, posição desde o início criticada pelos comunistas²³. A defesa de tal perspectiva era feita abertamente por Herculino Cascardo, presidente da ANL:

“A ANL vai esforçar-se, dentro da ordem e da Constituição vigente, pela difusão do seu programa. (...) A Aliança agirá, estritamente, dentro da lei e da ordem constitucional. Não tem nenhuma intenção de subverter a ordem pública. Seu objetivo é unicamente o de fazer propaganda pacífica dos pontos básicos do seu programa. (...)

Não pretendemos derrubar os homens que estão no governo. (...) O que desejamos é preparar espiritualmente a Nação para uma ulterior mudança de regime econômico e social. (...)

*Somos amigos da ordem, respeitamos a Constituição. Queremos realizar as nossas conquistas pacificamente, sem recurso à violência, dentro dos meios que a Constituição faculta*²⁴.

21. Carta de Miguel Costa a Prestes, *op. cit.*

22. Cf. 1º Manifesto da ANL, lido pelo dep. Gilberto Gabeira na Câmara dos Deputados. In: *Diário do Poder Legislativo, RJ*, 18/01/35: 388-389. - Manifesto da ANL, lançado por intermédio do seu Comitê Provisório de Organização. In: *A Pátria*, 01/03/35: 1 e 4. Manifesto-relatório da ANL. In: *A Pátria*, 31/03/35: 12.

23. Cf. Rocha, Lauro Reginaldo da (Bangu). “Os perigos do nacional-reformismo na Aliança Nacional Libertadora”. In: *A Classe Operária*, n. 180, 01/05/1935. In: Vianna (1995:42).

24. Entrevista de Herculino Cascardo ao jornal *O Homem Livre*, RJ, por Hamilton Barata, n. 87, 06/04/35: 1 e 4; grifos meus.

Da mesma forma, um outro dirigente da ANL, o capitão do Exército Carlos Amoretty Osório afirmava:

"Corajosa política de nacionalismo econômico, prática sincera da democracia, eis os dois postulados supremos pelos quais nos bateremos sem desfalecimentos, dentro da Constituição e das leis em vigor (...)" ²⁵.

Enquanto isso, o PCB mantinha-se fiel à orientação política reafirmada em sua Primeira Conferência Nacional, de julho de 1934 (cf. cap. 3). Partindo da existência de uma suposta "situação revolucionária" no país, os comunistas convocavam os trabalhadores a "pegar em armas desde já", a multiplicar as guerrilhas no campo²⁶ e a lutar pela instalação do "governo operário e camponês, na base de conselhos de operários, camponeses, soldados e marinheiros (soviets)"²⁷. Embora a ANL tivesse adotado o programa antiimperialista, antilatifundista e democrático proposto pelo PCB e amplamente aceito pela opinião pública, devido à influência decisiva de L.C. Prestes (cf. cap. 6), os *caminhos* para atingir esses objetivos eram vistos de maneiras distintas e contraditórias. Fator que provocaria reservas em relação à ANL de parte da direção do PCB.

Em documento intitulado "A luta pela revolução agrária e antiimperialista e a posição do Partido perante a ANL"²⁸, os comunistas deixariam claro suas discordâncias com a entidade que haviam ajudado a criar, afirmando que "não aderimos e não aderiremos à ANL, pois somos um partido político que visa ao poder político para uma classe, a proletária". Na realidade, os comunistas queriam dizer que, embora atuando ativamente nas fileiras da ANL, não admitiriam dissolver-se nessa entidade nem perder sua independência política e programática, erros que reconheciam ter cometido à época da sua participação no Bloco Operário e Camponês, no final da década anterior²⁹.

25. Entrevista de Carlos Amoretty Osório ao jornal *O Homem Livre*, RJ, por Hamilton Barata, n. 88, 13/04/35: 1 e 4; grifos meus.

26. Miranda. "Como os trabalhadores do Brasil resolverão a crise lutando e pegando em armas contra os esmoreadores do Brasil. In: *A Classe Operária*, n. 174, 11/03/35.

27. Miranda. "A luta pela revolução agrária e antiimperialista e a posição do Partido perante a ANL". In: *A Classe Operária*, n. 179, 23/04/35, in Vianna (1995:36).

28. *Idem*: 36-37.

29. Cf. "Resolução da Internacional Comunista sobre a questão brasileira" (fevereiro de 1930). In: *A Classe Operária*, n. 89, 17/04/30; "Resolução do C.C. do PCB", de 11/02/29. In: Carone (1982: 74-76).



CARLOS PRESTES

A FRENTE DA INSURREIÇÃO ARMADA NO RIO!

1000 - 1000 - 1000

A MANHÃ 2ª EDIÇÃO

1000 - 1000 - 1000

SOBO SEU COMMANDO LEVANTOU-SE, ESTA MADRUGADA, A GUARNIÇÃO DESTA CAPITAL

Leida as forças armadas em Rio, an-
sua volta em todo o país, sob o comando
político e militar de Luiz Carlos Prestes.
O movimento riense sendo preparado
desde alguns tempos. Os acontecimentos de
norte do país, tendo desencadeado a revolu-
ção no território nacional, determinaram
de parte de Prestes a ordem de sobre-estir-
que publicação em outro local e que foi he-
vista mesmo pelo mesmo. Já é tarde e ab-
re o signo da Revolução, marca para
esta madrugada o pronunciamento das lar-
ças armadas do Rio e de outros pontos do
país. Sem palavras de ordem foi imediata-
mente cumprida, conforme se verifica com
a generalidade de levante nesta capital.

O MOVIMENTO ESTENDE-SE A TODO O TERRITÓRIO DO PAIZ

Em S. Paulo, o commando das forças revolucionarias foi assumido pelo general Miguel Costa

O AVISO DE PRESTES aos seus companheiros

Tudo os subversivos estão hostis,
por Luiz Carlos Prestes aos seus companhe-
iros de revolução.

"O Comité Revolucionario, sob a mi-
nha direção, frente aos acontecimentos
que se desenvolvem no norte do país e a
supremacia da revolução de norte. FICAMOS
recomendamos desde sempre as forças da

Revolução estejam prontas para lutar pe-
las liberdades populares e para dar o golpe
definitivo ao governo de tráfego sacie-
de Getúlio Vargas.

Deu e sera seria oportunament
marcado

Rio de Janeiro, 26 de novembro de
1935. - LUIZ CARLOS PRESTES

Último número do Jornal A Manhã, 27 de novembro de 1935.
(Idem. Reprodução fotográfica de Gilson Ribeiro.)

Havia, contudo, uma flagrante contradição entre a linha política do PCB, voltada para a instalação imediata de *soviets* e a nova orientação, acertada, nos “encontros de Moscou”, de outubro de 1934, trazida pelos dirigentes do Partido, em seu regresso ao Brasil, e que pregava a criação de “frentes populares” (cf. cap. 6). Como seria possível combinar a formação de uma frente tão ampla, como a recém-criada Aliança, com a proposta de “soviets de operários e camponeses, soldados e marinheiros”, totalmente dissociada – conforme hoje se percebe – das reais condições existentes no país?

Ao mesmo tempo que, no Brasil, eram dados os últimos passos para o lançamento oficial da ANL, Luiz Carlos Prestes empreendia viagem de volta do exílio moscovita, disposto a dar sua contribuição para a luta antifascista no Brasil³⁰. A 27/02/35, encontrando-se clandestino em Paris, ele receberia telegrama proveniente de Moscou, enviado pela Comissão Executiva da IC – o que na época se justificava, pois o PCB era uma seção da IC (cf. Parte I) –, no qual se dizia textualmente: no manifesto a ser lançado, “a palavra de ordem de soviets talvez no momento não deva ser lançada”³¹. Anos mais tarde, Prestes recordaria a satisfação com que recebera tal sugestão, acrescentando que, nessa ocasião, fora também consultado por Wan Min (um dos dirigentes da IC) sobre a conveniência de substituir a palavra de ordem de “Governo Soviético” por “Governo Popular Nacional Revolucionário”. Prestes respondera concordando com a proposta, pois considerava que assim a frente seria muito mais ampla³², e, portanto, mais adequada à nova orientação de criar “frentes populares”.

Já no Brasil, durante o mês de abril, Prestes redigiria sua célebre carta de adesão à ANL, dirigida a H. Cascardo, e, por motivos de segurança, datada de Barcelona³³. Nesse documento eram reafirmados os objetivos programáticos da ANL, en-

30. LCP, fita n. 10 (lado 20), p. 11, 19-24.

31. Telegrama confidencial da IC para Prestes (em Paris), 27/03/35, em francês. Centro Russo de Conservação e Pesquisa de Documentos de História Contemporânea/AMORJ/IFCS-UFRJ.

32. LCP, fita n. 10 (lado 20), p. 28.

33. “Carta de L. C. Prestes a H. Cascardo”, Barcelona, 25/04/35. In: Carone (1978: 425-430).

fatizando-se a luta contra a “barbárie fascista ou fascizante” e o integralismo (idem: 426 e 427), e levantando, pela primeira vez, a questão do poder, que deveria realizar o programa aliancista. Afirmava-se que a ANL

“pode chegar rapidamente a ser uma grande organização popular-nacional-revolucionária, capaz de sustentar a luta de massas pela instalação de um governo popular nacional-revolucionário em todo o Brasil” (idem: 430; grifos meus).

Embora a “carta de Barcelona” estivesse datada de 25/4, ela só se tornaria conhecida a 13/5, quando a ANL realizou no Estádio Brasil, na capital da República, grande ato público alusivo à data da Abolição. Na presença de cerca de 10 mil pessoas, vários dirigentes da ANL usaram da palavra, ainda que H. Cascardo não tivesse comparecido. Roberto Sisson apresentou um relato do crescimento significativo da entidade, e Benjamin Soares Cabello leu a carta de Prestes, recebida com grande vibração popular e logo a seguir publicada tanto nos jornais ligados à ANL quanto na grande imprensa, como, por exemplo, no *Correio da Manhã* do Rio de Janeiro (*Correio da Manhã*, 14/05/35: 1 e 7; *A Pátria*, 14/05/35: 1 e 8; *A Manhã*, 14/05/35: 1).

É a partir desse momento que a consigna de um Governo Popular Nacional Revolucionário (GPNR) é adotada oficialmente pela ANL e ganha as ruas. Sua repercussão seria imensa e a aceitação generalizada, embora na carta de Prestes já se falasse em “dar à ANL um caráter antiimperialista combativo e revolucionário”³⁴, apontando, portanto, para o caminho da ruptura da legalidade e do apelo à luta armada, o que seria feito logo a seguir pela própria direção da ANL, conforme veremos.

Se, por sugestão da IC, Prestes lançara a palavra de ordem do GPNR, que rapidamente conquistaria a adesão da ANL e de seus seguidores, a direção do PCB mantinha-se fiel à tese do “poder soviético”. Em telegrama enviado pela Comissão Executiva da IC a Queiroz (outro codinome de Miranda), o então secretário-geral do PCB, Antônio Maciel Bonfim, havia refe-

34. Idem: 426; grifo meu.

rência a artigo por ele publicado em *A Classe Operária* (o jornal do Partido), de 10/04/35, no qual se insistia na tese do “poder aos soviets”, posição criticada pela IC³⁵. Somente na segunda metade de maio seria realizado o pleno do Comitê Central do PCB, durante o qual foi aprovada a nova orientação proposta pela IC³⁶.

Segundo a resolução tomada nessa reunião, o GPNR deveria constituir uma etapa no processo de luta pela conquista do “poder soviético”. Afirmava-se no documento:

“Com o GPNR, com a expulsão dos imperialistas e dos senhores de terras, com as liberdades democráticas, teremos dado um passo decisivo para, ao mesmo tempo, onde for possível e a massa compreender, impulsionada pelo proletariado e sua vanguarda, o Partido Comunista, e quiser realizar, instalar-se o Governo Operário e Camponês, na base de Conselhos (soviets) de deputados operários e camponeses, soldados e marinheiros” (idem).

A seguir dizia-se, nessa resolução, que o GPNR “dará armas ao proletariado e ao povo” e “a ANL torna-se um *verdadeiro instrumento de tomada do poder*, e para isso tem que mobilizar as grandes massas para levá-las para o GPNR, *derubar Getúlio* e seu governo de reação e fome (...)”. Finalizando, o Comitê Central do PCB chamava os membros do Partido e da Juventude Comunista a se prepararem para a “luta armada para a tomada do poder e a instalação do GPNR” (*idem*; grifos meus).

Ao caracterizarem a situação brasileira como revolucionária, os comunistas consideravam que o objetivo da revolução democrático-burguesa ou agrária e antiimperialista (cf. cap. 3) deveria ser o estabelecimento do “poder soviético”, mas passavam a admitir a necessidade do GPNR para *começar* a revolução. Tal argumentação foi desenvolvida, naqueles meses de abril/maio de 1935, tanto por Prestes quanto por Arthur Ewert, o delegado alemão da IC, membro do Secretariado Sul-Americano da IC, que, durante aquele período, assessorou a direção do

35. Telegrama da IC para o C.C. do PCB, camarada Queiroz (Miranda), 13/05/35, em alemão. Centro Russo de Conservação...

36. Cf. “O Governo Popular Nacional Revolucionário e as tarefas do Partido”, resolução do C.C. do PCB, maio de 1935 (documento datilografado, 8 folhas). Arquivo DOPS, setor Comunismo, pasta 11 (Arquivo do Estado do Rio de Janeiro).

PCB. Em artigo publicado em *A Classe Operária* de 01/05/35, Ewert (conhecido no Brasil com o pseudônimo de Harry Berger) escrevia:

"... o caráter da revolução no Brasil é o mesmo da China: democrático-burguês. As primeiras fases da revolução no Brasil consistem em levar a cabo a revolução agrária e antiimperialista. (...) A revolução na China demonstrou claramente a necessidade da existência dos soviets de operários e camponeses na etapa democrático-burguesa da revolução. Sem isto, o êxito é impossível. Ao reconhecer isso, não devemos perder de vista o fato de que a revolução democrático-burguesa pode COMEÇAR sem a existência dos soviets. Este será o caso em que as forças de classe e a consciência revolucionária do proletariado não estejam ainda suficientemente desenvolvidas, faltando-lhes uma direção revolucionária firme"³⁷.

Como se vê, o Brasil era equiparado à China, de acordo com a análise feita pela IC, aprovada em seu VI Congresso, realizado em 1928 (cf. cap. 3). Ambos os países eram considerados semicoloniais, razão pela qual o caráter da revolução seria democrático-burguês, ou, em outras palavras, uma revolução agrária e antiimperialista (*idem*). Mas, diante da dificuldade para conseguir de imediato o estabelecimento do "poder soviético", apontava-se para a necessidade de o Partido "trabalhar com a maior energia pela formação da mais ampla frente popular contra o imperialismo, o integralismo e o feudalismo"³⁸. Considerava-se, entretanto, que já chegara o momento de "resolver a questão do poder pela instauração de um GPNR, que, construído sobre uma ampla base, possa apoiar-se em 90% da população e em grande parte das Forças Armadas" (*idem*: 426). E concluía-se que "este GPNR só pode ser instaurado pela mais ampla luta das massas" (*idem*: 427).

Quanto a Prestes, da mesma forma que A. Ewert, procuraria dar seu aval à nova orientação política, aprovada com alguma relutância pelo PCB, justificando a necessidade do GPNR:

37. Berger, Harry. "Alguns aspectos da questão dos soviets no Brasil". In: *A Classe Operária*, n. 180, 01/05/35, in Vianna (1995: 418-419).

38. Berger, Harry. "Todas as nossas forças pela instauração de um Governo Popular Nacional Revolucionário no Brasil". In: *A Classe Operária*, n. 184, 20/06/35, in Vianna (1995: 424).

ANITA LEOCADIA PRESTES

“... surge, exigindo uma resposta imediata, a questão do poder. As massas populares que se reúnem na ANL querem liquidar o Governo de Vargas e querem instaurar um novo poder suficientemente forte para expulsar os imperialistas, acabar com o feudalismo e instaurar no país os direitos democráticos. Este governo terá, pois, como tarefa, começar a revolução democrático-burguesa no Brasil. Nós, comunistas, sabemos que só a ditadura revolucionária democrática dos conselhos de operários e camponeses é capaz de fazer a revolução democrático-burguesa, levando até o fim a execução de suas tarefas e, portanto, garantindo a sua ulterior transformação em revolução socialista. (...)”³⁹.

Mas, acrescentava Prestes, como “não temos ainda os elementos suficientes para a luta imediata pela instauração de um governo soviético de operários e camponeses”, e, “partindo da premissa de que a revolução só será vitoriosa se realmente contar com a participação de todos os explorados, a consequência é que dela deve surgir um governo do povo”, o que significava:

“... um governo que pela sua composição reflita os interesses não só do proletariado e dos camponeses (as duas forças-motrizes principais da revolução), como de todos os outros elementos que sofrem com a dominação imperialista e feudal. O Governo Popular Nacional Revolucionário será assim o governo do bloco revolucionário antiimperialista e antifeudal, do bloco de todos os antifascistas do Brasil” (idem: 318; grifos meus).

A influência crescente de Prestes sobre a Aliança, e das teses por ele avalizadas – aprovadas pela direção do PCB somente na segunda quinzena de maio –, torna-se evidente quando se consulta o documento lançado na mesma época pelo Diretório Nacional da ANL, intitulado: “O Governo Popular Nacional Revolucionário e o seu programa”⁴⁰. Dizia-se nesse documento que o GPNR não é o “governo soviético”, nem “a ditadura democrática de operários, camponeses, soldados e marinheiros”, numa linguagem típica dos comunistas, e acrescentava-se:

³⁹. Prestes, Luiz Carlos. “O que é o governo popular nacional revolucionário”. In: A Classe Operária, n. 184, 20/06/35. In: Vianna (1995: 318); grifos meus.

⁴⁰. “O Governo Popular Nacional Revolucionário e o seu programa”, maio de 1935 (documento datilografado, 5 folhas). Arquivo Getúlio Vargas (AGV). Existem cópias impressas, por exemplo, no processo de Taciano José Fernandes, no Tribunal de Segurança Nacional, caixa 10561, Arquivo Nacional.



*Caio Prado Júnior discursa em reunião da ANL, em São Paulo.
(Idem. Reprodução fotográfica de Gilson Ribeiro.)*



*Carlos Lacerda lê o Manifesto de L. C. Prestes, 5 de julho de
1935. (Idem. Reprodução fotográfica de Gilson Ribeiro.)*

ANITA LEOCADIA PRESTES

"Esse governo não será somente um governo de operários e camponeses, mas um governo no qual estejam representadas todas as camadas sociais e todas as correntes importantes, ponderáveis da opinião nacional. (...) À frente de tal governo, como chefe incontestado, com maior prestígio popular em todo o país, não é possível encontrar um nome capaz de substituir o de LUIZ CARLOS PRESTES, porque o nome de Prestes representa para as grandes massas de todo o país a garantia de que tal governo lutará realmente, efetivamente, pela execução do programa da ANL (...)" (idem: 1 e 2).

Afirmava ainda a direção da ANL: "O que nós, da ANL, proclamamos é a necessidade de um governo surgido realmente do *povo em armas*", esclarecendo a seguir que "o GPNR não significará a liquidação da propriedade privada sobre os meios de produção, nem tomará sob o seu controle as fábricas e empresas nacionais" (idem: 1 e 3; grifos meus).

Surgia, pela primeira vez, nos documentos da ANL, a proposta da luta armada como meio de chegar ao GPNR. A concepção insurrecional do processo revolucionário (cf. cap. 3 e 6), adotada tanto pelo PCB quanto pela IC, era assim encampada pela ANL, o que, certamente, não significava que todos os seus dirigentes estivessem de acordo com ela. Como será visto adiante, H. Cascardo, presidente da ANL, comandante da Marinha e "tenente histórico", se manteria fiel às concepções legalistas, externadas por ele desde o momento da criação da ANL, desmentindo, assim, a tese de que a radicalização das posições da ANL e do próprio PCB seria decorrência direta das influências tenentistas, supostamente trazidas por Prestes e os antigos "tenentes" para o movimento. Na verdade, o apelo à luta armada e à via insurrecional eram pontos basilares da tática dos comunistas em nível internacional, como já tive oportunidade de destacar⁴¹. Na época, para os comunistas, a luta pelo poder estava indissolúvelmente ligada à visão insurrecional do processo revolucionário, segundo o modelo da Revolução de Outubro na Rússia.

B.) "TODO O PODER À ANL"

41. Cf. cap. 3 e 6; Rocha, Lauro Reginaldo da (Bangu). *Minha vida: memórias, primeira parte*. RJ, 1986 (datilografado), p. 78.

Durante os meses de maio e junho, de 1935, o movimento antifascista no Brasil, sob a direção da ANL, deu consideráveis passos à frente. Repetiam-se as manifestações aliancistas tanto no Rio de Janeiro e em São Paulo quanto nos mais variados pontos do país, destacando-se a cidade fluminense de Petrópolis como um dos lugares onde o movimento adquiriu maior força e onde também ocorreriam choques particularmente violentos com os integralistas, chamados pelo povo ironicamente de “galinhas verdes”. Sob a pressão da campanha liderada pela ANL, os integralistas eram obrigados a recuar, tendo, muitas vezes, suas marchas e manifestações dissolvidas pelas massas mobilizadas pelos diretórios aliancistas⁴².

Ao mesmo tempo, o Governo Vargas, apoiado na “Lei Monstro” e contando com a colaboração da polícia do Distrito Federal, sob o comando do capitão Filinto Müller, intensificava a perseguição não só aos comunistas como aos aliancistas e anti-fascistas, prendendo e seqüestrando seus líderes, proibindo seus atos públicos e invadindo ou depredando suas sedes e as dos jornais democráticos. Por outro lado, as autoridades policiais fechavam os olhos aos distúrbios promovidos pelos integralistas, quando não os incentivavam, na busca de pretextos para identificar a ANL com o “comunismo internacional”, justificando, assim, a necessidade do seu fechamento⁴³.

É nesse clima de ânimos acirrados entre aliancistas e integralistas – quando estes se sentiam cada vez mais isolados perante a opinião pública –, que o jornal de Plínio Salgado, *A Ofensiva*, publica artigo insultuoso a Luiz Carlos Prestes e à Coluna Invicta (*A Manhã*, 26/05/35: 1 e 2; *A Pátria*, 26/05/35: 2). Imediatamente, a ANL convoca comício, a realizar-se no dia 28/5, em Madureira, Rio de Janeiro, “em desagravo à bandeira e ao nome de Carlos Prestes”. Dizia-se em *A Manhã*: “Será hasteada hoje em Madureira a bandeira que a Coluna desfraldou pelo Brasil inteiro”. Ao lado publicava-se fotografia do capitão Trifino Cor-

42. Cf. *A Manhã* (J), *A Pátria* (RJ), *Correio da Manhã* (RJ), maio e junho de 1935.

43. Cf. os jornais da época.

rea, um dos comandantes da Coluna e membro da ANL, junto à bandeira, assim como declarações suas e de outro combatente da Coluna, o antigo “tenente” Aristides Correa Leal, em defesa do Cavaleiro da Esperança (*A Manhã*, 28/05/35: 1 e 2; *A Pátria*, 26/05/35: 2; *Correio da Manhã*, 28/05/35: 5).

Segundo *A Manhã*, o comício de Madureira foi uma consagração, com duas mil pessoas presentes, tendo Herculino Cascardo liderado a manifestação (*A Manhã*, 29/05/35: 1). Nos dias subseqüentes seriam realizados atos similares, por todo o país, em desagravo a Prestes e à bandeira da Coluna, sempre com a presença de milhares de pessoas, conforme se vê nas numerosas fotos publicadas em jornais como *A Manhã* e *A Pátria*⁴⁴.

Ainda no mês de junho, teriam lugar numerosos comícios e atos em recintos fechados, tanto no Rio quanto em São Paulo e em outras cidades, convocados por uma nova entidade, criada por iniciativa da ANL – a Frente Única Popular contra o Imperialismo e o Integralismo, que, expressando a amplitude e o crescimento do movimento democrático, congregava diversas outras entidades, como a União Feminina do Brasil, o Comitê do Congresso da Juventude Estudantil e Popular do Brasil, o Clube de Cultura Moderna, inúmeras associações sindicais e de trabalhadores, etc. (*A Manhã*, 01/06/35: 1; 13/06/35: 1; 18/06/35: 2; etc.).

Também em junho teria enorme repercussão o ataque integralista à manifestação da ANL, realizada em Petrópolis, com a participação de cinco mil pessoas, quando, vítima da agressão integralista, foi morto o operário Leonardo Cantu. Acontecimento que provocou o repúdio generalizado e intensos protestos das forças democráticas em todo o país, assim como a deflagração de uma greve geral em Petrópolis (*A Pátria*, 11/06/35: 2 e 8; *A Manhã*: 11/06/35: 1; 12/06/35: 1; e jornais dos dias subseqüentes).

Em muitas dessas manifestações iria se destacar, novamente, a presença de militares de diversas patentes, fato que

44. Cf. esses jornais, final de maio e início de junho de 1935.

preocupava o Governo, levando-o a adotar medidas punitivas. Após o comício de Madureira, de desagravo a Prestes e à bandeira da Coluna, o ministro da Guerra, general João Gomes, determinou a punição dos oficiais aliancistas Carlos Costa Leite e Trifino Correa e a expulsão de diversos inferiores e praças, por terem comparecido a comício político (*A Pátria*, 01/06/35: 8; *A Manhã*, 01/06/35: 3). Imediatamente, a ANL lançaria uma nota de protesto, qualificando de ilegal a expulsão de sargentos e soldados do Exército, pois os sargentos tinham direito a voto e, portanto, a participarem de atos políticos. Da mesma forma, a Aliança impetrava um mandado de segurança contra a medida ministerial (*A Manhã*, 02/06/35: 1).

Enquanto isso, na Câmara dos Deputados, o deputado Otávio da Silveira, vice-presidente do Diretório Nacional da ANL, discursava em defesa do requerimento apresentado por vários deputados, solicitando informações ao ministro da Guerra sobre a expulsão dos sargentos e praças do Exército. Declarava ainda que a ANL não tinha intuítos subversivos, sendo seu objetivo a defesa intransigente das liberdades públicas. Na ocasião discursariam também os deputados aliancistas Domingos Velasco e Abguar Bastos (*A Pátria*, 04/06/35: 8; *A Manhã*, 04/06/35: 3).

O ambiente político tornava-se visivelmente mais tenso, e era evidente que o Governo se sentia ameaçado pelo avanço do movimento antifascista e os êxitos alcançados pela ANL e demais entidades democráticas e populares, cujo inegável crescimento atraía setores ponderáveis da opinião pública nacional, incluindo uma parte das Forças Armadas. Até mesmo um homem como João Alberto Lins de Barros, ex-“tenente” dos anos vinte e participante ativo do movimento de 30, desde então politicamente comprometido com Vargas, viria a reconhecer, em carta dirigida a Prestes naquela ocasião, que “a ANL tem grandes possibilidades com esta nova orientação que você lhe está imprimindo”. E acrescentaria: “não há um cidadão que honestamente espere a salvação pública dos quadros da política atual. Nunca estivemos tão *carcomidos*” (Carta de João Alberto a Prestes, Rio de Janeiro, 08/06/35, Arquivo Getúlio Vargas).

Na realidade, como mais tarde ficou claro, tanto João Al-

berto quanto o Governo superestimavam a verdadeira força do movimento aliancista, que se revelou pouco consistente e carente de uma sólida organização, capaz de resistir à ofensiva da direita⁴⁵, quando esta foi efetivamente desencadeada.

Como viria a acontecer com certa freqüência, no Brasil, nos momentos de grande tensão social, as forças de direita voltariam a acenar com a possibilidade de um golpe. Ainda mais quando havia, no país, um acúmulo de insatisfações de todo tipo, tanto dos setores civis quanto dos militares, quando os movimentos grevistas eram desencadeados com intensidade e freqüência preocupantes para os grupos dominantes e quando os integralistas ficavam cada vez mais desmoralizados e isolados. Durante os meses de junho e julho foram insistentes os boatos de decretação do estado de sítio e de um golpe iminente. Diante de tais ameaças, a ANL viria a lançar diversos documentos de denúncia dos intentos golpistas, chamando o povo à *greve geral*, caso eles viessem a concretizar-se⁴⁶.

Nos últimos dias de junho *O Globo* abria manchete para denunciar um vasto “complô extremista”, que seria desencadeado por elementos comunistas e da ANL, com o objetivo de implantar o “regime soviético” no Brasil. Tratava-se, segundo o jornal do Sr. Roberto Marinho, de um “plano terrorista”, descoberto pela polícia (*O Globo*, 26/06/35; *A Manhã*, 27/06/35: 1). Ao mesmo tempo, o Chefe de Polícia, capitão Filinto Müller, apresentava a Vargas relatório informando sobre as “atividades extremistas” na capital da República (*Correio da Manhã*, 25/06/35: 1). Em discurso feito a 30/06, Vargas pronunciava-se contra os “extremistas”, que estariam se infiltrando no meio operário, e ameaçava usar de violência, se necessário fosse, para reprimilos (*idem*, 30/06/35: 1).

Frente a esse clima de provocações anticomunistas, tanto a ANL quanto o PCB fariam repetidas declarações públicas, esclarecendo que a ANL não era uma organização comunista e

45. Adoto a visão de “direita” e “esquerda” conforme está consagrada na literatura e na historiografia. Cf. Bobbio (1995).

46. Cf. “A ANL ao povo do Brasil”. In: *A Pátria*, 09/06/35: 2; *idem*, in: *A Manhã*, 11/06/35: 8; 13/06/35: 1; 03/07/35: 1; 03/07/35: 1; *A Pátria*, 04/07/35: 3; 11/07/35: 1; *Correio da Manhã*, 27/06/35: 3.



Comício da ANL no Rio de Janeiro. (Idem. Reprodução fotográfica de Gilson Ribeiro.)

que o PCB, de sua parte, não preparava golpes nem participava de quarteladas. Em manifesto divulgado pelo PCB, dizia-se:

*"Apoiamos todo e qualquer movimento de massas que vise, através de lutas, com a participação ativa de toda a população oprimida, à instauração de um Governo Popular Nacional Revolucionário como expressão da vontade das grandes massas laboriosas"*⁴⁷.

A identificação da ANL e demais entidades democráticas e populares com o "comunismo internacional" era necessária ao Governo para justificar a intensificação da repressão e da violência contra as mesmas, contra os comunistas e, de uma maneira geral, contra o movimento operário e popular. A ANL respondia a essas provocações e aos ataques dos integralistas e da polícia com a atividade crescente de suas organizações, com o envio de uma caravana aliancista, chefiada por Roberto Sisson, ao Norte e Nordeste e com repetidos apelos à decretação de uma greve geral, caso a entidade viesse a ser fechada ou o estado de sítio fosse decretado⁴⁸. Quando se lêem, hoje, os jornais simpáticos à ANL ou os documentos por ela lançados, a impressão que se tem é a de que, diante da ofensiva repressora das forças de direita, os aliancistas não se deixariam intimidar e fariam o Brasil parar.

Enquanto aumentavam a influência e o prestígio da ANL junto aos mais diversos segmentos da opinião pública brasileira, embora seu objetivo programático – "o povo em armas" para conquistar o Governo Popular Nacional Revolucionário (GPNR) – ultrapassasse os limites da legalidade constitucional, as posições dos comunistas sofriam mudanças. Desde o início de abril, a IC insistia junto ao seu Secretariado Sul-Americano e à direção do PCB para que fosse adotada a consigna de "todo o poder à ANL"⁴⁹. Em telegrama enviado pela Comissão Executiva da IC ao secretário-geral do PCB, o Miranda, era feita a ligação da ANL com o GPNR, deixando claro que, de acordo com a

47. "O Partido Comunista ao povo". In: A Pátria, 29/06/35: 2. Cf. A Manhã e A Pátria do final de junho e início de julho de 1935. Grifos meus.

48. Cf. jornais da época; volantes e panfletos da ANL. In: Arquivo Nacional e Arquivo do DOPS (Arquivo do Esatdo do Rio de Janeiro.)

49. Telegrama da IC para o Secretariado Latino-Americano, 29/04/35, em russo. Telegrama da IC "pessoal" a Altobelli (R. Ghioldi), Ferreira (Prestes), Queiroz (Miranda), 07/05/35, em alemão. Centro Russo de Conservação e Pesquisa de Documentos de História Contemporânea/AMORJ/IFCS-UFRJ.

análise da IC, o GPNR deveria ser um poder constituído pela própria ANL, o que, naquele momento, ou seja, antes da reunião do C.C. do PCB de maio de 35, significava a adoção pelos comunistas de uma *concepção mais ampla* da frente destinada a conquistar o poder. Nesse telegrama, datado de 13/05/35, dizia-se o seguinte:

*"Realizem revolução no Brasil agora, etapa frente geral nacional antiimperialista. Luta por "todo o poder à ANL" – é o único caminho para a mobilização das mais amplas massas populares para derrubar o governo reacionário. Inadmissível substituir agora esta palavra de ordem por Poder aos Sovietes, poder ao Partido Comunista ou outras palavras de ordem de propaganda. Somente neste caminho é possível a criação do GPNR da Aliança com Prestes à frente (...)"*⁵⁰

No final de junho, A. Ewert, em carta à IC, informava que a palavra de ordem de "todo o poder à ANL" seria lançada no dia 5 de julho⁵¹, o que efetivamente viria a ocorrer com a divulgação do Manifesto de Luiz Carlos Prestes, lido por Carlos Lacerda no ato comemorativo à data dos levantes tenentistas. A história da adoção dessa diretiva é esclarecedora em dois aspectos: em primeiro lugar, a orientação da IC para os comunistas brasileiros⁵² era mais ampla e abrangente do que a posição inicial do PCB, de luta pelo "poder soviético", contrariamente às afirmações tão difundidas de que "Moscou" pretendia implantar um regime soviético no Brasil; em segundo lugar, é inegável que, nos acontecimentos de 1935, ou seja, no desenrolar da luta antifascista então em curso no Brasil, a IC exerceu influência nas posições assumidas por Prestes e o PCB e, por seu intermédio – devido principalmente ao grande prestígio de Prestes –, essa influência se estenderia à ANL.

O "Manifesto de 5 de Julho", assinado por L.C. Prestes, deveria ser lido em ato público convocado pela ANL em comemoração à data. Marcado para o Estádio Brasil, na última hora e sob pressão policial, o comício foi suspenso pelo prefeito Pedro Ernesto Batista, cuja simpatia pela ANL, entretanto, era notória.

50. Telegrama da IC para o C.C. do PCB, camarada Queiroz (Miranda), 13/05/35, em alemão. Centro Russo de Conservação e Pesquisa de Documentos de História Contemporânea/AMORJ/IFCS-UFRJ.

51. "Carta de H. Berger à IC", 26/06/35. In: Vianna (1995: 431).

52. Cabe lembrar que os Partidos Comunistas, à época, faziam parte de uma organização internacional, a IC, estando, pois, subordinados às suas decisões tomadas nos seus congressos e pela sua Comissão Executiva, nos intervalos entre os congressos.

A grande massa de participantes, atraída para o Estádio, foi obrigada a deslocar-se para a sede social da ANL, no centro do Rio, onde a maioria dos presentes permaneceria na rua por encontrar-se o recinto completamente lotado. Mas o entusiasmo foi enorme, principalmente no momento da inauguração do retrato de Prestes na sede central da ANL (*A Pátria, A Manhã, Correio da Manhã*, 06/07/35).

Se o “Manifesto de 5 de Julho” (Carone, 1978: 430-440), por um lado, revelava a influência da IC na política adotada pelo PCB e a ANL, por outro, expressava a radicalização que vinha ocorrendo no país. Ao intensificar a perseguição movida à ANL e a todas as forças democráticas, o Governo contribuía para que estas se sentissem crescentemente ameaçadas e motivadas, portanto, a reagirem contra um poder desmoralizado, aparentemente isolado, conivente com os integralistas e empenhado em reprimir os movimentos populares e democráticos. Contudo, os dirigentes da ANL, das demais entidades progressistas e democráticas e do PCB não se davam conta do *nível incipiente de organização* do movimento aliancista e popular e, desta forma, não percebiam que esse movimento seria incapaz de enfrentar com eficácia o golpe a ser desfechado pelas forças de direita, cuja preparação tornara-se para todos evidente. O entusiasmo com o crescimento das adesões à ANL, com os comícios extremamente concorridos por ela promovidos, com os movimentos grevistas e as manifestações de insatisfação generalizada de variados setores da vida nacional, levava essas lideranças a superestimarem suas forças e acreditarem que os dias do Governo Vargas estariam contados, sendo viável, pois, a sua derrubada.

Em seu Manifesto, Prestes, após afirmar que a ANL era uma “vasta e ampla organização de frente única nacional”, dizia:

“A situação é de guerra, e cada um precisa ocupar o seu posto. Cabe à iniciativa das próprias massas organizar a defesa de suas reuniões, garantir a vida de seus chefes e preparar-se, ativamente, para o assalto. (...) A idéia do assalto amadurece na consciência das grandes massas. Cabe aos seus chefes organizá-las e dirigi-las. (...) Todo o poder à ANL!” (*idem*: 435, 439-440; grifos meus).

Hoje é evidente que a avaliação da situação feita no Mani-

festos não correspondia à real correlação de forças presentes no cenário político daquele momento, mas uma parcela considerável e mais radicalizada dos aliancistas não só concordava com tal avaliação como considerava que o apelo de Prestes deveria ser seguido. Desta forma, explicam-se o entusiasmo com que o documento foi recebido em todo o país e a confiança dos aliancistas em que o chamamento à *greve geral* seria atendido imediatamente pelas massas, caso o Governo decretasse o fechamento da ANL ou resolvesse implantar o estado de sítio⁵³.

Enquanto os comunistas e uma parte dos aliancistas seguiam a orientação do “Manifesto de 5 de Julho”, insistindo, inclusive, na necessidade de iniciar imediatamente lutas armadas⁵⁴, Herculino Cascardo, o presidente da ANL, em entrevista ao jornal *Terceira República*, publicada também em 05/07/35, fazia declarações reveladoras da heterogeneidade da liderança aliancista⁵⁵. Temeroso da ofensiva do Governo contra a Aliança, Cascardo apelava para o anticomunismo, afirmando:

“(...) O Comunismo da Terceira Internacional é contra a nossa Constituição. (...) O verdadeiro comunismo só pode ir ao governo por um golpe de força. Ora, se a imprensa venal e os chefes do imperialismo conseguirem persuadir o presidente Vargas que a ANL é um agente do Comunismo Internacional, a Aliança será, pela força das próprias leis, fechada. (...) Nós não somos comunistas. E os comunistas não aprovam nada do que estamos fazendo. Eles só aprovam aquilo que eles determinam. E quem não obedece, eles expulsão” (idem: 295-296).

Concluindo, dizia o presidente da ANL que o programa da Aliança “está dentro da Constituição”, acrescentando: “estamos dentro da Constituição” (*idem*: 296 e 297). As posições legalistas perduravam, pois, junto a alguns elementos da direção aliancista. Mas, de uma maneira geral, predominava o entusiasmo com o Manifesto de Prestes, bastando consultar os jornais ligados à ANL para percebê-lo (cf. *A Pátria, A Manhã*, início de julho de 1935).

A 11/7, G. Vargas assinou o decreto fechando a ANL, acu-

53. Cf. *A Pátria, A Manhã, Correio da Manhã*, etc. daquele período.

54. Cf., por exemplo, Carta de L. C. Prestes a Silo Meirelles, 10/06/35. *Arquivo do DOPS*, caixa 109, doc. 8532, dossiê Ilvo F. Meirelles (Arquivo do Estado do Rio de Janeiro).

55. Entrevista de Herculino Cascardo. In: *Terceira República*, ano I, n. 1, RJ, 05/07/35. In: Vianna (1955: 295-297).

sada de ser um instrumento a serviço do “comunismo internacional”⁵⁶. Embora o “Manifesto de 5 de Julho” fornecesse um bom pretexto para a adoção dessa medida, sua verdadeira causa residia no fato de que a ANL e as demais entidades democráticas estavam ampliando sua penetração junto à opinião pública e atraindo um número crescente de adeptos e simpatizantes⁵⁷. O movimento aliancista adquiria cada vez mais um caráter *unitário*. Como foi apontado por E. Hobsbawm a estratégia das “frentes populares”, adotada nos anos 30, pelo movimento comunista internacional, ainda é até hoje aquela mais temida pelas forças da direita, pois a reação sabe que os revolucionários isolados não representam perigo (Hobsbawm, 1991: 135). Nada mais temível, pois, do que a sua unidade.

Às vésperas do seu fechamento, a ANL já constituía um perigo para o Governo Vargas, pois em torno do seu programa, respaldado pelo prestígio de Luiz Carlos Prestes, aglutinavam-se setores cada vez mais amplos e heterogêneos da sociedade brasileira. Se a ANL continuasse a ser tolerada na legalidade, poderia transformar-se num pólo aglutinador de forças capazes de, unidas, chegarem a constituir uma ameaça real à estabilidade do regime.

Se essa ameaça, por um lado, era real, por outro, aos aliancistas faltavam organização e capacidade de mobilização dos setores populares – os únicos elementos que lhes poderiam garantir o êxito de seus propósitos. O processo de constituição da ANL enquanto “frente popular” dava apenas seus primeiros passos, e a extrema radicalização do seu discurso, com apelos à luta armada, não poderia deixar de alimentar as concepções golpistas, dificultando, apesar de todas as declarações em contrário, o efetivo avanço da *organização* popular⁵⁸.

O fechamento da ANL provocou inúmeros protestos, mas a greve geral, a ser desencadeada em resposta aos repetidos

56. *Correio da Manhã*, 12/07/35: 1. Cf. também: *A Pátria*, 11/07/35: 1; 13/07/35: 1; *A Manhã*, 12/07/35: 1; 13/07/35: 1; e os dias subseqüentes desses jornais.

57. Isso fica evidente ao se consultarem os jornais da época.

58. Cf. declarações da ANL e do PCB, publicadas em *A Manhã*, *A Pátria*, etc. daquele período.

apelos feitos pelos núcleos aliancistas em todo o país, não aconteceu. Houve algumas tentativas em São Paulo, logo abortadas (*Correio da Manhã*, 17/07/35: 3). É compreensível que a proibição da ANL não provocasse a reação esperada por alguns de seus dirigentes: na realidade, não havia preparação nem para a greve geral nem para resistir às medidas repressivas desencadeadas com violência pela polícia. As massas que acorriam com entusiasmo aos comícios da ANL não estavam mobilizadas nem organizadas para resistir. Os repetidos chamamentos à greve revelaram-se insuficientes para levá-las a uma efetiva resistência.

Com o decreto governista de 11/7 a ANL era posta na ilegalidade. No início, seus dirigentes tentaram ignorar essa medida, que se apoiava na “Lei Monstro”. Mas as sedes da entidade foram logo invadidas pela polícia, seus recintos interditados, seus materiais de propaganda apreendidos e seus militantes presos ou perseguidos. A violência policial abatia-se com grande intensidade sobre os aliancistas e seus adeptos. A justificativa seria, mais uma vez, a acusação sempre repetida, de a ANL não passar de uma organização a serviço do “comunismo internacional”⁵⁹.

9. A ANL NA ILEGALIDADE

A.) A RADICALIZAÇÃO CRESCENTE

Os aliancistas relutariam em aceitar a derrota que lhes fora imposta pelo Governo. *A Manhã* escrevia: “O fechamento da ANL, longe de ser uma demonstração de força, foi uma prova de fraqueza do Governo” (*A Manhã*, 14/07/35: 1). Roberto Sisson, um mês após a proibição da entidade, encontrando-se à frente da caravana aliancista que percorria o Norte do país, declarava:

“A ANL prossegue vitoriosamente. A ilegalidade era esperada! A ANL são as reivindicações do povo do Brasil por pão, terra e liberdade! A ANL é imortal. (...) A ANL prossegue e prosseguirá até a vitória final com o GPNR de Luiz Carlos Prestes” (idem, 14/08/35: 1 e 7).

59. Cf. *A Manhã*, *A Pátria*, *Correio da Manhã*, etc. de julho de 1935 e meses subseqüentes.

Três meses após a medida que pôs a ANL na ilegalidade, em ato público realizado no Teatro João Caetano, Rio de Janeiro, convocado pela Frente Popular pela Liberdade (entidade registrada pelos aliancistas com o objetivo de dar continuidade ao seu trabalho legal), R. Sisson voltaria a afirmar que a “ANL não morreu e não morrerá” (*idem*, 06/10/35: 1). Sob a cobertura da nova entidade, a ANL realizaria comícios e atividades públicas, da mesma forma que os jornais a ela ligados, apesar da perseguição policial, continuariam a ser editados⁶⁰. O diário *A Manhã* prosseguiu em sua atividade de propaganda das posições da ANL até 27/11/35, quando foi proibido pela polícia.

Ainda em julho de 35, o presidente da ANL, H. Cascardo, era punido pelo Governo com a transferência para Santa Catarina, onde iria servir como militar, sendo forçado a passar a presidência da entidade ilegalizada ao seu vice, o deputado Otávio da Silveira (*A Pátria*, 28/07/35: 3).

Com a proibição oficial da ANL e a violenta repressão desencadeada pelo Governo contra seus militantes e seguidores, era natural que muitos desses elementos, atemorizados e sem ânimo para prosseguir na luta, se afastassem da entidade. Como, em geral, costuma acontecer em situações similares, de derrota ou de descenso do movimento democrático e progressista, os que permanecem dispostos a persistir no combate pelos objetivos traçados são os mais conscientes e desprezados, os mais destemidos e conseqüentes. A prática mostrou que esse foi o caso dos comunistas filiados ao PCB. Dispondo de uma estrutura clandestina que lhe conferia condições de assegurar a atividade política de seus militantes nos diretórios aliancistas, o PCB conquistava o controle da entidade, que, a partir do seu fechamento, também se tornara clandestina. Detentores de um grande trunfo político – o nome de Luiz Carlos Prestes –, os comunistas, levados pelas circunstâncias do momento, assumiriam na prática a liderança da ANL.

Se os comunistas, antes do fechamento da ANL, já vinham

60. Cf. *A Manhã*, julho a novembro de 1935.

adotando posições de crescente radicalismo, após o decreto de 11/07 os apelos à luta armada e à insurreição se tornariam mais intensos e freqüentes. Em reunião do Comitê Central do PCB, realizada na segunda quinzena de julho, não só foi reafirmada a orientação aprovada na reunião de maio⁶¹, mantidas as consignas do GPNR e “todo o poder à ANL”, como insistia-se na existência de uma “situação revolucionária” e na necessidade de desencadear tanto lutas grevistas como “lutas armadas e guerrilhas” em nome do GPNR⁶². Contudo, tomava-se sempre o cuidado de ressaltar a “tarefa primordial de se ligar com as massas” (*idem*) e combater o golpismo. Em documento da ANL, afirmava-se que não se pretendia “tomar o governo por um golpe militar”, mas através de “lutas de massa que irão até a insurreição”⁶³.

Da mesma forma, em outro documento do Diretório Nacional da ANL, dirigido aos companheiros do Rio Grande do Norte, dizia-se que “o que nós sempre combatemos foi o golpismo”⁶⁴, acrescentando:

“Nas condições atuais do Brasil não é aventura ter a coragem de iniciar lutas armadas independentemente do resto do país. Marchamos aceleradamente para o momento da insurreição no conjunto nacional e não temos o direito de, à espera de tal momento, sacrificar as posições que já possuímos num ou outro ponto” (idem: 112; grifos meus).

Na mesma ocasião, o Secretariado Nacional do PCB escrevia:

“A ANL não pretende chegar ao poder através somente de conspiração e de golpes militares como o de 1930. Nós chegaremos ao poder por meio de uma grande luta popular, de caráter nacional, que se estenda por todo o país e que seja capaz de implantar nacionalmente o governo popular revolucionário”⁶⁵.

Outros exemplos poderiam ser citados⁶⁶. Todos, contudo, levam à mesma conclusão: as diretivas do PCB e, sob a sua

61. Cf. cap. 2.

62. “Concentremos todas as nossas as forças na preparação e desencadeamento das greves, das lutas camponesas e populares.” In: Revista Proletária, RJ, n. 5, agosto de 1935.

63. “A ANL e a situação política no Esatdo do RJ”(confidencial). Rio, 03/09/35. In: Vianna (1995: 89).

64. “Carta do Diretório Nacional da ANL aos companheiros do Rio Grande do Norte”, RJ, 31/10/35. In: Vianna (1995: 110).

65. “Carta do SSecretariado Nacional do PCB ao Comitê Regional do Maranhão”, outubro de 1935. In: Vianna (1995: 104).

66. Cf. outros documentos in Vianna (1995).



Interdição pela polícia da sede da ANL no Rio de Janeiro. 12 de julho de 1935. (Idem.
Reprodução fotográfica de Gilson Ribeiro.)

influência, as da ANL, estavam voltadas para o desencadeamento de *lutas armadas parciais*, que deveriam permitir às massas populares chegar a uma insurreição nacional. Essa insurreição derrubaria o Governo Vargas, estabelecendo o GPNR com Prestes à frente, ou seja, o poder da ANL, que realizaria os seus objetivos programáticos. Não se tratava, portanto, de uma insurreição para estabelecer o comunismo no Brasil, conforme a História Oficial sempre difundiu, consagrando a designação de “Intentona Comunista” para os levantes de novembro de 1935. Ao mesmo tempo, condenava-se o golpismo, enfatizando-se a necessidade de organizar as massas, preparando-as para a insurreição e a tomada do poder.

As posições do PCB foram apoiadas e defendidas pelo Secretariado Sul-Americano da IC, o que é confirmado por uma série de telegramas por ele enviados à Comissão Executiva da IC, em Moscou. Ainda em julho de 35, o Secretariado (ou Bureau) Sul-Americano informava que, após o fechamento da ANL, era necessário, entre outras medidas,

“acelerar preparação insurreição para estar preparado para iniciar a luta pelo poder no momento da grande vaga de greves. (...) Fixar data atualmente é impossível, mas o desenvolvimento rápido é previsível”⁶⁷.

Em outubro, novo telegrama, assinado por A. Ewert (Albert) marcava a data da insurreição para o final do ano ou, o mais tardar, no início de 1936⁶⁸. Novamente, em novembro, confirmava-se a data da insurreição para dezembro/janeiro⁶⁹. No mesmo dia, o Secretariado Sul-Americano insistia na aprovação da orientação assumida pela direção do PCB e por Prestes:

“A opinião do Bureau está em completo acordo com Prestes e Queiroz (o Miranda). Devemos tomar o caminho direto da insurreição em fins de dezembro ou janeiro. Esperamos antes organizar vaga de greves (...)”⁷⁰.

67. Telegrama do Bureau Sul-Americano para a IC, RJ, 31/07/35, em francês. Centro Russo de Conservação e Pesquisa de Documentos de História Contemporânea/AMORJ/IFCS-UFRJ.

68. Telegrama do Secretariado Sul-Americano para a IC, RJ, 12/10/35, em francês. Centro Russo de Conservação...

69. Telegrama de Albert (A. Ewert) para a IC, RJ, 07/11/35 em francês. Centro Russo de Conservação...

70. Telegrama do Secretariado do Bureau da América do Sul para a IC, RJ, 07/11/35, em francês. Centro Russo de Conservação...

É nesse contexto que deve ser entendida a posição de Prestes, que regressara ao Brasil, em abril de 1935, após um exílio de quase dez anos. Correndo o risco de ser preso – havia contra ele um processo de deserção do Exército (cf. cap. 2) –, seria obrigado a viver na clandestinidade, afastado tanto da militância no PCB, de cuja direção não fazia parte, como do contato com os aliancistas e demais correligionários e amigos. Isolado, Prestes acompanhava a situação, seja do movimento popular seja do próprio PCB, através de Miranda – o seu secretário-geral, que lhe transmitia informações exageradas e fantasiosas – e do Secretariado Sul-Americano da IC, cujo conhecimento da real correlação de forças presente na sociedade brasileira naquele momento era precário. Presidente de honra da ANL, Prestes liderava um movimento cujo controle não lhe pertencia.

Mais ainda do que a direção do PCB, Prestes revelaria a preocupação de combater o golpismo. Em carta de setembro de 35, enviada a Roberto Sisson, escrevia:

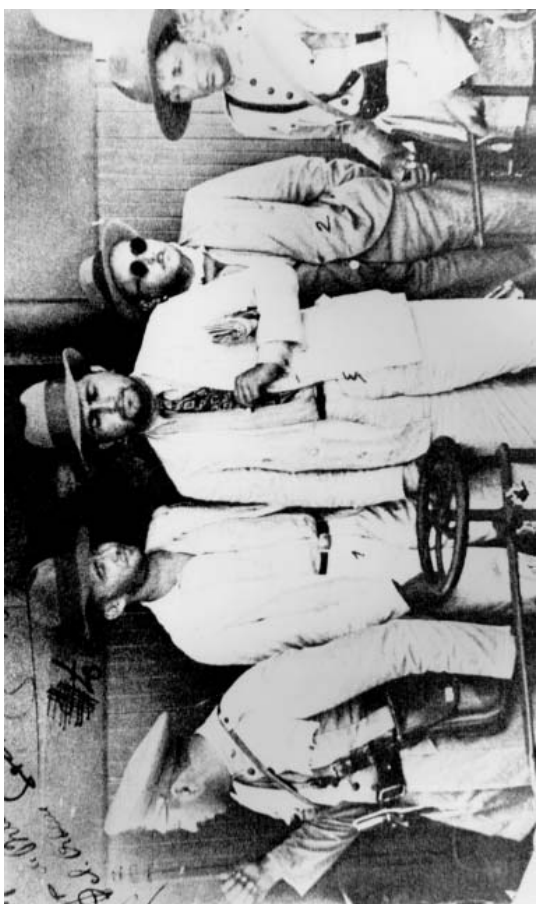
"Nós... (da ANL)... desejamos chegar ao poder, nós sabemos que só quando chegarmos ao poder, instalando o governo nacional revolucionário, o governo da ANL, teremos a democracia e a emancipação do nosso país. E ao poder, nós o sabemos, só poderemos chegar pela luta armada, pela luta insurrecional. (...) Mas à diferença dos simples conspiradores, dos golpistas de todos os tempos, nós, os aliancistas, preparamos e marchamos para a insurreição, isto é, a luta de massas, a grande luta em que deve e precisa participar todo o povo brasileiro"⁷¹.

Para deixar ainda mais clara a sua posição, Prestes, referindo-se aos violentos acontecimentos ocorridos em Petrópolis, os quais haviam parecido a R. Sisson o sinal de que chegara a hora de pegar em armas, argumentava:

"Há treze anos que se conspira no Brasil. Mas falta-nos a experiência das verdadeiras lutas insurrecionais, das grandes lutas de massas, das lutas populares conscientemente e cientificamente preparadas" (idem: 19).

E, por isso, enfatizava a importância das "lutas parciais", acrescentando:

71. "Carta de L. C. Prestes a Roberto Sisson", setembro de 1935. In: Prestes (s.d 18-19); grifos meus.



Levante de Natal, RN. O governo revolucionário: da direita para a esquerda, José Macedo, João B. Galvão e Lauro Lago. (Idem. Reprodução fotográfica de Gilson Ribeiro.)

ANITA LEOCADIA PRESTES

"Lutas, como a de Petrópolis, precisam ser preparadas e levadas a efeito em todo o Brasil. Depois de uns vinte Petrópolis a insurreição será inevitavelmente vitoriosa" (idem: 20).

De acordo com Prestes, a preparação da insurreição seria longa, pois "vinte Petrópolis" demandariam tempo para serem desencadeados. Em numerosas cartas enviadas a muitos ex-companheiros da Marcha da Coluna, na tentativa de atraí-los para o movimento insurrecional, Prestes não deixaria de condenar o golpismo, ressaltando sempre o caráter *de massas* da revolução projetada. Em julho de 35, Prestes escrevia ao capitão Trifino Correa, antigo comandante da Coluna:

"É necessário que a Coluna se reorganize e que surja multiplicada e orientada. Multiplicada, porque cada soldado da Coluna deve, nos dias de hoje, ser o comandante de um grupo ou destacamento a serviço da ANL. (...) Numericamente a maior força da revolução está no campo, entre os trabalhadores agrícolas operários e camponeses. (...)

A revolução atual será realmente popular, muito diferente de um golpe dirigido exclusivamente do centro. (...) Todos os combatentes da Coluna podem começar lutas armadas, no interior, por pão, terra e liberdade para o povo e empregando abertamente o meu nome"⁷².

No início de agosto, Prestes dirigia-se a outro antigo companheiro da Coluna, afirmando:

"Já estamos em época francamente revolucionária. A luta está travada e só pelas armas será decidida. (...) A nossa revolução é, antes de tudo, uma revolução das massas, e justamente no interior do país, entre a massa camponesa, que maiores forças temos ao nosso lado e onde mais fracas são as forças do proletariado. Precisamos então iniciar em todo o interior do país ações armadas contra o imperialismo e o fascismo, pela terra para os camponeses. Cada revolucionário, principalmente cada membro da Coluna, precisa organizar um grupo e começar a luta pelos interesses das massas pobres do campo. A Coluna ressurgirá assim multiplicada e com um programa claro"⁷³.

Desta forma, os documentos, tanto do PCB e do Secretariado Sul-Americano da IC quanto os assinados por Prestes,

72. "Carta de L.C. Prestes ao capitão Trifino Correa", 17/07/35. In: Vianna (1995-333); grifos meus.

73. "Carta de Prestes a Agrícola", 06/08/35. In: Vianna (1995-340); grifos meus.

deixam clara a preocupação dos comunistas com o perigo representado pelas tradições golpistas, sabidamente presentes na vida política brasileira. Naquele ano de 1935, o tenentismo e a Revolução de 30 podiam ser lembrados como exemplos, expressivos e muito recentes, de tal fenômeno. Os comunistas insistiam, pois, na necessidade de preparar e organizar as *massas* para que a insurreição planejada – uma vez que se postulava a existência de uma “situação revolucionária” no país, num evidente erro de avaliação política, – não corresse o risco de transformar-se em mais um golpe militar, como tantos outros antes tentados.

Nesse sentido, a Revolução de 30, embora tivesse contado com a simpatia de amplos setores populares, mostrara o caráter excludente do golpismo, pois os reais interesses das massas não haviam sido contemplados pelo Governo Vargas. O golpe militar deveria ser encarado, portanto, como uma solução elitista, antipopular e anti-revolucionária.

Havia, contudo, uma enorme distância entre os propósitos dos comunistas, enfatizados com tanta insistência em seus documentos, e a avassaladora influência das concepções golpistas, das quais os comunistas não conseguiriam escapar. Influência que haveria de marcar tanto sua prática quanto seu discurso, embora, neste, essas concepções, conforme veremos, aparecessem conjugadas com as declarações enfáticas de sua condenação.

B.) A CONCEPÇÃO GOLPISTA DO PROCESSO REVOLUCIONÁRIO E O “SALVACIONISMO” DOS MILITARES

Durante o ano de 1935 havia não só uma intensa agitação nos meios militares (cf. cap. 7), mas também essa efervescência provocava grandes expectativas em variados setores civis. Os comunistas e aliancistas não ficariam imunes a tais expectativas. Desde 1929, o PCB atuava diretamente junto aos militares, tanto os oficiais quanto as praças, pois os comunistas consideravam fundamental a atividade política nas Forças Armadas,

alimentando sempre a esperança de que um golpe militar poderia servir de início a uma insurreição popular (cf. cap. 3).

Em março de 1935, o então secretário-geral do PCB, Antônio Maciel Bonfim (Miranda), escrevia em *A Classe Operária*:

"O Exército e a Marinha do Brasil, formados por nossos irmãos, nossos filhos, parentes e companheiros, fraternizarão conosco. Nos darão armas e munições, não serão algozes do povo do Brasil em defesa dos imperialistas estrangeiros e dos senhores de terras (A Classe Operária, n. 174, 11/03/35; grifos meus).

Em maio de 35, o Comitê Central do PCB divulgava resolução em que se dizia:

"Tomar parte ativa, desde já, nas lutas dos soldados e não ter nenhum receio no desencadeamento das mesmas. Daí vão surgir e se formar elementos dirigentes políticos e das lutas armadas. Popularizar as heróicas lutas dos soldados o mais possível, as tradições revolucionárias dos militares, o nome e prestígio de Luiz Carlos Prestes, o programa da ANL e fazer com que a palavra de ordem de que o único chefe do Exército brasileiro é Luiz Carlos Prestes seja aceita para a luta pela maioria das forças armadas"⁷⁴.

Quanto à ANL, é interessante e esclarecedor recorrer a documento lançado a público, logo após sua fundação (ainda em abril de 1935), pelo seu Diretório Nacional, e dirigido ao Exército:

"A ANL, como verdadeira expressão da vontade revolucionária do povo brasileiro na luta por sua libertação do jugo imperialista, mais do que nunca está solidária com o Exército Nacional. (...)

Medidas odiosas postas em vigor ilegalmente contra oficiais, sargentos e soldados libertadores; o empobrecimento do seu material, cada vez mais escasso e antiquado; metódica e surda diminuição de seus efetivos, a ponto de se tentar pôr na rua os sargentos e cabos mais jovens, por independentes e politizados, e os mais velhos, para se lhes não pagar a reforma a que dá direito uma existência de dedicação ao Exército. (...)

O povo do Brasil não quer que os sargentos, cabos e soldados do Exército popular sejam humilhados, submetendo-se a despir a farda. Quer que eles resistam, que não entreguem as suas armas, recusando-se a sair dos quartéis; quer que seu Exército, como até agora e cada vez mais seja politizado, popular e antiimperialista; quer o seu Exército bem armado, instalando-se aqui em nossa Pátria todas as

74. "O Governo Popular Nacional Revolucionário e as tarefas do Partido", Resolução do C. C. do PCB, maio de 1935. Arquivo DOPS, setor Comunismo, pasta 11. Grifos meus.

*indústrias que forem mister para sua eficiência; que o seu Exército forte de 200 mil homens, no mínimo, para a garantia de um Brasil livre*⁷⁵.

Nesses textos, além da indiscutível influência das posições do PCB junto à ANL (cf. cap. 6), pode-se observar as sólidas convicções de ambos quanto ao caráter supostamente popular, democrático e progressista do Exército brasileiro⁷⁶. Com o objetivo de fundamentar semelhante tese, argumentavam os dirigentes do PCB que a tradição do Exército seria “popular e democrática”, lembrando não só que os militares proclamaram a República, como o fato de que sua educação fora inspirada no positivismo, disto tendo ficado como remanescente “o melhor: um espírito igualitário, democratizante”. Dizia-se também que

*“a vida política popular começa principalmente sob a direção da pequena burguesia, e nesta, decisivamente, com os oficiais: 22, 24, 30, etc. (...) Numa época em que a formação política de classe do proletariado, independente, era quase nula, a oficialidade pequeno-burguesa revolucionária do Exército jogou um papel revolucionário geral e progressista”*⁷⁷.

Nessa fundamentação, apelava-se também para a composição social do Exército, quando se afirmava que “a oficialidade provém da parte mais pobre e miserável da pequena burguesia”, sendo que “a grande massa da oficialidade permanece ligada sempre ao povo”. Acrescentava-se ainda: “Os oficiais (...) são nacionalistas, nacionalistas revolucionários, que não desejam a venda do país. Eles saudaram a Aliança”(idem). E concluía-se:

“Uma boa parte... (da oficialidade) ..., a mais ativa, está com a Aliança; outra parte vacila, indecisa, mas marchará ao calor do movimento geral; outra parte, não a mais

75. “A ANL ao Exército Nacional”, documento do Diretório Nacional da ANL, abril de 1935. In: Vianna (1995: 290-293). Grifos meus.

76. Cf. também, por exemplo: “Ao Exército e ao povo brasileiro!” (Folheto para as forças armadas), cerca de junho de 1935. In: Vianna (1995: 389-390). - “A questão dos efeitos militares”(documento do PCB), entre agosto e outubro de 1935. In: Vianna (1995: 95-98). - “Resolução do C.C. sobre as tarefas dos comunistas na preparação e na realização da revolução nacional”, novembro de 1935 (documento datilografado, 13 folhas). Arquivo Góis Monteiro, AP51 (12), documento I, *Comunismo*, Arquivo Nacional (AN). - “A ANL ao povo do Brasil” (manifesto da ANL). In: *A Pátria*, (09/06/35: 2). - “A verdade sobre os últimos acontecimentos de Natal, Recife e Rio de Janeiro” (artigo em *O Nacional Libertador* - órgão nacional libertador dos militares de SP), dezembro de 1935. In: Vianna (1995: 302-307).

77. Carta de Altobelli (R. Ghioldi) para Celso, RJ, 11/11/35, em espanhol. Centro Russo de Conservação e Pesquisa de Documentos de História Contemporânea/AMORJ/IFCS-UGRJ. - Obs.: R. Ghioldi, estando à frente do Secretariado Sul-Americano, sediado então no Rio de Janeiro, ao escrever para a IC expressava as opiniões vigentes também na direção do PCB.

ANITA LEOCADIA PRESTES

importante, ficará contra, mas não é particularmente perigosa no primeiro momento. Agora a massa de soldados responde, assim como a maior parte da suboficialidade. Em tais condições, colocar a questão do Exército popular como criação especial à parte é deixar a rica tradição em mãos alheias, que saberiam utilizá-la contra" (idem; grifos meus).

As citações extraídas de uma carta inédita do dirigente comunista argentino Rodolfo Ghioldi, que, em 1935, se encontrava no Brasil à frente do Secretariado Sul-Americano da IC, assessorando a direção do PCB, são particularmente valiosas, pois expressam com clareza o pensamento dos comunistas brasileiros, assim como do Secretariado Sul-Americano. Permite que se possa compreender, em toda sua extensão, o sentido da orientação política adotada pelo Partido (com a aprovação da IC), para as Forças Armadas.

Partindo do pressuposto de que o processo revolucionário teria lugar obrigatoriamente pela via armada, os comunistas apontavam para uma especificidade, segundo eles, importante, no caso brasileiro: os militares possuiriam fortes tradições *nacionalistas, democráticas e progressistas*. Sendo assim, não haveria razão, conforme escreve R. Ghioldi, para criar um Exército popular à parte⁷⁸, pois, acrescentava ele: “o problema aqui e na Argentina, por exemplo, é radicalmente diferente”, tendo em vista as particularidades do Exército brasileiro apontadas em sua carta (*idem*).

Em documento lançado pelo Comitê Central do PCB, em novembro de 1935, afirmava-se:

"O Exército, pelas razões de sua grande tradição nacional e revolucionária, devido à sua composição social e sua ligação com o povo, devido à grande influência das idéias e do programa da ANL e sua ligação com a mesma e com Luiz Carlos Prestes, em sua parte decisiva lutará pela revolução nacional. (...) O Exército e o povo pertencem um ao outro e com o Exército está garantido o triunfo da revolução nacional (...) forjando uma frente única entre o povo e o Exército para a realização da revolução nacional e pelo surgimento de um Brasil unido, livre e forte. Tal frente única é fator decisivo no processo de formação do grande Exército Popular Nacional"⁷⁹.

⁷⁸. Cf. carta acima mencionada.

⁷⁹. "Resolução do C.C. sobre as tarefas dos comunistas na preparação e na realização da revolução nacional", novembro de 1935, *op. cit.*; grifos meus.

Em documento anterior, o PCB já se referira à “confiança popular no Exército, como força capaz de tomar posição *ao lado do povo* nas lutas pela libertação nacional”, enfatizando o “grande papel do Exército como fator de unidade nacional” e defendendo a “necessidade de um grande Exército, capaz de garantir a luta pela independência nacional”⁸⁰. Os comunistas chegavam, inclusive, a declarar que depositavam confiança nos “destacamentos de polícia do interior”, afirmando que “muitas vezes vão vir conosco, nos darão armas e munições, lutarão a nosso lado” (Miranda. *In: A Classe Operária*, n. 174, 11/03/35).

Quanto à ANL, sob a influência das teses do PCB, defendia posições análogas:

“O sentimento democrático é natural a todo o povo brasileiro e ao nosso Exército cabe em parte o mérito deste fato, porque através de nossa história sempre se afirmou popular, realizando assim uma obra ingente de educação democrática. (...) Este Exército, que nós nacional libertadores confundimos com a verdadeira nação brasileira, com o povo, depois de longa experiência revolucionária de 22 e 32, não podia deixar de se manifestar pela patriótica causa da libertação do Brasil da opressão estrangeira, trilhando, como das outras vezes, o seu verdadeiro caminho. O Exército Nacional e Popular tem dever de proteger o povo, que é a sua razão de ser (...)”⁸¹.

Ou, em outro documento da ANL:

“O Exército brasileiro, sem desmentir as tradições democráticas, dia a dia toma posição ao lado do povo. (...) (O povo), que muito espera do seu Exército, O Exército Nacional, popular e antiimperialista”⁸².

Se o Exército Nacional, pelas suas características específicas, no Brasil, seria capaz de garantir “o triunfo da revolução nacional”, transformando-se no “grande Exército Popular Nacional”, é evidente que, para os comunistas e seus aliados da ANL, esse deveria ser o principal instrumento de luta pelas transformações propostas, que, como já foi enfatizado, só poderiam ser alcançadas através da luta armada. Não se tratava, portanto, de criar um exército popular, conforme se fizera na China ou se

80. “A questão dos efetivos militares”, op. cit.; grifos meus.

81. “A ANL ao Exército Nacional”, op. cit.: 290 e 291; grifos meus.

82. “A ANL ao povo do Brasil”, op. cit.; grifos meus.



Oficiais rebeldes do 3º RI: Agildo Barata, Humberto Morais Rego e Álvaro de Souza. (*Idem. Reprodução fotográfica de Gilson Ribeiro.*)

pretendia fazer em outros países, mas de fortalecer e apoiar as Forças Armadas existentes no Brasil.

Durante os meses de outubro e novembro de 1935, o clima de insatisfação generalizada tornara-se particularmente grave no Exército, pois o Governo resolvera implementar com energia a política de redução dos efetivos militares, que vinha sendo planejada havia meses (cf. cap. 7). Numa situação de crescente agitação nos meios operários, quando se intensificava o movimento grevista por todo o país, destacando-se a greve dos ferroviários nordestinos da Great Western (*A Manhã*, 17/11/35: 1 e 8), os comunistas foram levados a concluir que corriam o risco de terem suas bases dentro do Exército solapadas, através das expulsões iniciadas pelo Governo. Desta forma, poderiam perder a oportunidade de desencadear a insurreição armada, cuja preparação “vinha sendo feita desde havia meses”, segundo documento do próprio Secretariado Nacional do PCB⁸³. O risco era real, pois, como seria assinalado nesse mesmo documento do Partido, a preparação para a insurreição, na região do Rio de Janeiro, “caminhava com bastante lentidão. A preparação de destacamentos civis de combatentes não tinha sido feita (...)” mas “a preparação do setor Militar era melhor e a influência da ANL e do Partido no seio do Exército, entre os oficiais de pequena patente e soldados era decisiva” (*idem*: 5).

Não é de se admirar, pois, que os comunistas, convencidos de que a “desagregação do país” marchava “a passos rápidos, a passos agigantados”⁸⁴, e apostando no Exército como instrumento capaz de desencadear a insurreição popular, decidissem acelerar os preparativos para o seu início. Em telegrama de 08/11/35, o Secretariado Sul-Americano da IC informava à sua Comissão Executiva (em Moscou):

“A debilidade do governo aumenta rapidamente. Nosso trabalho no Exército pelo governo Prestes fez grandes progressos políticos e organizativos. O governo tenta

⁸³. “Situação do movimento revolucionário na Brasil”(documento do secretariado nacional do PCB), RJ, 23/05/35 (datilografado, 16 folhas). Arquivo do DOPS, setor Administração, pasta 14: 5. (Arquivo do Estado do Rio de Janeiro.)

⁸⁴. “O Grande Exército Popular Nacional”(artigo de L.C. Prestes para *O Libertador*; s.d. (anterior a 27/11/35), (5 folhas datilografadas). Arquivo do DOPS, setor *Comunismo*, pasta 9 (Arquivo do Estado do Rio de Janeiro).

ANITA LEOCADIA PRESTES

*debilitar a base de Prestes no Exército através de expulsões sistemáticas. Com a situação favorável, devemos levar o movimento para a insurreição e não temer começar com o Exército. O prestígio e a influência de Prestes são maiores, mais nacionais e mais gerais que os de Sun Yat-Sen à época da insurreição militar de Cantão*⁸⁵.

No mesmo telegrama, deixava-se claro o papel que o Exército deveria desempenhar no processo revolucionário, segundo a visão dos comunistas:

"Mesmo não havendo uma grande vaga lutas operárias e camponesas, existe a perspectiva da vitória por insurreição militar apoiada imediatamente pelas massas. (...) Nossas forças militares dão a possibilidade de vitória" (idem; grifos meus).

Durante o mês de novembro, vários telegramas do Secretariado Sul-Americano da IC, enviados a Moscou, insistiam na mesma tecla: a insurreição militar, desencadeada pelo Exército, com o apoio das massas populares, teria condições de sair vitoriosa. Assim, a 09/11, A. Ewert (Albert), após relatar à IC os avanços do movimento grevista em todo o país e, de uma maneira geral, do movimento operário e popular, referia-se aos "progressos militares", escrevendo:

*"(...) nossa campanha pelo reforçamento do Exército e o Exército popular dá resultados importantes levando à desagregação da oficialidade. Segundo projeto do Ministério da Guerra, Vargas deve obter poderes ditatoriais para reorganizar totalmente o Exército e a Marinha. O prefeito da Capital do Rio de Janeiro nos apóia completamente. Tomaremos medidas decisivas para meados de dezembro. Opinião unânime: perspectivas de vitória aumentam ainda mais"*⁸⁶.

A 16/11, em outro telegrama do Secretariado Sul-Americano à IC, se dizia:

*"A opinião do 'bureau' está em acordo completo com Prestes e Queiroz (Miranda): o governo prepara a demissão de nossas forças dentro do Exército para debilitar sistematicamente a base de Prestes. Ainda que não exista por enquanto grande vaga de greves e lutas camponesas, decidido passar à insurreição. (...) Passar à insurreição com nossas forças militares em dezembro-janeiro"*⁸⁷.

⁸⁵. Telegrama do Secretariado do Bureau Sul-Americano para a IC, RJ, 08/11/35, em francês. Centro Russo de Conservação e Pesquisa de Documentos de História Contemporânea/AMORJ/IFCS-UFRJ. Grifos meus.

⁸⁶. Telegrama de Albert (A. Ewert) para a IC, RJ, 09/11/35, em francês. Centro Russo de Conservação e Pesquisa de Documentos de História Contemporânea/AMORJ/IFCS-UFRJ.

⁸⁷. Telegrama do Secretariado Sul-Americano para a IC, RJ, 16/11/35, em francês. Centro Russo de Conservação e Pesquisa de Documentos de História Contemporânea/AMORJ/IFCS-UFRJ. Grifos meus.

A 20 e 21/11, seguia para a IC telegrama do seguinte teor:

"Orientação para insurreição em meados de dezembro com perspectivas muito favoráveis em escala nacional pelas causas seguintes: 1) Base limitada do poder central, que não pode fazer concentração reacionária e não pode contar com o Exército. 2) Luta intensa de grupos adversários afetando vários Estados. 3) Vontade revolucionária das massas a favor de um governo popular. Influência decisiva de Prestes e da ANL, grande autoridade do Partido, massa de soldados e grande parte dos oficiais são por Prestes e o governo popular. Crescimento violento do movimento de massas, greves econômicas em todo o país. (...) Somos a força decisiva no Exército. (...) Possibilidade de vitória em grande parte do país com o Rio em nossas mãos"⁸⁸.

Reafirmando a necessidade de apoiar-se no Exército para iniciar a insurreição, dizia-se em telegrama de 22/11/35:

"A questão do Exército Popular Nacional se coloca da seguinte maneira: basear-se no Exército atual, que em seu conjunto não está com Getúlio, mas encontra-se pronto a marchar com Prestes. Getúlio quer o mais depressa possível destruir este Exército e substituí-lo por pequenos destacamentos selecionados e de polícias"⁸⁹.

A insurreição estava sendo prevista para dezembro ou janeiro, mas acabou ocorrendo nos últimos dias de novembro, devido à precipitação dos acontecimentos no Nordeste do país. Prestes daria a seguinte explicação:

"A vida nos colocou frente ao dilema: ir à insurreição com todos os perigos, ou assistir passivos aos acontecimentos do Nordeste e à prisão dos nossos oficiais e expulsão de nossos soldados, aqui no Rio. Cada dia que se passasse, mais difícil seria a nossa situação. Perderíamos, sem combate, as mesmas forças que perdemos combatendo. A um revolucionário, a escolha não era difícil"⁹⁰.

Na mesma ocasião, a direção do PCB escrevia:

"O levante revolucionário no Nordeste deu-se repentinamente e num momento em que a situação, noutras partes do país, não tinha ainda chegado ao ponto culminante de sua natureza revolucionária. (...) Os revolucionários daqueles estados viram-se frente ao dilema: ou, sem luta, por meio de protestos de nenhum efeito,

⁸⁸. Telegrama do Secretariado Sul-Americano para a IC, RJ, 20 e 21/11/35, em francês. Centro Russo de Conservação e Pesquisa de Documentos de História Contemporânea/AMORJ/IFCS-UFRJ. Grifos meus.

⁸⁹. Telegrama do Secretariado Sul-Americano para a IC, RJ, 22/11/35, em francês. Centro Russo de Conservação e Pesquisa de Documentos de História Contemporânea/AMORJ/IFCS-UFRJ. Grifos meus.

⁹⁰. "Carta de Prestes de dezembro de 1935" (rascunho). In: Vianna (1995: 378).

ANITA LEOCADIA PRESTES

*capitular frente ao desarmamento de suas forças, ou precipitar a luta, levando-a até a insurreição, contra o desarmamento dos soldados revolucionários. (...) A insurreição armada das formações nacional revolucionárias, no Rio de Janeiro, foi consequência direta dos levantes revolucionários do Nordeste e foi feita em apoio da Revolução no Nordeste*⁹¹.

Não sendo objetivo meu refazer a história dos levantes⁹², cabe, contudo, assinalar que, pelos documentos apresentados, fica evidente que a decisão para o seu desencadeamento – diante da precipitação dos acontecimentos no Nordeste – foi tomada pela direção do PCB conjuntamente com o Secretariado Sul-Americano da IC; o que restara da ANL, confinada na ilegalidade, encontrava-se sob a direção dos comunistas, tal como foi mostrado anteriormente (cf. cap. 9, A). Os levantes de novembro não resultaram de supostas “ordens de Moscou”, conforme as versões consagradas pela História Oficial, sendo o melhor desmentido dessa patranha o telegrama enviado pelo Secretariado da IC, em Moscou, para o Bureau da América Latina e o C.C. do PCB, a 27/11/35:

*“A questão da ação geral, decidam vocês mesmos, quando julgarem necessário. Procurem garantir o apoio à ação do Exército pelo movimento operário e camponês. Tomem todas as medidas contra a prisão de Prestes. (...)”*⁹³.

À consulta feita pelos comunistas brasileiros, a IC respondia que decidissem de acordo com as condições locais, segundo a avaliação, feita por eles próprios, da situação nacional.

Pode parecer paradoxal que o PCB tenha alimentado *ilusões tão sérias nos militares brasileiros*, destinando-lhes o papel de detonadores de uma insurreição popular, que, afinal, não aconteceu, pois, de um lado, como sabemos, inexistiam condições para tal, e, de outro, “a luta veio demonstrar que os elementos revolucionários no Exército, decididos à luta, eram consideravelmente menores do que calculavam os nacional-re-

91. “Começou a Revolução” (documento da direção do PCB), dezembro de 1935. In: Vianna (1995: 171-173).

92. Cf., por exemplo, Silva (1969), Carone (1976), Levine (1980), Canale (1985), Hernandez (1985), Fonseca (1986), Sodré (1986), Roio (1990), Pinheiro (1991), Vianna (1992), Costa (1995).

93. Telegrama do Secretariado da IC para o Bureau da América Latina e o C. C. do PCB, Moscou, 27/11/35, em russo e em francês. Centro Russo de Conservação e Pesquisa de Documentos de História Contemporânea/AMORJ/IFCS-UFRJ. Grifos meus.

volucionários”⁹⁴, segundo documento do próprio PCB. O paradoxo parece aumentar quando se verifica que os documentos e resoluções do Partido sempre enfatizaram a sua mais absoluta fidelidade aos “princípios do marxismo-leninismo” e, em consequência, às teses consagradas no movimento comunista internacional sobre o papel das Forças Armadas – instituição do Estado destinada ao exercício da violência na garantia dos interesses das classes dominantes. Tal paradoxo torna-se ainda mais chocante se se considera a visão estreita e “esquerdista” adotada pelo PCB até maio de 1935, quando, sob a influência da IC, foi finalmente substituída a consigna de “Governo Soviético” pela de Governo Popular Nacional Revolucionário (cf. cap. 8, A).

Como explicar tal paradoxo? A meu ver, essa explicação será encontrada se for compreendida a *lógica* das posições assumidas pelos comunistas e seguidas por grande parte de seus aliados, entre eles os aliancistas.

Penso que esta lógica reside no fato de os comunistas brasileiros, dadas as limitações de sua formação e do meio em que atuavam, não terem podido superar a influência das concepções golpistas, fortemente enraizadas na sociedade brasileira (cf. cap. 3). Nesse sentido, também não foram ajudados pelos assessores da IC. Se, por um lado, repetiam o “catecismo marxista-leninista” a respeito do papel primordial das massas para a vitória do programa revolucionário do Partido Comunista, por outro, na prática, pouco conseguiam fazer para efetivamente incorporar essas massas à atividade política concreta e real. Para a existência de tal descompasso, o fator decisivo pode ser encontrado no fato – hoje evidente – de a orientação política do PCB não corresponder nem à real situação do país nem ao nível de amadurecimento político dos setores populares aos quais supostamente estaria destinada.

Se o programa antiimperialista, antilatifundista e democrático proposto pelo PCB e adotado pela ANL efetivamente em-

94. “Começou a Revolução”, *op. cit.*: 173.

polgava amplos setores populacionais, isto não significava a existência de uma situação revolucionária no país ou que esses setores pudessem ser rapidamente mobilizados para participarem de uma *insurreição* nacional, como queriam os comunistas e uma parte de seus aliados aliancistas. Tendo em vista as dificuldades reais de organizar e mobilizar as massas para a luta armada, era natural que as tendências golpistas viessem a encontrar condições propícias para proliferarem.

Em 1935, como nos anos vinte ou, mais ainda, durante os acontecimentos de 30, o cheiro de pólvora estava no ar. A leitura dos jornais da época e a consulta aos depoimentos dos contemporâneos transmitem tal estado de espírito. O recurso às armas era visto, por setores expressivos da opinião pública, como algo natural e necessário; entretanto, o que se tinha em vista não era uma insurreição popular, segundo o modelo comunista, mas um golpe militar, muito mais de acordo com as tradições históricas do país.

Era o “salvacionismo” dos militares que renascia. Tal fenômeno não é difícil de entender, se se considera o processo histórico de formação da sociedade brasileira, marcado pela inegável força que as classes dominantes do país sempre tiveram para impor aos setores populares um estado de desorganização e desestruturação social que viria a tornar-se um dos traços mais característicos dessa sociedade excludente em relação aos “de baixo” e “gelatinosa”, no sentido de que não restaria nela espaço para que o povo organizado pudesse influir na vida política nacional. Uma sociedade, na qual os setores populares sempre tiveram possibilidades mínimas de participação organizada, seja através de partidos, de sindicatos, de associações, seja através de qualquer outro tipo de entidade de caráter social ou político. A conseqüência natural de tal situação teria que ser a expectativa de um golpe “salvador” desfechado por militares, os únicos elementos em condições reais de impulsionar as mudanças almejadas, substituindo, portanto, o papel das “massas organizadas”, defendido pelos comunistas.

Desde os episódios relacionados com a proclamação da

República, passando pelas rebeliões tenentistas dos anos vinte e pela chamada Revolução 30, as concepções golpistas haviam estado presente na opinião pública nacional, inclusive no imaginário dos setores populares, para os quais a espera de um “salvador” – dentre os quais, Luiz Carlos Prestes provavelmente tenha sido o maior – sempre foi uma constante. Se, em 1930, com o seu Manifesto de Maio, o Cavaleiro da Esperança ficara isolado, o desgaste sofrido pelo Governo Vargas fizera com que Prestes novamente ressurgisse como “salvador” para amplos segmentos da opinião pública. Sua figura, fortemente associada aos feitos da Coluna Invicta, se projetava tanto como liderança política quanto como chefe militar, que à frente do Exército poderia “salvar” o Brasil da crise que o atingia (cf. cap. 2).

Sob a forte influência dessas concepções de caráter golpista e “salvacionista”, o PCB – a braços com ingentes dificuldades para organizar e mobilizar as massas – passaria a ver nas Forças Armadas o instrumento capaz de abrir caminho para a projetada insurreição popular. Segundo os planos dos comunistas, a direção dessas Forças Armadas deveria ser assumida por Luiz Carlos Prestes – a única liderança capaz de garantir a sua fidelidade aos objetivos revolucionários delineados pelo PCB⁹⁵.

De acordo com tal perspectiva, é perfeitamente compreensível que os comunistas tivessem dirigido seus principais esforços para o trabalho político na caserna. Anos mais tarde, Prestes reconheceria que era muito mais fácil agitar os quartéis do que organizar os trabalhadores nas fábricas ou nas fazendas⁹⁶. Diante do clima de grande efervescência existente nas Forças Armadas, os comunistas e seus aliados acabaram sucumbindo às tradições golpistas e do “salvacionismo” militar. Empolgaram-se com a idéia de transformar o Exército brasileiro no “Exército Popular Nacional” que, sob o comando de Prestes, seria capaz de desencadear a insurreição popular no Brasil.

Tudo isso, entretanto, não passava de um sonho, embora

95. Cf. “O Governo Popular Nacional Revolucionário e as tarefas do Partido”, *op. cit.*; “A ANL ao povo do Brasil”, *op. cit.*

96. LCP (entrevistas concedidas por Luiz Carlos Prestes a Anita Leocádia Prestes e Marly Vianna; gravadas em fita magnética e transcritas para o papel; RJ 1981-83), fita n. 11, lado 21, p. 32.

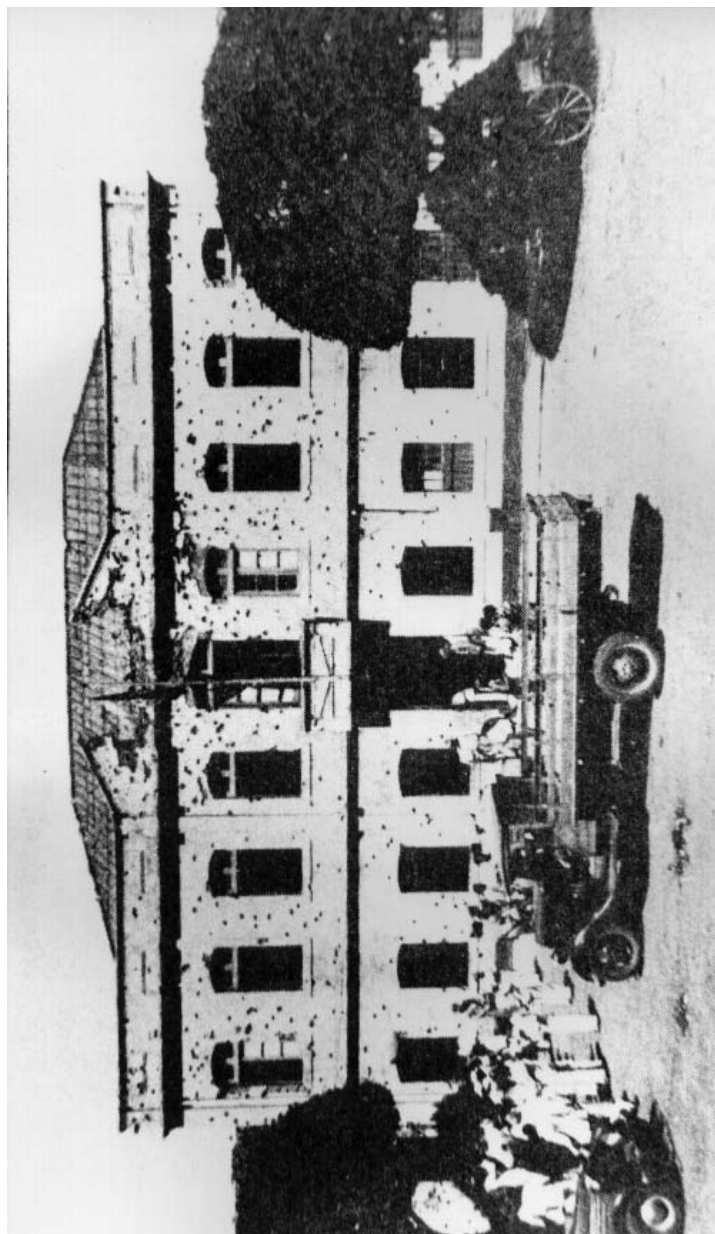
generoso. Enquanto o PCB considerava possível transformar o Exército brasileiro em instrumento das mudanças revolucionárias inscritas em seu programa, setores da cúpula militar, contando com o apoio do Governo Vargas, empreendiam modificações importantes nas Forças Armadas brasileiras com o objetivo de prepará-las para desempenharem um papel decisivo no processo de montagem do Estado autoritário, centralizado e corporativo, que viria finalmente encontrar sua configuração no Estado Novo⁹⁷. O processo de desengajamento de militares e de redução dos seus efetivos, causador de tanta celeuma durante o ano de 1935, não passaria de um mero sintoma de mudanças maiores e mais radicais que estavam em curso: a montagem de Forças Armadas de acordo com o modelo proposto pela chamada “doutrina Góis”⁹⁸.



Integralistas (“camisas verdes”) a caminho da Praça da Sé. S.P., 07/10/1934. (*Idem. Reprodução fotográfica de Gilson Ribeiro.*)

⁹⁷. Cf. Carvalho (1983). Estas questões estão em Prestes (1999).

⁹⁸. Cf. Pinto (1994).



Levante de Natal (RN). Quartel da Polícia Militar alvejado pelas forças revolucionárias, em 23/11/1935.
(Idem. Reprodução fotográfica de Gilson Ribeiro.)



“A Manhã” - órgão oficioso da ANL no Rio de Janeiro. (Idem. Reprodução fotográfica de Gilson Ribeiro.)

Algumas Conclusões

A influência dos comunistas mostrou-se decisiva não só no processo de formação da ANL (cf. Parte I) como em sua atividade legal, durante os meses de março a julho de 1935, e, principalmente, na preparação dos levantes armados de novembro daquele ano, realizados sob as bandeiras da ANL. O grande prestígio de Luiz Carlos Prestes – o Cavaleiro de uma Esperança que renasceria com o desgaste do Governo Vargas (*idem*, cap. 2) – foi um fator fundamental para a difusão e a penetração, junto a setores diversificados da sociedade brasileira, do programa antiimperialista, antilatifundista e democrático levantado pelo PCB, com o apoio da IC, e adotado pela ANL.

A justeza desse programa se evidencia pela aceitação e a repercussão que obteve junto aos setores progressistas e democráticos da opinião pública nacional. Como consequência, a ANL veio a transformar-se, em pouco tempo, na maior frente única popular jamais constituída no Brasil. Seu lema: “Pão, Terra e Liberdade”, inicialmente lançado pelo PCB¹ empolgou centenas de milhares de brasileiros.

Num período de intensa polarização política no cenário mundial, diante do avanço do fascismo em nível internacional e do integralismo em âmbito nacional, a ANL desempenhou um papel decisivo na mobilização de amplos segmentos da sociedade e da opinião pública brasileira em defesa das liberdades públicas, gravemente ameaçadas pelos adeptos da Ação Integralista Brasileira, liderados por Plínio Salgado. A ANL promoveu grandes atos e manifestações contra o integralismo, contribuindo tanto para o desmascaramento do seu caráter antinacional e antidemocrático como para o seu crescente isolamento. A ANL ajudou a formar, no Brasil, uma consciência antifascista, antiimperialista e antilatifundista, que a derrota de

01. Esta consigna já fora levantada pelo PCB em A Classe Operária, n. 167, 23/08/34, confirmando a influência dos comunistas na ANL.

novembro de 35 não seria capaz de apagar. Consciência que viria a renascer no início dos anos quarenta, com o movimento pela entrada do Brasil na guerra contra o nazifascismo, ao lado da URSS e das potências aliadas.

A conjugação da luta contra o fascismo e o integralismo com o combate ao imperialismo e ao latifundismo era justa, uma vez que o fascismo e o seu congênere nacional podem ser caracterizados como fenômenos associados, em determinadas circunstâncias, ao capital monopolista e financeiro (Gramsci, 1970: 101; Dimitrov, 1969: 117). Ao mesmo tempo, o capital estrangeiro, no Brasil, sempre se mostrou solidário com a manutenção do monopólio da terra, tendo seus interesses entrelaçados com os das oligarquias agrárias.

Os comunistas, entretanto, cometeram um erro de avaliação ao caracterizarem a situação do país como “revolucionária”, considerando que o desgaste do Governo Vargas seria tal que as suas condições de governabilidade estariam esgotadas. Confundindo os desejos com a realidade, os comunistas e muitos dos seus aliados superestimaram as possibilidades reais de organização e mobilização das massas populares. Consideraram que havia chegado a hora de levantar a questão do poder, lançando a diretiva de um Governo Popular Nacional Revolucionário, formado pela ANL, através de uma insurreição popular. A proposta dos comunistas, assumida pela ANL, mostrou-se fantasiosa e, portanto, inexecutável, resultando na derrota do movimento.

A inviabilidade de promover uma insurreição das massas trabalhadoras no Brasil, em 1935, induziu os comunistas e seus aliados da ANL a sucumbirem à influência das concepções golpistas e de “salvacionismo” dos militares, fortemente arraigadas no imaginário nacional. Tal fenômeno sobreveio, apesar dos esforços desenvolvidos para organizar e mobilizar as massas, assim como das repetidas e insistentes declarações do PCB, de Prestes e da ANL condenando o golpismo. A conjuntura de intensa agitação e efervescência política então presente nas

Forças Armadas foi indiscutivelmente um fator de grande importância para que esse novo surto de golpismo viesse a contagiar as “esquerdas” brasileiras.

Desta forma, as Forças Armadas e, principalmente, o Exército passariam a ser vistos pelos comunistas e aliancistas como o instrumento privilegiado para desencadear a almejada insurreição popular, na medida em que a mobilização dos setores civis mostrava-se mais demorada e difícil. O renascimento das concepções golpistas e “salvacionistas” explica o caminho trilhado pela ANL: da amplitude inicial, quando a entidade se manteve dentro da legalidade, ao radicalismo revelado com a eclosão dos levantes armados de novembro de 35. Assim, os caminhos da luta antifascista no Brasil seriam marcados e, em certa medida, desvirtuados e dificultados pela força das tradições golpistas e “salvacionistas” presentes na sociedade brasileira.

À primeira vista, a constância e a persistência dessas concepções podem parecer que decorram basicamente das influências tenentistas, supostamente trazidas, tanto para o PCB quanto para a ANL, por L.C. Prestes e muitos dos elementos provenientes do tenentismo. Sem negar a existência de tais influências, é necessário considerar, contudo, que o próprio tenentismo foi um movimento marcado pelo vigor das tendências golpistas e “salvacionistas”, resultantes da especificidade do processo histórico de formação da sociedade brasileira. Uma sociedade, na qual as classes dominantes do país sempre tiveram força para impor aos setores populares um estado de desorganização e desestruturação social, que viria a tornar-se um dos seus traços característicos; uma sociedade excludente e “gelatinosa”, na qual não restariam espaços para que as massas populares fossem ouvidas, nem canais através dos quais elas pudessem fazer valer seus direitos e reivindicações. A expectativa de um golpe “salvador” seria, pois, a consequência natural de tal estado de coisas.

Se, em 1935, o golpismo dos comunistas e de muitos dos seus aliados se revelou no fato de haverem delegado aos milita-

res o papel de detonadores da “insurreição das massas trabalhadoras”, deve-se considerar que o conteúdo do programa então defendido – antiimperialista, antilatifundista e democrático – era inteiramente distinto das propostas tenentistas. Sejam as propostas liberais dos “tenentes” dos anos vinte (Prestes, 1991: cap. 2), sejam as propostas autoritárias do tenentismo do início dos anos trinta, anteriores, portanto, ao seu desaparecimento do cenário político nacional². Em 1935, os militares, que iriam desencadear a insurreição projetada, não eram mais tenentistas, mas seguidores de Prestes, que, desde seu Manifesto de Maio de 30 (Bastos, 1986: 197-200), deixara de ser “tenente” para tornar-se adepto das teses levantadas pelos comunistas – as mesmas que seriam encampadas pela ANL, conforme a documentação apresentada deixou evidente.

O revés sofrido pelo movimento antifascista no Brasil, em 1935, não se explica, contudo, apenas pela influência das concepções golpistas e “salvacionistas”. O Governo Vargas, não obstante o desgaste que vinha sofrendo junto a diferentes setores sociais, pôde tirar partido de uma conjuntura internacional favorável ao avanço do fascismo e ao estabelecimento de regimes autoritários para, com o apoio da direita e brandindo as bandeiras do anticomunismo, impor uma grave derrota às forças democráticas e progressistas do país.

⁰². Cf. Prestes (1999).



Primeira assembleia da ANL em Santos (SP), 28/03/1935. (Idem. Reprodução fotográfica de Gilson Ribeiro.)



Roberto Sisson, secretário-geral da ANL, discursa no estádio Brasil. (Idem. Reprodução fotográfica de Gilson Ribeiro.)



Padeiros em greve no D.F., setembro de 1934. (Idem. Reprodução fotográfica de Gilson Ribeiro.)

Referências Bibliográficas

1) Arquivos

- Arquivo do DOPS – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, RJ.
- Arquivo Edgar Leuenroth – Centro de Documentação e Pesquisa em História Social, IFCH/UNICAMP, Campinas, SP.
- Arquivo Getúlio Vargas – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, CPDOC/FGV, RJ.
- Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro, AMORJ – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, RJ.
- Arquivo Nacional, RJ.
- Biblioteca Nacional, RJ.
- Arquivo particular da autora.

2) Depoimentos

- Entrevistas concedidas por Luiz Carlos Prestes a Anita Leocadia Prestes e Marly de Almeida Gomes Vianna (gravadas em fita magnética e transcritas para o papel) RJ, 1981-1983.

3) Periódicos

- *A Classe Operária, RJ*
- *A Manhã, RJ*
- *A Marcha, RJ*
- *A Pátria, RJ*
- *Correio da Manhã, RJ*
- *Diário do Poder Legislativo, RJ*
- *O Homem Livre, SP*
- *O Homem Livre, RJ*
- *Jornal do Povo, RJ*
- *O Globo, RJ*
- *O Observador Econômico e Financeiro, RJ*
- *Revista Proletária, RJ*

4) Livros, artigos, folhetos e teses

ABRAMO, Fúlvio e KAREPOVS, Dainis (org.). 1987. *Na contracorrente da história*. (Documentos da Liga Comunista Internacionalista, 1930-1933). SP, Brasiliense.

BASTOS, Abguar. 1986. *Prestes e a revolução social*. 2ª ed. SP, Hucitec.

BEZERRA, Gregório. 1979. *Memórias* (1ª parte: 1900-1945). RJ, Civ. Brasileira.

BOBBIO, Norberto. 1995. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. SP, Ed. UNESP.

CABALLERO, Manuel. 1987. *La Internacional Comunista y la Revolución Latinoamericana, 1919-1943*. Caracas, Ed. Nueva Sociedad.

CAMARGO, Aspásia et alii. 1989. *O golpe silencioso: as origens da república corporativa*. RJ, Ed. Rio Fundo.

CANALE, Dario. 1985. "A Internacional Comunista e o Brasil (1920-1935)". In: Tavares, José Nilo (org). *Novembro de 1935: meio século depois*. Petrópolis, Ed. Vozes: 93-142.

CARONE, Edgard. 1975. *Revoluções do Brasil Contemporâneo*. 2ª ed. SP, Ed. Difel.

—. 1976. *A República Nova (1930-1937)*. 2ª ed. SP, Ed. Difel.

—. 1977. *A República Velha (1889-1930) – II. Evolução Política*. 3ª ed. SP, Ed. Difel.

—. 1978. *A Segunda República (1930-1937)*. 3ª ed. SP, Ed. Difel.

—. 1979. *Movimento operário no Brasil (1877-1944)*. SP, Ed. Difel.

—. 1982. *O PCB (1922-1943)*, v. 1. SP, Ed. Difel.

CARVALHO, José Murilo de. 1983. "Forças Armadas e Política, 1930-1945". In: *A Revolução de 30* (seminário internacional realizado pelo CPDOC da FGV, RJ, set. de 1980). Brasília, Ed. Univers. de Brasília: 107-187.

COSTA, Homero de Oliveira. 1995. *A Insurreição Comunista de 1935: Natal, o primeiro ato da tragédia*. SP, Ensaio, Rio Grande do Norte, Cooperativa Cultural Univers. do Rio Grande do Norte.

DASSÚ, Marta. 1985. “Frente única e frente popular: o VII Congresso da Internacional Comunista”. In: Hobsbawm, Eric J. (org.). *História do marxismo*, v. 6. RJ, Paz e Terra: 293-336.

DIMITROV, George. 1969. “La ofensiva del fascismo y las tareas de la Internacional Comunista en la lucha por la unidad de la clase obrera”. Informe apresentado no VII Congresso Mundial da 1ª IC (02/08/35). In: *El Frente Único y Popular*, Sofia, Sofia-Press: 116-197.

DINIZ, Eli. 1978. *Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930-1945*. RJ, Ed. Paz e Terra.

FAUSTO, Boris. 1970. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. SP, Brasiliense.

__. 1977. “A crise dos anos vinte e a Revolução de 1930”. In: Boris, Fausto (org.). *História geral da civilização brasileira* t. 3, v. 2. SP, Difel: 401-426.

FONSECA, Vitor Manoel da. 1986. *A ANL na legalidade*. Niterói, UFF. Dissertação de mestrado em História.

FRANCO, Virgílio A. de Melo. 1980. *Outubro, 1930*. 5ª ed. RJ, Nova Fronteira.

FRITSCH, Winston. 1992. “Apogeu e crise na Primeira República: 1900-1930”. In: Abreu, Marcelo Paiva (org.). *A ordem do progresso*. 4ª ed. RJ, Ed. Campus: 31-72.

GOMES, Ângela de Castro (coord.). 1980. *Regionalismo e centralização política. Partidos e Constituinte nos anos 30*. RJ, Nova Fronteira.

__. 1981. “Confronto e compromisso no processo político de constitucionalização (1930-1935)”. In: Boris, Fausto (org.). *História geral da civilização brasileira*, t. 3, v. 3. SP, Difel: 7-75.

GRAMSCI, Antonio. 1970. *Opere Socialismo e Fascismo (L'Ordine Nuovo, 1919-1920)*. Turim, Ed. Einaud.

HAJEK, Milos. 1977. “La táctica de la lucha de `clase contra clase' en el VI Congreso”. In: *VI Congreso de la Internacional Comunista*, primera parte, tesis, manifiestos e resoluciones. 1ª ed. México, Ed. Pasado y Presente (Cuadernos de Pasado e Presente, n. 66): 7-83.

__. 1985. “A bolchevização dos partidos comunistas”. In: Hobsbawm, Eric J. (org.). *Historia do Marxismo* v. 6. RJ, Paz e Terra: 197-218.

HERNANDEZ, Leila M.G. 1985. *A Aliança Nacional Libertadora: ideologia e ação*. Porto Alegre, Mercado Aberto.

HILTON, Stanley. 1986. *A Rebelião Vermelha*. RJ, Record.

HOBSBAWM, Eric J. (org.). 1985. *História do Marxismo* v. 6. RJ, Paz e Terra.

—. 1987. *História do Marxismo* v. 9. RJ, Paz e Terra.

—. 1991. *Estratégias para uma esquerda racional: escritos políticos 1977-1988*. RJ, Paz e Terra.

—. 1995. *A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. SP, Companhia das Letras.

HOLANDA, Sérgio Buarque. 1972. "A fronda pretoriana". In: Holanda, S.B. (org.). *História geral da Civilização Brasileira*, t. 2, v. 5. SP, Difel: 306-347.

GEORGE DIMITROV. *Leipzig 1933*. 1968. Discursos, cartas y documentos. Sofia (Bulgária), Sofia-Press.

KONRAD, Diorge Alceno. 1994. *1935: a Aliança Nacional Libertadora no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, PUC (dissertação de mestrado em História).

LEIBZON, B.M. e **SCHIRINIÁ**, K.K. 1975. *A virada na política do Komintern – o significado histórico do VII Congresso do Komintern*. Moscou, Ed. Misl (ed. original em russo).

LEVINE, Robert M. 1980. *O Regime de Vargas, 1934-1938: os anos críticos*. RJ, Nova Fronteira.

MARQUES NETO, José Castilho. 1993. *Solidão revolucionária: Mário Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil*. RJ, Paz e Terra.

MENDONÇA, Sonia Regina de. 1986. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. RJ, Graal Ed.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi... (et al). 1982. *Estado Novo: ideologia e poder*. RJ, Zahar Ed.

—. 1990. *A questão nacional na Primeira República*. SP, Brasiliense.

PEREIRA, Astrojildo. 1962. *A formação do PCB (1922-1928)*. RJ, Ed. Vitória.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. 1991. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935*. SP, Companhia das Letras.

PINTO, Sérgio Murillo. 1994. "A `doutrina Góis': em busca de seus fundamentos". *À Margem*, revista de Ciências Humanas, ano II, n. 4, junho de 1994, RJ: 29-39.

PRESTES, Anita Leocadia. 1991. *A Coluna Prestes*. 3ª ed. SP, Brasiliense.

—. 1994. *Os militares e a reação republicana (As origens do tenentismo)*. Petrópolis, Ed. Vozes.

—. 1999. *Tenentismo pós-30: continuidade ou ruptura?* SP, Paz e Terra.

PRESTES, Luiz Carlos. (s.d.) *Problemas atuais da democracia*. RJ, Ed. Vitória.

PROCACCI, Giuliana. 1985. "A `luta pela paz' no socialismo internacional às vésperas da Segunda Guerra Mundial". *In: Hobsbawm, Eric J. (org.). História do marxismo*. v. 6. RJ, Paz e Terra: 249-291.

ROIO, Marcos Del. 1990. *A classe operária na Revolução Burguesa: a política de alianças do PCB: 1928-1935*. Belo Horizonte, Oficina de Livros.

SILVA, Hélio. 1966. *A revolução traída*. RJ, Civ. Brasileira.

—. 1969. *1935 – A Revolta Vermelha*. RJ, Civ. Brasileira.

SISSON, Roberto. 1937. *Carta aberta à Marinha de Guerra*. RJ, Rodrigues & C.

—. 1939. *La Revolución Democrática Progresista Brasileña*. Buenos Aires, Ed. Rio-Buenos Aires.

SOBRINHO, Barbosa Lima. 1983. *A verdade sobre a Revolução de Outubro – 1930*. 3ª ed. SP, Ed. Alfa-Omega.

SODRÉ, Nelson Werneck. 1980. "Contribuição à História do PCB. 2. Infância". *Temas de ciências humanas*, SP, n. 9.

—. 1986. *A Intentona Comunista de 1935*. Porto Alegre, Mercado Aberto.

TÁVORA, Juarez. 1973. *Uma vida e muitas lutas – Memórias*. v. 1. RJ, Livr. José Olympio.

TRINDADE, Héglio. 1979. *Integralismo (O fascismo brasileiro na década de 30)*. 2ª ed. SP, Difel.

___. (org.). 1980. *Revolução de 30: partidos e imprensa partidária no RS (1928-1937)*. Porto Alegre, L & PM.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. 1992. *Revolucionários de 35: sonho e realidade*. SP, Companhia das Letras.

___. (org.). 1995. *Pão, terra e liberdade: memória do movimento comunista de 1935*. RJ, Arquivo Nacional; São Carlos, Univers. Fed. de S. Carlos.

WIRTH, John D. 1979. "O tenentismo na Revolução de 30". *In*: Eurico de L. Figueiredo (org.). *Os militares e a Revolução de 30*. RJ, Paz e Terra: 37-59.

VI Congreso de la Internacional Comunista. 1977. Tesis, manifiestos e revoluciones. 1ª ed. México, Ed. Pasado y Presente (Cuadernos de Pasado e Presente, n. 66), Parte I.

ANITA LEOCADIA PRESTES



A autora, Anita Leocadia Prestes, é filha de Luiz Carlos Prestes e Olga Benario Prestes. Teve vida extremamente atribulada, marcada por longos períodos no exílio, devido às perseguições políticas de que foi vítima no Brasil. Apesar disso, pôde concluir seus estudos universitários: obteve os títulos de Doutora em Economia pelo Instituto de Ciências Sociais de Moscou (ex-URSS) e de Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF), onde defendeu tese sobre a Coluna Prestes, publicada sob este título pelas Ed. Brasiliense (3ª ed., 1991) e Ed. Paz e Terra (4ª ed, 1997), obra que recebeu o prêmio Casa de las Américas, concedido por essa renomada instituição de Cuba.

Anita Leocadia Prestes publicou também os livros *Os Militares e a Reação Republicana (As Origens do Tenentismo)* (Ed. Vozes, 1994); *Uma Epopéia Brasileira: a Coluna Prestes* (Ed. Moderna, 1995); *Tenentismo pós-30: continuidade ou ruptura?* (Ed. Paz e Terra, 1999), *Da insurreição armada (1935) à "União Nacional" (1938-1945): a virada tática na política do PCB* (Ed. Paz e Terra, 2001) e *Luiz Carlos Prestes: patriota, revolucionário,*

ANITA LEOCADIA PRESTES

comunista (Ed. Expressão Popular, 2006), assim como capítulos de livros e artigos em revistas especializadas e jornais.

Atualmente é professora do Programa de Pós-graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde leciona, orienta alunos e desenvolve pesquisas sobre história social e política do Brasil contemporâneo